

1. Atividades do Emissor

1.1. Histórico do emissor

As expressões “nós”, “nossas”, “somos” e suas variações utilizadas ao longo deste documento remetem sempre à Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Companhia” ou “Vamos”).

A antiga controladora da Companhia, a JSL S.A. (“JSL”), iniciou suas atividades em 1956, com o transporte de cargas gerais e, atualmente, opera em todo o território nacional e mais três países do Mercosul (Argentina, Chile e Uruguai), prestando serviços de alto valor agregado, que vão desde o transporte de cargas até a terceirização total das cadeias logísticas, sempre de forma integrada, flexível, customizada e ágil.

Na década de 1980, com base na demanda dos clientes, a JSL passou também a atuar nos serviços de transporte de seus colaboradores e na terceirização de suas frotas. Na década de 1990, observando a necessidade de redução de custos por parte dos seus clientes, a JSL passou a focar na otimização de suas cadeias de suprimentos, incluindo a conexão da empresa com seus fornecedores e clientes, por meio da prestação de serviços dedicados e customizados. Assim, a partir do ano de 2000, consolidou a prestação de serviços integrados de logística com a implementação de operações inovadoras e customizadas junto aos seus clientes, o que contribui para a redução dos custos logísticos, bem como com o aumento da eficiência das operações dos seus respectivos clientes. Adicionalmente, a JSL realizou aquisições de empresas como principal objetivo de ampliar a carteira de clientes em setores estratégicos.

Nesse contexto, em setembro de 2015, a Companhia foi constituída como sociedade limitada e sob a denominação JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. A Companhia foi idealizada com vistas a suprir a demanda de clientes do Grupo, consolidando somente na Companhia a locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor, e a prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota, tanto preventiva, quanto corretiva.

Em 31 de outubro de 2017, a Companhia aprovou (i) a transformação do tipo societário, tornando-se uma sociedade por ações; (ii) alteração da denominação social, por meio da qual passou a ter sua atual denominação; (iii) a incorporação da JSL Holding Financeira Ltda. e da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., a qual representa parcela cindida da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., ambas sociedades controladas à época pela JSL.

Em 22 de dezembro de 2017, foi concluída a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., atualmente denominada Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A., atualmente denominadas Vamos Seminovos S.A., empresas com forte atuação no setor agrícola, as quais são, atualmente, subsidiárias integrais da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou a sua cisão de forma a excluir os serviços financeiros prestados por sua então controlada JSL Arrendamento Mercantil S.A., de sua linha de negócio. Essa operação se deu, principalmente, para aprimorar a sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual as companhias fazem parte, sendo que, com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados.

No ano de 2019, a Companhia obteve seu registro de companhia aberta perante a CVM e constituiu a Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.

Em abril de 2020, a JSL, à época controladora da Companhia, divulgou fato relevante acerca da aprovação do Conselho de Administração para dar continuidade ao projeto de organização de suas operações em empresas independentes, através da incorporação da totalidade de ações de emissão da JSL pela Simpar S.A. ("Simpar"), sua controladora e, em seguida, a cisão da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar ("Reorganização").

A Reorganização reflete a estratégia do Grupo Simpar de gerar valor por meio da segregação de suas atividades em sociedades dedicadas, permitindo que cada sociedade se posicione melhor estrategicamente ao passar a atuar com administração própria, com orçamento independente, maior agilidade e foco exclusivo em seu negócio. Nesse sentido, a JSL deixou de exercer a função de *holding* da Companhia.

O Grupo Simpar ("Grupo") acredita que a Reorganização propiciou aos participantes do mercado um melhor entendimento e avaliação de modo segregado de cada atividade exercida pelas companhias integrantes do Grupo, o que permitiu levar a mercado companhias com diferentes portfólios de serviços, perfis de alavancagem, necessidades de capital, riscos e retornos, além de garantir a capacidade de crescimento dos negócios das empresas em apartado.

Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia realizou sua oferta pública de ações com captação líquida primária de R\$856 milhões, iniciando a negociação das ações através do *ticker* VAMO3 no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Em 18 de março de 2021, a Companhia anunciou a aquisição da Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. ("Monarca") pela Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., subsidiária integral da Companhia. A Monarca é uma rede de concessionárias da marca Valtra que possui presença no estado do Mato Grosso, a qual atua na comercialização de máquinas, implementos agrícolas, peças e prestação de serviços de manutenção. Em 1 de junho de 2022, a Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., realizou a incorporação da Monarca, que tem por objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional do segmento de concessionárias de máquinas e equipamentos da marca Valtra.

No dia 29 de março de 2021, a Companhia celebrou contrato para nomeação de concessionário da marca ("Fendt") para a região de Sorriso, no Mato Grosso, através da Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda, sua subsidiária integral.

Em 22 de junho de 2021, a Companhia anunciou a aquisição de 70% da BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil") e de 70% da BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable ("BMB México"), pela Vamos Seminovos S.A., subsidiária integral da Companhia. A BMB Brasil foi fundada há 20 anos, sendo o primeiro centro de customização de caminhões e ônibus Volkswagen/MAN do Brasil. Em 2017, foi fundada a BMB México, com o objetivo de realizar a customização de veículos pesados da Volkswagen/MAN no México.

Em 6 de março de 2022, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda, que, após realizar um aporte de capital e uma compra de participação secundária, resultou em uma participação de 70% da Vamos Seminovos na Truckvan Indústria e Comércio Ltda. e na Flal Participações e Empreendimentos Ltda. Ainda, no dia 29 de março de 2022 foi celebrado o “Protocolo e Justificação de Incorporação da Borgato Serviços Agrícolas S.A. pela Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.”, com a finalidade de determinar os termos e condições de reorganização societária envolvendo a Companhia, compreendendo a incorporação, pela Companhia, de sua controlada Borgato Serviços Agrícolas S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Em 8 de abril de 2022, a Companhia realizou o fechamento da transação para aquisição da HM Empilhadeiras Ltda. (“HM”).

Fundada em 1994, a HM é uma empresa de locação e comercialização de empilhadeiras, transpaleteiras, rebocadores, também tendo em seu portfólio outros equipamentos, que contava, no momento da aquisição, com uma ampla frota de 2.810 equipamentos, além de oferecer serviços de pós-venda, planos de manutenção corretiva e preventiva, venda de equipamentos seminovos, peças e pneus industriais. A HM atende a todo o território nacional e conta com sede na cidade de Campinas (SP) e três concessionárias Toyota nas cidades de Ribeirão Preto (SP), de Pouso Alegre (MG) e de Bauru (SP), que abrangem o interior do estado de São Paulo e o triângulo mineiro, além de uma filial na cidade de Cabo de Santo Agostinho (PE), que atua como ponto comercial e de apoio.

Em linha com o planejamento estratégico da Vamos de crescimento e diversificação dos seus setores de atuação e serviços, a aquisição ampliou de forma relevante a atuação da empresa no segmento de locação de empilhadeiras. Dessa forma, a Companhia passou a ocupar a posição de maior plataforma de locação de equipamentos como empilhadeiras, transpaleteiras, rebocadores, entre outros equipamentos, no país.

Em assembleia de acionistas de 28 de abril de 2022, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da sua controlada Borgato Serviços Agrícolas S.A. As administrações das companhias consideraram que, sendo as companhias do mesmo grupo econômico, a incorporação promoveria benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional acarretará a redução dos custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas Companhias.

No primeiro dia do mês de julho de 2022, foram concluídas todas as condições precedentes à aquisição da Truckvan Indústria e Comércio Ltda. e da Flal Participações e Empreendimentos Ltda.

No dia 20 de julho de 2022, a Companhia abriu a maior concessionária de máquinas agrícolas da marca FENDT das Américas, que recebeu o selo EDGE de sustentabilidade, marcando a expansão orgânica da Companhia no agronegócio.

Em 21 de setembro de 2022, a Companhia realizou sua oferta pública subsequente de ações em um montante total de R\$641.432.500,00. Em razão da oferta, o capital social da Companhia passou de R\$632.951.035,79, dividido em 976.987.970 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$1.274.383.535,79, dividido em 1.025.397.970 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 6 de abril de 2023, a Companhia adquiriu, por meio da Transrio, sua subsidiária integral, a Tietê Veículos Ltda. ("Tietê"). A Tietê é uma rede de concessionárias de caminhões e ônibus da marca Volkswagen, com lojas nas cidades de São Paulo (SP), de Campinas (SP) e de Guarulhos (SP). Ainda, em abril do mesmo ano, a Companhia adquiriu, por meio da Vamos Máquinas, sua subsidiária integral, a DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. ("DHL Tratores"). A DHL Tratores é uma rede de concessionárias de tratores e equipamentos agrícolas da marca Valtra, com lojas nas cidades paranaenses de Ponta Grossa, Araucária, Cambará, Londrina, Ivaiporã e Cornélio Procopio.

Em 29 de junho de 2023, foi realizada a precificação da oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia, com preço de emissão por ação de R\$11,00, e distribuição de 118.389.898 ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo: (i) 78.926.599 novas ações, no âmbito da oferta primária, e (ii) 39.463.299 ações de emissão da Companhia e titularidade da Simpar. Os recursos líquidos provenientes da oferta primária foram de, aproximadamente, R\$841 milhões, após a dedução de comissões e despesas estimadas. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da oferta primária, o capital social da Companhia passou a ser de R\$2.142.576.124,79, dividido em 1.104.324.569 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda, desde 4 de setembro de 2023, a companhia passou a integrar o Índice Bovespa ("Ibovespa" ou "IBOV") da B3. O Ibovespa reúne as empresas com maior negociabilidade e representatividade do mercado de capitais brasileiro, e por ser o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, propiciou maior visibilidade da Vamos perante o mercado, sendo a sua carteira reavaliada a cada 4 meses.

Em 07 de setembro de 2023, a VAMOS celebrou acordo para aquisição da frota de caminhões do Grupo Petrópolis ("Petrópolis"), no contexto do plano de recuperação judicial da Petrópolis. A arrematação aconteceu em 15 de janeiro de 2024 com a assinatura do contrato de locação, além do cumprimento de outras condições precedentes. Foram adquiridos 2.923 caminhões, dos quais: (i) 2.390 ativos locados para a Petrópolis; e (ii) 533 caminhões a serem desmobilizados e vendidos no mercado secundário pela Companhia. Essa transação demonstra os diferenciais da Companhia e a potencialidade do ecossistema único de seus negócios (comprar, vender, trocar e locar) com a mais alta governança na gestão de suas operações, fomentando negócios rentáveis e de longo prazo, e criando soluções para seus clientes.

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi impactado por eventos climáticos extremos, que causaram enchentes em grande parte do estado e afetaram 2 lojas da Companhia. Por mais que as perdas ainda estejam sendo estimadas, verificou-se que estas não foram relevantes para o negócio. A Companhia prioriza o atendimento, a segurança e o apoio às pessoas atingidas pela tragédia.

Em setembro de 2024, a SIMPAR, controladora da Companhia, enviou ao Conselho de Administração da Companhia uma correspondência informando da intenção de realizar uma operação com o objetivo de (i) tornar a operação da Vamos exclusiva e inteiramente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos; e, consequentemente, (ii) combinar os negócios da VAMOS Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A ("VAMOS Concessionárias") e da Automob, dando origem ao maior e mais diversificado grupo de concessionárias do Brasil e potencializando o crescimento dos negócios. Em 22 de novembro de 2024, a reestruturação foi aprovada em assembleia de acionistas, e em 30 de novembro de 2024 a operação foi concluída e a denominação da Vamos Concessionárias alterada para Automob Participações S.A..

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A VAMOS é líder no setor de locação de caminhões¹, máquinas e equipamentos do Brasil, com mais de 20 anos de experiência no segmento através da nossa antiga controladora, JSL, e contava com uma frota de 51.604 ativos, em 31 de dezembro de 2024, sendo 40.464 caminhões e implementos e 11.140 máquinas e equipamentos, representando crescimento de 12,9% em relação ao mesmo período de 2023. Adicionalmente, a Companhia possui cerca de 1.614 clientes, presentes em diversos setores da economia.

O principal negócio da Companhia é a locação de caminhões, máquinas e equipamentos de longo prazo (na grande maioria - caminhões com contratos de prazos em média de 60 meses ou mais) com serviços que asseguram a disponibilidade da frota para seus clientes, viabilizando, assim, uma maior produtividade com menor número de ativos.

Em junho de 2024, lançamos o produto Sempre Novo, que consiste na locação de ativos usados em ótimo estado conservação, com foco em clientes que não precisam de um caminhão zero km. Os ativos destinados para esse produto são, majoritariamente, os ativos retomados antecipadamente dos contratos. Com o contínuo desenvolvimento da VAMOS, a expectativa é que mesmo ativos com 5 anos, em bom estado de conservação, sejam também atrativos para clientes que poderão alugar ativos usados por mais 2 ou 3 anos. O Sempre Novo é uma importante oportunidade para aumento da taxa de ocupação da frota e otimização do capital já investido.



A Companhia atua de forma integrada e sinérgica em todos os seus negócios, atuando em todas as frentes de seus negócios (compra, venda, troca, locação e manutenção de seus ativos). Isso é possível, visto que a Companhia possui uma estrutura operacional com uma rede de oficinas credenciadas em todo o Brasil para atender com eficiência, assegurando a disponibilidade dos ativos locados pelos clientes da Companhia. A Companhia entende que, seu modelo de negócio permite alcançar a maximização no valor da venda dos ativos em sua rede de lojas de seminovos, sendo considerada uma empresa relevante no segmento de veículos de 4 a 8 anos (especialmente de 5 e 6 anos). A Companhia entrega para seus clientes disponibilidade da frota alugada com redução de custo e com alta rentabilidade para o seu negócio, gerando um ciclo virtuoso. A Companhia está posicionada em um nicho de escassez de oferta com alta liquidez no mercado de seminovos, conforme indicado abaixo:

Representatividade nas vendas de seminovos por idade do ativo ⁽²⁾

¹ De acordo com ("ABLA"), a frota que, no mesmo veículos utilitários

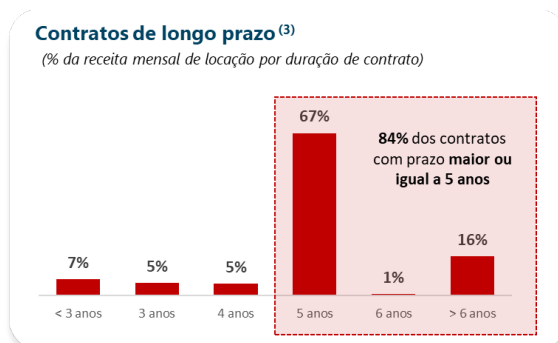


e Automóveis 2024, sendo implementos,

Fonte: Relatório Fenabrave 2024 ²

Atualmente, a Companhia conta com mais de 6.000 oficinas credenciadas, em rede nacional, para fazer a manutenção dos ativos alugados dos contratos em que o cliente optou pela inclusão do serviço, e, dessa forma, a manutenção fica inteiramente sob responsabilidade da Companhia. Sendo assim, a Companhia tem capacidade instalada para atender clientes em todo o território nacional, suportado por sistemas e aplicativos (*apps*), como, por exemplo, um Portal do Cliente, que asseguram o controle e qualidade dos serviços.

Hoje a estratégia da Companhia é desenvolver e prestar serviços que atendam a necessidade dos seus clientes, com foco em entender, atender e encantar, gerando um ciclo virtuoso, com contratos predominantemente de longo prazo e alto índice de renovação (84% dos contratos têm prazo maior ou igual a 5 anos). Com isso, a Companhia acredita que construiu relacionamentos de longo prazo e expandiu seus negócios, tendo o trabalho em equipe como grande diferencial.



³Fonte: Companhia

A plataforma de negócios da Companhia conta com um amplo portfólio de serviços que permite que a Companhia esteja presente em todo o ecossistema do caminhão/máquina. A VAMOS é considerada a maior compradora de caminhões do Brasil, o que lhe confere condições diferenciadas para aquisição junto às montadoras. Como um dos principais diferenciais da Companhia, pode-se citar: (i) seu conhecimento dos ativos e suas atuações em setores diversificados; (ii) sua equipe de gestão com experiência no setor; e (iii) a possibilidade de conversão imediata de sua frota própria para terceirizada (com a aquisição da frota de seus clientes), que contribuem com a produtividade, controle e redução de custos de seus clientes. Contamos com sistemas e aplicativos inovadores que permitem controlar todo ciclo do investimento no ecossistema de caminhões no Brasil.

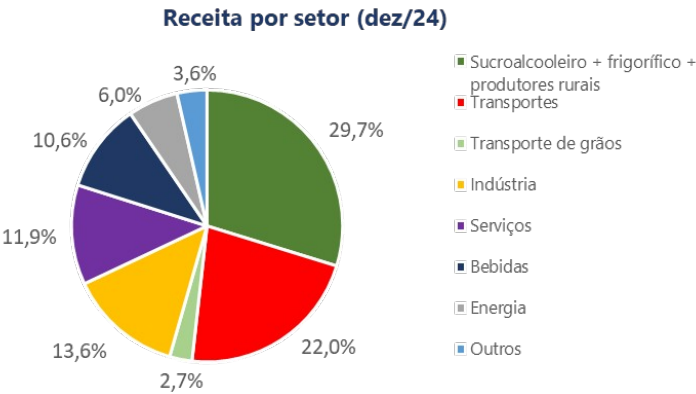
O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo (grande

² Disponível em: <http://www.fenabrave.org.br/porta/v2/Conteudo/anuarios>.

³ Números referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

maioria com prazo de 60 meses ou mais), de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, preventiva e corretiva, assegurando a disponibilidade da frota locada para os clientes da Companhia. Esses contratos têm um fluxo de caixa com alta previsibilidade, retorno atrativo e resiliente.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, a Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente agronegócio (incluindo sucroalcooleiro, frigorífico e produtores rurais), indústria, energia, transporte e serviços com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados.



Fonte: Companhia

A sólida experiência na gestão da Companhia, a sua manutenção e escala na aquisição de ativos da Companhia, bem como o seu relacionamento de longo prazo com todas as montadoras presentes no país, alavancam seu poder de negociação junto às montadoras e nos permite a aquisição dos ativos com condições diferenciadas de nossos clientes e concorrentes, tendo adquirido 53.355 caminhões, máquinas e equipamentos entre 2019 e 2024.

Os contratos de locação de longo prazo da Companhia, com ativos que são fundamentais para o negócio de seus clientes, visa garantir à Companhia um alto grau de previsibilidade do fluxo de caixa.

Somado a isso, a rede de lojas de seminovos da Companhia, com capilaridade nacional distribuída em 18 lojas, permite que a Companhia possua o domínio de todo o ciclo de seu negócio, com baixo risco de execução visando garantir uma alta capacidade de venda dos ativos locados ao final dos contratos. Além das lojas próprias, atualmente contamos com mais de 70 pontos de vendas de parceiros em todo o Brasil que vendem os ativos seminovos da VAMOS através de um modelo de consignação.



Linhas de Negócios

A Companhia atua nos segmentos de (i) locação de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, com contratos de longo prazo; (ii) venda de caminhões, máquinas e equipamentos usados através das nossas lojas de seminovos; (iii) customização e industrialização de caminhões, máquinas e equipamentos. O modelo de negócio da Companhia é único, pois permite gerar valor em todas as etapas do ciclo de nosso investimento através da sinergia dos negócios.

Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

A Companhia acredita ser uma das empresas expoentes no setor de aluguel de caminhões e equipamentos pesados, oferecendo soluções sob medida e prontamente disponíveis para os clientes.

Os contratos de locação da Companhia são de longo prazo, com duração de 5 anos em média. A Companhia oferece contratos de locação com ou sem serviços de manutenção, sempre sem operador, e asseguramos a disponibilidade da frota para nossos clientes.

A Companhia oferece aos seus clientes acesso ao sistema desenvolvido pela Vamos, o “Portal do Cliente”, para atender suas demandas de forma personalizada. Este Portal é interativo e possibilita a gestão e controle da frota locada, além da solicitação de agendamento de serviços de manutenção e diversas outras funcionalidades, tais como: controle da frota por região, por faixa de idade, quilometragem, gestão de custo de avaria, entre outros, com aderência para mobile.

A Companhia oferece pacotes de serviços para atender as diversas necessidades de seus clientes, além da possibilidade de criar um plano completamente customizado para gestão da frota alugada. Os pacotes de serviços oferecem aos clientes maior clareza e facilidade na contratação dos serviços que oferecemos e com isso ganhamos velocidade no fechamento de novos negócios.

O Capex Implantado da Companhia – referente aos ativos já entregues aos seus clientes e, portanto, gerando receita, – foi de R\$5.004 milhões no período de um ano findo em 31 de dezembro de 2024. O backlog de receita dos contratos já implantados e entregue aos clientes considerando o prazo remanescente dos mesmos (backlog implantado) somou R\$ 13,6 bilhões em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui uma frota com modelos diversificados, com representatividade em todas as principais marcas atuantes no Brasil, o que viabiliza a aquisição dos ativos com preços e condições diferenciadas, representando uma potencial vantagem competitiva frente aos seus concorrentes e clientes.

Por meio do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia oferece aos

seus clientes diversos benefícios, incluindo: (i) melhorar a alocação de capital; (ii) focar em suas atividades principais; (iii) eliminar o processo de compra e venda dos ativos e risco do valor residual; (iv) melhorar o controle de gestão, manutenção e administração da frota; (v) garantia de disponibilidade, possibilitando redução da frota; (vi) conhecer o real custo para o seu negócio; e (vii) economia em custos operacionais.

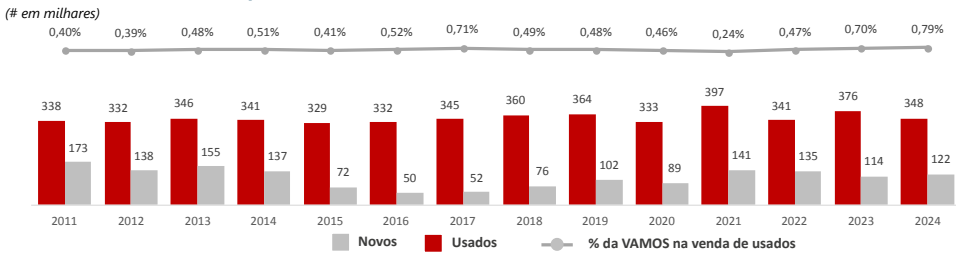
Venda de ativos seminovos

Com intuito de permitir o constante e eficiente fechamento do ciclo do nosso negócio, desenvolvemos o negócio de Seminovos de maneira complementar, o qual está atualmente presente em 9 estados do Brasil, abrangendo todas as regiões do país, reduzindo o custo com transporte e maximizando o valor de venda. Em 31 de dezembro de 2024, o negócio de Seminovos da Companhia contava com uma estrutura de 18 lojas denominadas “VAMOS Seminovos”, que proporciona otimização do giro da frota, volume e valor depreciável mais baixo para rentabilizar ainda mais nossos resultados. Conforme mencionado anteriormente, além das nossas 18 lojas, contamos também com mais de 70 pontos de venda de parceiros em todo o território nacional.

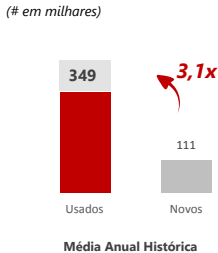
A Companhia buscou se beneficiar da participação no mercado brasileiro de seminovos . Segundo dados da Fenabrave e ACAV, a quantidade média de caminhões novos vendidos (0km) de 2011 a 2024 foi de 111 mil enquanto o volume médio de caminhões seminovos vendidos (mercado secundário) representou mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 349 mil caminhões vendidos. Desse modo, temos que a média anual histórica de vendas de caminhões no Brasil é de 3,1x maior para os veículos usados, usando dados da Fenabrave.

No ano de 2024, o total de caminhões usados vendidos pela VAMOS foi 2.739, o que equivale a 0,79% da venda de usados do mercado. A Companhia entende que isso pode demonstrar a alta capacidade de absorção do nosso produto e a oportunidade que temos de crescer nesse mercado.

Venda de usados com alta capacidade de absorção



Venda de caminhões no Brasil



Fonte: Fenabrave, ACAV e Companhia

O ecossistema da Companhia e sua estratégia de negócio têm evidenciado considerável transformação no valor dos ativos. Conforme demonstrado abaixo, os preços dos ativos novos e seminovos apresentaram forte valorização nos últimos anos, apresentando estabilidade desde 2022 e comprovando o potencial do mercado de seminovos.

Forte correlação entre o preço dos ativos novos e seminovos

(tabela FIPE)



Fonte: FIPE

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, através de sua base de lojas de seminovos, alcançou receita líquida de venda de ativos seminovos de R\$ 705 milhões referente a 2.739 ativos vendidos.

Em 2019, desenvolvemos o aplicativo “Vamos Seminovos” que permite a avaliação dos caminhões da Companhia ou de terceiros através de uma plataforma digital. A avaliação é feita online, com consulta da placa, avaliação de itens internos e externos e fotos do caminhão. Este aplicativo permite que a Companhia avalie a frota de seus clientes com agilidade e segurança, gerando também oportunidade de negócio, uma vez que a Companhia tem capacidade instalada em suas lojas de seminovos para revenda dos caminhões adquiridos. Desta forma, a Companhia fomenta o ecossistema do nosso principal negócio (locação), acelerando a conversão de novos clientes de frota própria para frota locada, uma vez que a Companhia compra a frota do cliente, aluga uma frota nova e com isso gera também liquidez para seus clientes, tornando-se um potencial diferencial competitivo nas negociações.

Nossa Estratégia

A Companhia acredita que a implementação das suas principais estratégias comerciais e financeiras proporcionará melhorias no desenvolvimento de suas atividades, de forma a maximizar a lucratividade de seus acionistas, propiciando vantagens sobre seus concorrentes. A estratégia contempla os temas descritos a seguir:

Expansão orgânica com foco em rentabilidade e excelência no atendimento aos clientes

A Companhia dará continuidade ao seu modelo de negócios baseado em eficiência e qualidade no atendimento ao cliente, com uma central de atendimento 24 horas, além de buscar manter seu crescimento, consolidação e aumento de sua participação de mercado por meio do seguinte plano de iniciativas:

- ampliar o portfólio de clientes, continuando a expandir a atuação em setores e segmentos de mercado e oferecendo seus serviços a clientes, tendo em vista que o mercado de locação de caminhões e máquinas ainda é incipiente no Brasil e é caracterizado pela baixa concorrência de empresas relevantes, bem como possui carência de oferta de serviços personalizados e com foco no cliente;
- aproveitar a tendência crescente de clientes, buscando a redução de imobilização de ativos, para se beneficiar, dentre outros, de um serviço que lhes permita conferir maior foco às suas atividades

principais e obter redução de custos e na alocação de capital; e

- aproveitar eventuais oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas.

Potencialização de sinergias (*cross selling*) entre nossos segmentos de negócios

A Companhia envida seus melhores esforços para que sua plataforma seja composta por negócios sinérgicos que se complementam e potencializam as oportunidades de oferta (*cross selling*), otimizando sua estrutura corporativa em razão da utilização da mesma base administrativa para os seus segmentos de negócios, fortalecendo a sua marca de forma integrada. Sua equipe comercial atua na captação e relacionamento de clientes de locação tanto de caminhões como de máquinas e equipamentos, potencializando o resultado de cada abordagem comercial. A Companhia pretende potencializar a exploração comercial dessas oportunidades de *cross selling* por meio de uma equipe capaz de oferecer a nossos seus clientes soluções integradas, com maior valor agregado em um mercado em expansão. Além disso, a Companhia pretende utilizar a base de informações de cada um dos seus segmentos de negócios de forma a identificar as necessidades de seus clientes e lhes propor diversas soluções de locação e de serviços.

Expansão da equipe comercial com presença nacional e criação de novos canais de venda

Em benefício da potencialização de sinergias entre seus segmentos de negócio, a Companhia visa a expansão da sua força de vendas por meio da expansão da sua equipe comercial e com a criação de novos canais de venda. Sendo assim, sua equipe de vendas comercial passou de 9 membros em 2019 para 64 membros, em 31 de dezembro de 2024.

O canal digital de vendas da Companhia foi lançado em março de 2021 e desde então tem contribuído para a consolidação e fortalecimento dos esforços de vendas. Adicionalmente, temos o nosso programa de credenciados, que conta com um time de 39 consultores credenciados, responsáveis por mais de R\$235 milhões de CAPEX de locação desde o lançamento, em 2021.

Eficiência operacional e disciplina financeira

A Companhia busca desenvolver o seu modelo de negócio baseado no pilar de rentabilidade. A Companhia pretende expandir suas operações com eficiência operacional através de ganhos de escala e aumento da geração de caixa com disciplina financeira.

A Companhia está estruturada operacionalmente para continuar gerando rentabilidade e melhorando nossa eficiência operacional e financeira, com a implementação de equipes dedicadas ao monitoramento do mercado e à análise de capacidades operacionais internas. Com isso, a Companhia pode embasar tomadas de decisões estratégicas e executar adequações rapidamente, bem como reagir com agilidade a oportunidades atrativas de negócios que eventualmente surjam nos mercados nos quais atua ou nos quais tem interesses em atuar. A Companhia tem a intenção de continuar adotando sua rígida disciplina de capital, reforçando e introduzindo práticas que busquem melhorar a sua eficiência operacional, de forma que possa continuar crescendo com rentabilidade e eficiência, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas e sem prejudicar a nossa solidez financeira.

Ainda, mesmo considerando o contexto de mercado dos juros apresentado ao longo dos últimos trimestres, mantivemos o rating AA+ (bra) avaliado pela Fitch Ratings e de brAA+ avaliado pela S&P Global Ratings, além do rating AA+ br avaliado pela Moody's Ratings.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados a potencial concretização dos cenários adversos contemplados nos fatores de risco da Companhia, sobretudo se ocorrem de maneira combinada. Para maiores informações relacionadas aos riscos da Companhia, ver a seção 4 deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

A Companhia junto com suas controladas exerce suas atividades por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras: (i) locação de caminhões, máquinas e equipamentos; e (ii) industrialização e customização de caminhões, os quais encontram-se descritos a seguir:

a) Produtos e serviços comercializados

(i) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a terceirização de frota por meio da locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas. O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo customizados, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para seus clientes. A Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente energia, agronegócio, logística, alimentos e bebidas, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tinha R\$13,6 bilhões em receita futura referente aos contratos já implantados, que totalizaram no mesmo período 4,2 mil contratos.

Capex Implantado (R\$ milhões)

O ritmo consistente de implantação demonstra a capacidade de execução da VAMOS e resulta em crescimento e desenvolvimento sustentável do segmento de locação.



Fonte: Companhia

Evolução da base de clientes e número de contratos

Pioneirismo, escala e liderança de mercado visando expansão do negócio e evolução da base de clientes e número de contratos.



Fonte: Companhia

(ii) Industrialização e Customização de caminhões

Em relação aos serviços de customização, a Companhia oferece soluções customizadas para veículos pesados e de alto valor agregado para seus clientes. Para realizarmos esse tipo de prestação de serviços, utilizamos tecnologia e nosso expertise em customização de veículos pesados, por meio da capacitação de engenharia diferenciada, oferecendo aos nossos clientes soluções ainda mais completas, inclusive através da criação de novos produtos.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita proveniente dos diferentes segmentos operacionais da Companhia, com base nas informações contábeis intermediárias e nas demonstrações financeiras consolidadas, encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

(valores em R\$ mil)	Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2024	%	2023	%
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	4.329.990	92,14%	3.297.887	92,93%
Industrialização e customização de caminhões	420.625	8,95%	441.090	12,43%
Eliminações	-51.304	-1,09%	-190.259	-5,36%
Receita Líquida	4.699.312	100,00%	3.548.718	100,00%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores em R\$ mil)				
	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Industrialização e customização de caminhões	Eliminações	Consolidado
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	2.544.936	-3.237	21.342	2.563.040
Participação no lucro operacional consolidado (%)	99,29%	-0,13%	0,83%	100,00%
Lucro operacional Ajustado* antes das receitas e despesas financeiras e impostos	2.648.560	-3.237	-	2.645.323
Participação no lucro operacional consolidado (%) ¹	100,12%	-0,12%	-	100,00%

*Visão ajustada divulgada no 2T24, desconsiderando despesas com imparidade, tanto de contas a receber (Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD) não recorrentes quanto imparidade de outros ativos como estoques, imobilizado ou ativos circulantes mantidos para venda.

¹ A Companhia não reconcilia as informações por segmento até o lucro líquido e sim, até o lucro operacional.

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do processo de produção

Locação de Veículos Pesados

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos está estruturado de forma a permitir o controle da Companhia durante todo o ciclo do negócio, sendo segmentado nas seguintes fases:

i. Prospecção de clientes: a Companhia conta com uma equipe comercial treinada para mapear oportunidades de negócio em todos os segmentos da economia, de forma a identificar potenciais novos clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Nossa carteira de clientes é pulverizada, sem dependência, e acreditamos que existe um enorme mercado, ainda não explorado, a ser conquistado. A prospecção de clientes engloba tanto os clientes que já possuem frota locada, quanto clientes com frota própria. Além do serviço de locação, a Companhia oferece o serviço de manutenção (preventiva e corretiva) dos caminhões locados e garante a disponibilidade da frota aos clientes que contratam o serviço de manutenção. Isso apresenta um grande diferencial na proposta de valor oferecida ao cliente dado que ele não possui tal expertise. E, para tanto, a Companhia aproveita da experiência adquirida com o Grupo Simpar, seu acionista controlador, que, nos mais de 60 anos de história no setor de logística no Brasil, estabeleceu fortes relacionamentos que garantem melhores termos junto aos fornecedores, tanto em relação ao preço quanto à agilidade de serviço.

ii. Caminhões, máquinas e equipamentos são encomendados às montadoras: A Companhia possui um time especializado na aquisição de tais ativos que atua com todos os principais fornecedores do mercado e com os quais possui relacionamento há mais de 30 anos, possuindo participação representativa nas vendas de cada um deles. Por isso, a Companhia acredita ter acesso a condições diferenciadas na negociação com esses fornecedores tanto em termos de preço, bem como prazo de entrega.

iii. Assinatura do contrato de locação: A partir do contato inicial, a equipe comercial da Companhia encaminha os dados do potencial cliente para a área de crédito, a qual elabora uma análise da situação econômico-financeira do mesmo para a aprovação de seu crédito. Além disso, a equipe de engenharia de projeto desenvolve um estudo detalhado que considera as necessidades de cada cliente. Por fim, uma proposta comercial é elaborada e, após aprovada internamente, é apresentada ao cliente. A Companhia utiliza uma minuta padrão de contrato para a formalização dos serviços, principalmente no que se refere às cláusulas de reajustes de preços conforme os índices inflacionários e de previsão de multa de 50% do valor remanescente do contrato no caso de rescisão pelo cliente. Geralmente, os contratos da Companhia preveem pagamento mensal e possuem prazo médio de 5 anos. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com aproximadamente 4,2 mil contratos firmados com seus clientes.

iv. Caminhões, máquinas e equipamentos são entregues ao cliente: Além do longo relacionamento que a Companhia tem com as principais montadoras, a sinergia com o Grupo Simpar traz agilidade e flexibilidade na compra desses ativos. Isto permite à Companhia reduzir sensivelmente o prazo de entrega e sua exposição

ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda, além de ter ativos à pronta entrega pelo aprimoramento do seu modelo de negócio. No caso dos contratos com clientes que também contratam o serviço de manutenção dos veículos, a Companhia desenvolve um plano que contempla: o tipo de ativo, a intensidade no uso do ativo, a localização geográfica prevista no contrato, entre outros. Assim, a Companhia opta entre o modelo que oferece o suporte de oficinas locais próximas às operações de seus clientes e/ou por manter um centro de manutenção próprio localizado no cliente.

V. Veículos retornam para a Companhia e são disponibilizados à venda: Ao final dos contratos de locação, ou mediante renovação, efetuamos a venda dos caminhões, máquinas e equipamentos. Para tal, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com 18 lojas de seminovos e mais de 70 pontos de venda de parceiros espalhados por todo o Brasil. A revenda é a última etapa ciclo do negócio, sendo fundamental para garantir o retorno financeiro esperado pela Companhia nesse segmento. Para garantir a qualidade do ativo na revenda, a Companhia realiza uma vistoria nos ativos que retornam de clientes e, em especial para os contratos sem a contratação do serviço de manutenção corretiva e preventiva. Para isso, a Companhia exige através de cláusulas contratuais que os ativos estejam em boas condições ao retornarem à Companhia no final do contrato. A Companhia vende os ativos de sua frota em sua rede de lojas, espalhadas por 9 estados brasileiros, que impulsionam o giro de seus ativos e através dos pontos de vendas de parceiros através de um modelo de consignação. Além disso, a Companhia conta com a sinergia com o Grupo Simpar para identificar contatos dos potenciais compradores dos seus ativos seminovos.

Lojas de Seminovos

O segmento de lojas de seminovos consolida as 18 lojas VAMOS Seminovos mais os mais de 70 pontos de venda de parceiros, através dos quais a Companhia vende os ativos desmobilizados dos contratos de locação.



(b) Características do processo de distribuição

Locação de Veículos Pesados

Em dezembro de 2024, a Companhia possuía um time comercial de 64 gerentes e executivos de negócios, alocados em diversas regiões do Brasil com o objetivo de prospectar clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos em todo o território nacional.

As 18 lojas da Companhia focadas na venda de veículos seminovos que são desmobilizados dos contratos de locação estão distribuídas conforme abaixo. Considerando as maiores empresas de locação de caminhões e/ou máquinas e equipamentos do Brasil, a Companhia acredita ser a única empresa que possui uma rede de lojas de seminovos com alcance aos principais mercados nacionais, posicionada de forma estratégica e complementar ao seu negócio de locação.

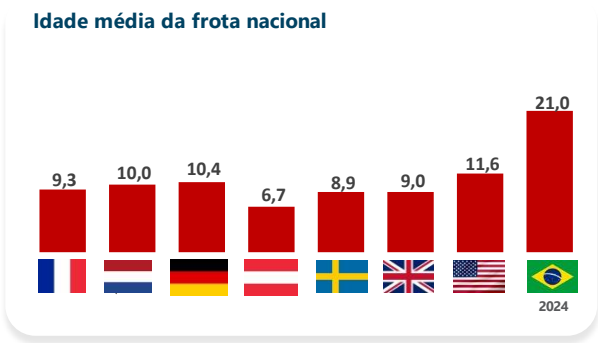
A Companhia também possui um programa chamado Meu Negócio Vamos, que consiste em consultores autorizados que oferecem os produtos de locação de caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos para empresas de segmentos variados. O programa conta com 39 vendedores no programa de vendedores credenciados e já resultou em mais de R\$235 milhões de capex contratado (contratos fechados no período que demandam investimento em caminhões, máquinas e equipamentos) desde seu lançamento em abril de 2021.

(c) Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados Locação de Veículos Pesados

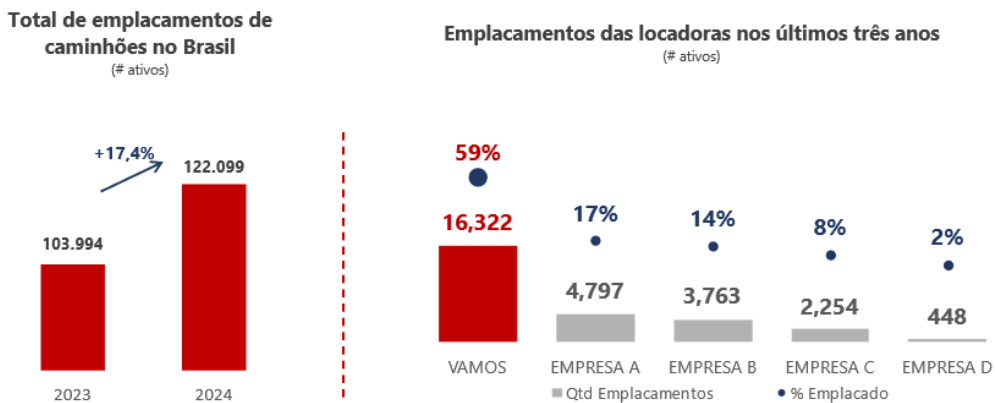
O Brasil é dependente do transporte de cargas de caminhões, já que representa mais da metade de tudo o que circula no país, especialmente todos os itens indispensáveis para o consumidor, como alimentos e combustível. O sistema ferroviário não é desenvolvido o suficiente para atingir todas as regiões do Brasil e não supre a demanda pelo transporte via rodovias. Conforme os dados públicos do Ministério da Infraestrutura, SENATRAN e RENAVAL, em dezembro de 2024 a frota total brasileira de caminhões era composta por 3,9 milhões de caminhões. De acordo com os dados públicos do Relatório Anual da Fenabrave (Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores), a idade média dos caminhões era de 21 anos em 2024.

A elevada idade média, comparada à idade média dos veículos pesados em países desenvolvidos, como França, Holanda, Alemanha, Áustria, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos com média de 8,8 anos, sinaliza a necessidade de renovação da frota brasileira no curto prazo. Esse fato é positivo para o mercado de locação uma vez que as empresas deverão optar entre renovar sua frota via aquisição de caminhões/equipamentos novos ou alugá-la em uma conjuntura econômica brasileira pouco favorável ao investimento, principalmente em se tratando de ativos non-core para a empresa.



Fonte: FENABRAVE, ACEA e S&P

O mercado nacional de locação de caminhões, máquinas e equipamentos pesados encontra-se em um estágio incipiente e, portanto, enxergamos um grande potencial de crescimento nesse mercado. Segundo a Fenabrave, em 2024, foram emplacados 122.099 caminhões – quantidade 17,4% maior que o registrado em 2023. Desse total, as locadoras representam cerca de 7% dos emplacamentos. Se levarmos em consideração os emplacamentos de caminhões realizados por locadoras nos últimos três anos, a VAMOS representou 59% do total dessa amostra, reforçando a liderança na atuação do mercado de locação de pesados.



Fonte: Fenabrave e Companhia
Análise feita com as seguintes empresas (por ordem alfabética): Addiante, LM, Transmaroni e Unidas.

ii. Condições de competição nos mercados

Locação de veículos pesados

O mercado brasileiro de locação de caminhões, máquinas e equipamentos encontra-se em um estágio embrionário, com poucas empresas participantes e uma baixa penetração no mercado de veículos pesados, o que gera espaço de crescimento para todos os competidores. Além disso, há diferenças significativas entre as atuais empresas do mercado no que se refere ao tipo de ativo oferecido, nível/qualidade de serviço oferecido, marca dos ativos oferecidos, entre outros.

Ao final de 2024, de acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2025 pela ABLA, a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 59,7 mil veículos pesados (caminhões, ônibus e micro-ônibus), de um total de aproximadamente 2,2 milhões de caminhões. No mesmo período, a frota da Companhia correspondia a 40,5 mil ativos, incluindo caminhão-trator, caminhões, implementos, veículos utilitários e ônibus. Dessa forma, é possível concluir que o market share da Companhia está em aproximadamente 68%.

Adicionalmente, conforme já mencionado, a VAMOS foi responsável por quase 60% dos emplacamentos de caminhões nos últimos três anos, confirmando a nossa liderança e pioneirismo no setor de locação de pesados.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia Benefícios fiscais ou Subsídios:

Não é prática no mercado em que a Companhia atua a concessão de benefícios fiscais e subsídios, de modo que não usufrui de nenhum benefício fiscal.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Nos contratos de locação da Companhia em que ela oferece o serviço de manutenção da frota, preventiva e corretiva, utilizamos insumos adicionais, tais como, peças de reposição, lubrificantes, pneus, entre outros. Embora esses insumos não costumem apresentar variações bruscas em seus preços, a Companhia procura mitigar o risco relativo à volatilidade dos preços dos seus insumos por meio da inclusão de cláusulas de reajuste anual, com base na inflação do período, nos contratos celebrados com seus clientes.

Dependência de tecnologia

O modelo de negócios da Companhia não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Os segmentos de atuação da Companhia não apresentam sazonalidade significativa.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A Companhia possui uma base pulverizada de fornecedores não havendo concentração em um único fornecedor. Além de ser reflexo da diversificação geográfica, é parte da estratégia da Companhia possuir uma base diversificada de fornecedores.

Os fornecedores principais da Companhia são os fabricantes de caminhões, máquinas e equipamentos, tais como a Volkswagen, Mercedes, Scania, John Deere, Valtra, entre outros, das quais são adquiridos os ativos para a prestação do serviço de locação aos clientes da Companhia. Cada compra é negociada individualmente, e fatores como preço, condições de pagamento, características do ativo e perfil do caminhão ou máquina no momento da venda são considerados, além do significativo volume de compra, que favorecem a negociação com as montadoras. Os fornecedores da Companhia estão sujeitos à legislação aplicável, bem como à fiscalização de órgãos reguladores.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não depende de forma relevante de nenhum de seus fornecedores para a realização de suas atividades, uma vez que trabalha com diversas marcas de ativos, mas entende que está relativamente suscetível a variações significativas nos preços, assim como todo o mercado.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

A quantidade relevante de ativos adquiridos pela Companhia comparada com a capacidade instalada de seus fornecedores mitiga essa possível suscetibilidade a volatilidade dos preços dos veículos.

1.5 Principais Clientes

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia não depende de autorizações governamentais para manter suas operações.

As lojas da Companhia necessitam das seguintes autorizações para funcionamento: (i) alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura local; (ii) auto de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros local; (iii) auto de verificação de segurança expedido pelo CONTRU (no caso de lojas localizadas na cidade de São Paulo); (iv) auto de conclusão da edificação e respectivo projeto aprovado, expedidos pela Prefeitura local; e (v) licenças ambientais, conforme aplicável.

Em relação a todas as lojas que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia obteve ou está em processo de obtenção de todas as autorizações necessárias para o funcionamento de suas lojas. Adicionalmente, o histórico de relacionamento com os entes da administração pública é positivo, não havendo qualquer questão em relação a esse relacionamento que possa causar um impacto adverso relevante à Companhia ou às suas atividades.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (“RNTR-C”)

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida na Resolução da ANTT nº 4.799 de 27 de julho de 2015, que pormenoriza os procedimentos e a documentação correlata necessária para a obtenção do RNTR-C, bem como prevê as penalidades aplicáveis ao transportador em relação ao RNTR-C. As multas atualmente previstas possuem valores baixos – até R\$10.500,00 – podendo a ANTT, contudo, aumentar o valor das referidas multas por meio de nova Resolução. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta Resolução não exclui outras previstas no Código de Trânsito Brasileiro, nem exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

A Companhia possui registro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) na categoria de Empresa de Transporte de Cargas (“ETC”).

A Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC é a pessoa jurídica constituída que tenha no transporte de cargas a sua atividade principal, de acordo com definição da Lei Federal nº 11.442 de 5 de janeiro de 2007 (“Lei nº 11.442/2007”). A Lei nº 11.442/2007 categoriza o transportador de cargas conforme a sua natureza jurídica, diferenciando a figura da ETC da categoria do Transportador Autônomo de Cargas (“TAC”), que é a pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas sua atividade

profissional. A ETC deve ter sede no Brasil, comprovar ser proprietária ou arrendatária de pelo menos um veículo automotor de carga registrado no País, indicar um responsável técnico, o qual deverá possuir ao menos três anos de atividade ou ter sido aprovado em curso específico, e demonstrar capacidade financeira para o exercício da atividade e idoneidade de seus sócios e de seu responsável técnico (art. 2º, §2º).

Polícia Rodoviária Federal

Com suas atribuições definidas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 ("Lei nº 9.503/1997") e no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, conforme a previsão constitucional que lhe incumbe zelar pela segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal exerce a função ostensiva e repressiva com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação de trânsito (e demais normas pertinentes) no que é concernente ao trânsito nas rodovias federais. A aplicação de multas por infrações no trânsito e o poder de autoridade de polícia de trânsito estão entre as principais atribuições da Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Os artigos 162 e seguintes da Lei nº 9.503/1997 preveem uma série de condutas sujeitas a imposição de penalidades e medidas administrativas, sendo enquadradas como infrações de trânsito quaisquer inobservâncias desta Lei, da legislação complementar ou das resoluções do CONTRAN

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores

responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de tratamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, o Decreto nº 10.474 de 26 de agosto de 2020 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores;

(ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais, mas até o presente momento a ANPD ainda não editou nenhum regulamento relacionado à proteção de dados pessoais. O Decreto nº 10.474/2020 aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD. O Decreto entrou em vigor em outubro de 2020, na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União, e desencadeou o prazo legalmente previsto de 2 (dois) anos para transformação da ANPD em autarquia federal autônoma. No presente panorama, a ANPD já está operando, podendo emitir normas e diretrizes que poderão se aplicar à Companhia e impor novos limites às suas atividades de tratamento de dados pessoais.

Portanto, a Companhia deverá acompanhar os desenvolvimentos legislativos e regulatórios aplicáveis ao seu setor e constantemente atualizar quaisquer atividades de tratamento de dados pessoais irregulares ou ilegais, o que indica que a Companhia poderá ter elevados custos relacionados à conformidade com as normas nacionais de proteção de dados. Caso a Companhia falhe em atualizar seus processos operacionais de acordo com os requisitos da legislação ou regulamentação aplicável, a Companhia poderá incorrer em elevadas multas, processos judiciais e danos à sua reputação.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por

alguns órgãos de defesa do consumidor.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que a Companhia ocupa para o exercício de suas atividades, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou judiciais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação Ambiental

As operações da Companhia estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, as quais incluem, entre outros aspectos, normas relacionadas ao licenciamento ambiental para desenvolvimento de suas atividades, incluindo as emissões atmosféricas provenientes dos veículos movidos à diesel e demais equipamentos, à captação de recursos hídricos, ao lançamento de efluentes, ao gerenciamento de resíduos sólidos, entre outras. O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Licenciamento Ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981) prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, dependem do prévio licenciamento ambiental pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças e autorizações legalmente exigíveis, o qual estabelecerá as condições, restrições e medidas de fiscalização do empreendimento.

Como regra geral, nas atividades com significativo impacto ambiental, o processo de licenciamento envolve três etapas sucessivas, para obtenção de Licença Prévia (LP), da Licença de Instalação (LI) e, por fim, da Licença de Operação (LO), todas emitidas com prazos determinados de validade e condicionantes específicas. Atividades com baixo impacto ambiental, assim definidas pela legislação ambiental ou pelo órgão ambiental competente, podem estar sujeitas à dispensa ou isenção de licenciamento ambiental.

A LP é emitida em fase preliminar de planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, e estabelece condições e exigências técnicas que deverão ser observadas nas fases do licenciamento. A LI autoriza a construção do empreendimento. Por fim, a LO autoriza o efetivo início e a continuidade das atividades operacionais.

Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento (construção, alteração, ampliação e operação) e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, e sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, além das sanções descritas no item “i” acima, podem incorrer multas pelas irregularidades referidas, no âmbito federal, e interdição das atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos.

É importante, ainda, ressaltar que para os empreendimentos com significativo impacto ambiental, é exigido o pagamento de compensação ambiental sobre os impactos negativos não mitigáveis resultantes da implantação do empreendimento, por meio de destinação de recursos para implantação e manutenção de unidade de conservação.

Além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira impõe diversas outras obrigações e exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) o controle das emissões atmosféricas; (iii) a destinação final ambientalmente adequada de resíduos; (iv) o atendimento aos padrões de níveis de ruídos; (v) a obtenção de autorizações para a captação de água e lançamento de efluentes, entre outros. Ainda, a legislação determina a elaboração de estudos ambientais específicos, tais como o Estudo de Impacto de Vizinhança e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos podem sujeitar a Companhia às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

Os atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia protocolar tempestivamente os respectivos pedidos de renovação de licença ou de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação dos empreendimentos, a operação e a manutenção das atividades da Companhia.

Resíduos Sólidos

Outro controle importante é o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pela Companhia, instituído pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). A referida lei determina que a disposição inadequada de resíduos sólidos, bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos, podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativas e penal, além do dever de reparação dos danos causados.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas, onde o responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos sólidos.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Como já demonstrado, a legislação brasileira prevê a responsabilidade objetiva e solidária ao causador de danos ambientais, de modo que a Companhia pode ser considerada solidariamente responsável em caso de terceiros causarem prejuízos decorrentes de dano ambiental.

Como o gerenciamento de resíduos sólidos da Companhia é executado por terceiros, a Companhia pode ser adversa e significativamente afetada caso terceiros prestadores de serviço causem danos ambientais por meio das atividades que desempenham para destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/1997), o uso de recursos hídricos está sujeito à prévia outorga de direito de uso por parte do Poder Público, e é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, seja para captação de água, seja para lançamento de efluentes. A outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser emitida pelo órgão ambiental competente, a partir da dominialidade do corpo d'água utilizado.

Exceto por derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, ou pelo uso para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, todo uso relevante da água que não envolva utilização de rede pública, incluindo derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final e extração de água de aquífero subterrâneo, está sujeito à outorga do direito de uso de recursos hídricos. A falta da outorga ou o não atendimento de suas condicionantes, além da execução de obras e serviços hidráulicos, é considerada infração administrativa e pode acarretar a aplicação de multa, no valor de até R\$10.000,00, embargo da atividade, dentre outras, além de eventual exposição criminal.

Áreas Contaminadas

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem*, ou seja, ônus que acompanha o bem imóvel.

As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas e efetiva remediação visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro, o que pode ensejar o desembolso de despesas significativas.

Feita a remediação, segue-se o monitoramento dos resultados obtidos por período de tempo a ser definido pelo órgão ambiental. Os resultados do monitoramento indicarão a eficiência da remediação. Eventuais restrições de uso decorrentes de contaminação anteriormente existente e que sejam verificadas após a remediação de áreas desativadas devem ser tornadas públicas, por meio da averbação no registro de imóveis competente.

Ainda, cabe destacar que a Controladora da Companhia declarou apoio ao PACTO Global relacionados a Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção – em todas as suas formas.

Responsabilidade Ambiental

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade consideradas distintas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como gerar a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isentas, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais, embora existam interferências pontuais de acordo com o caso concreto.

A responsabilidade civil ambiental, delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade desenvolvida pela Companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

Aquele que tenha causado dano ambiental, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades.

Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nas unidades da Companhia, como, por exemplo, a coleta, o transporte e destinação final de resíduos, não isentam a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

As penas restritivas de direitos aplicadas às pessoas jurídicas, de forma isolada, cumulativa ou alternativa, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, e (iv) multa.

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa, podem incluir advertência, multas de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Questões sociais

Embora a regulação específica sobre direitos humanos e empresas no Brasil não possua caráter vinculante, há uma tendência cada vez mais forte de proliferação de novos instrumentos normativos para

prever obrigações a serem cumpridas por empresas no que tange à incorporação do respeito aos direitos humanos em toda a estratégia de negócios. A Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos nº 5/2020 oferece subsídios para a postura a ser assumida pelas empresas com relação ao tratamento dos direitos humanos, indicando que as empresas são responsáveis pelas violações de direitos humanos causadas direta ou indiretamente por suas atividades, o que se estende por toda sua cadeia de produção.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria, em todos os aspectos relevantes, as obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Todas as relações da Companhia e suas controladas com as montadoras de caminhões são reguladas por contratos de concessão, os quais abrangem a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor, a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão, e no uso gratuito da marca da concedente, como identificação. O desenvolvimento e execução das atividades da Companhia é dependente da existência e regularidade dos contratos de concessão com as montadoras. Adicionalmente, a Companhia é titular de diversas marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, tais como “VAMOSLOCAÇÃO”, “VAMOSSEMINOVOS”, “VAMOSCONFIA” e “GRUPO VAMOS”, as quais são extremamente relevantes para suas atividades. A Companhia também é titular de alguns nomes de domínios associados a tais marcas, dentre os quais se destacam www.grupovamos.com.br e vamos.com.br.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos; (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não realizou contribuições financeiras diretamente ou por meio de terceiros.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida consolidada auferida pela Companhia no Brasil foi de R\$4.690,7 milhões, representando 99,82% da receita líquida total da Companhia.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Desde 2022 a Companhia passou a consolidar o resultado da adquirida BMB, que possui operações no México. A receita dessas operações representa menos de 1% e, portanto, é irrelevante em relação à receita total da Companhia.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações ASG da VAMOS são publicadas anualmente através do Relatório Anual Integrado, que pode ser acessado através do link <https://ri.grupovamos.com.br/a-companhia/sustentabilidade/>.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório da VAMOS atende integralmente às exigências das normas da GRI e é elaborado com base nas diretrizes da estrutura do Relato Integrado, da *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). O documento é ainda submetido à asseguração limitada, em conformidade com a Resolução nº 14/2020 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Buscamos ainda estarmos alinhados com padrões e *frameworks* disponíveis para orientar a produção de relatórios integrados e, sobretudo, para possibilitar um alcance ainda maior de nossas comunicações ao mercado, usando requisitos como:

- **CPC 09 – Relato Integrado**, alinhado ao *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, que orienta a comunicação sobre a criação de valor em longo prazo;
- recomendações contidas no *Corporate Sustainability Assessment (CSA)*, da S&P Global;
- indicadores do *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*, que nos permitem aprimorar a nossa divulgação de informações financeiras relevantes aos investidores;
- recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)* e orientações do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, que fortalecem a nossa abordagem sobre mudanças climáticas e riscos ambientais;
- relacionamento com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e a **Agenda 2030**, da **Organização das Nações Unidas (ONU)**, reafirmando o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Para garantir a qualidade e credibilidade das informações reportadas, o conteúdo dos relatórios dos últimos anos foi assegurado pela KPMG, que verificou o padrão de alinhamento que estamos informando, cujo conteúdo está relacionado à nossa Matriz de Materialidade e às estratégias definidas pela Alta Direção. O documento também é analisado e aprovado pelo Comitê de Sustentabilidade da VAMOS.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O documento pode ser acessado em nosso site de Relações com Investidores através do link <https://ri.grupovamos.com.br/a-companhia/sustentabilidade/>.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia revisou seu processo de materialidade em 2022, detectando os aspectos que nos levam à geração de valor e os impactos positivos e negativos de nossas atividades, conforme os princípios estabelecidos nas normas da *Global Report Initiative (GRI)*.

Foi considerado no trabalho documentos e premissas que embasam a estratégia corporativa, com a percepção de riscos e oportunidades; conteúdo dos canais de engajamento com stakeholders; e benchmarks nacionais e internacionais do setor, que nos revelam a perspectiva dos principais temas associados à nossa cadeia de valor. Nos amparamos ainda no Relatório de Riscos Globais 2022 do Fórum Econômico Mundial, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e nos parâmetros do Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Todo esse processo resultou na identificação de 13 temas iniciais, submetidos a executivos, conselheiros e outros stakeholders, que os selecionaram em razão de sua importância para os nossos negócios e priorizaram os mais representativos em abrangência e magnitude. A consulta foi ampliada por meio de questionário online, tendo como resultado a seleção de sete temas materiais analisados e validados por nosso Comitê de Sustentabilidade.

Os temas materiais identificados pela Vamos representam elementos centrais para a compreensão e gestão dos riscos e das oportunidades relacionados ao desenvolvimento e à expansão dos nossos negócios. Os temas e os indicadores materiais são:

- **Ética, conformidade e boas práticas de governança corporativa**
Divulgações GRI: 205-1, 205-2, 205-3, 206-1, 402-1, 406-1, 408-1, 409-1, 418-1
Indicadores materiais: Efetividade do canal de denúncias (número de denúncias, tipos, resolução)
 - **Estratégia climática e gestão ambiental**
Divulgações GRI: 302-1, 302-2, 302-3, 302-4, 303-1, 303-2, 303-3, 303-4, 303-5, 304-2, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5, 305-6, 305-7, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5
Indicadores materiais: Emissões de GEE (Escopo 1, 2 e 3), quantidade de resíduos gerados e destinação
 - **3. Valorização dos colaboradores e respeito à diversidade**
Divulgações GRI: 202-1, 202-2, 401-1, 401-2, 401-3, 404-1, 404-2, 404-3, 405-1, 405-2, 407-1
Indicadores materiais: Diversidade da força de trabalho (gênero, raça, etc.), Horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador
 - **Saúde e segurança das pessoas**
Divulgações GRI: 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9, 403-10
Divulgações SASB: TR-RO-000.C
Indicadores materiais: Número de acidentes de trabalho e taxa de frequência
 - **Crescimento econômico-financeiro, inovação e diversificação de serviços**
Divulgações GRI: 201-1, 201-2, 207-1, 207-2, 207-3, 207-4, 416-1, 416-2, 417-1, 417-2, 417-3
Divulgações SASB: TR-CR-250a.1, TR-CR-250a.2
Indicadores materiais: Receita líquida e lucro líquido, Satisfação do cliente (NPS)
 - **Desenvolvimento da frota brasileira**
Divulgações SASB: TR-CR-410a.1, TR-CR-410a.2
Indicadores materiais: Idade média da frota
 - **Impacto nas comunidades e na cadeia de valor**
Divulgações GRI: 203-1, 203-2, 204-1, 308-1, 308-2, 408-1, 409-1, 410-1, 411-1, 413-1, 413-2, 414-1, 414-2
Indicadores materiais: Investimento social
- f. **se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

O Relatório Anual Integrado da VAMOS considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Os seguintes ODS são considerados materiais para os negócios da Companhia:

Ética, conformidade e boas práticas de governança corporativa

ODS: 16

Estratégia climática e gestão ambiental

ODS: 3, 7, 12, 13, 14 e 15

Valorização dos colaboradores e respeito à diversidade

ODS: 3, 4, 5, 10, 8

Saúde e segurança das pessoas

ODS: 3

Crescimento econômico-financeiro, inovação e diversificação de serviços

ODS: 8, 9 e 12

Desenvolvimento da frota brasileira

ODS: 9 e 12

Impacto nas comunidades e na cadeia de valor

ODS: 1, 2, 10, 16 e 17

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

A Companhia adota as recomendações do TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures) e orientação do CDP – (Carbon Disclosure Project) na apresentação de informações associadas às mudanças climáticas e aos processos de gestão. Adicionalmente, considera ainda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, integrados à Agenda 2030, com os quais os indicadores estão relacionados. **se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

A VAMOS realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa (GEE), considerando os escopos 1, 2 e 3 (Categoria 1 - bens e serviços comprados; Categoria 2- bens de capital; Categoria 3- atividades relacionadas com combustível e energia e não inclusas nos escopos 1 e 2; Categoria 4- transporte e distribuição (upstream); Categoria 5- resíduos gerados nas operações; Categoria 6 - viagens a negócios; Categoria 7- deslocamento de funcionários; Categoria 13 - bens arrendados para terceiros).

A elaboração do inventário de GEE da Companhia segue a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. É realizada verificação de terceira parte para garantir precisão e confiabilidade dos dados. O resultado do inventário é publicado anualmente no Registro Público de Emissões, conforme [link](#).

- h. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

(a) Interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) Os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Não aplicável.

(ii) Quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições; e

Não aplicável.

(iii) Estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável.

(c) Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição, alienação ou locação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Reorganização societária entre Vamos Locação e Automob

Em 30 de novembro de 2024, foi celebrado o termo de fechamento da reorganização societária envolvendo a Automob Participações S.A., atual denominação da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A. ("Vamos Concessionárias"), e a Automob S.A. ("Automob") formalizando a verificação (ou renúncia, conforme o caso) de todas as condições suspensivas as quais estavam sujeitas as eficácias de todas as etapas da operação. Com isso, tornaram-se eficazes as etapas da operação, de acordo com o descrito a seguir:

(i) Dividendos in Natura: Em 30 de novembro de 2024, foram declarados os dividendos intercalares da Vamos Locação aos seus acionistas no montante total de R\$980.000.000,00 que serão pagos in natura mediante a entrega de ações ordinárias de emissão da Vamos Concessionárias de titularidade da Vamos Locação (representativas de 75,42865411% do capital social da NewCo) ("Dividendos in Natura").

(ii) Cisão Parcial: Em 30 de novembro de 2024, foi consumada a cisão parcial da VAMOS Locação com incorporação da parcela cindida pela Vamos Concessionárias ("Cisão Parcial") e, consequentemente, (a) o capital social da Vamos Locação foi reduzido em R\$1.129.626.020,12, passando de R\$2.142.576.124,79 para R\$1.012.950.104,67, mantendo-se inalterado o número de ações ordinárias; e (b) o capital social da Vamos Concessionárias foi aumentado em R\$750.528.868,17, passando de R\$1.244.661.577,00 para R\$1.995.190.445,17, mantendo-se inalterado o número de ações ordinárias. A parcela cindida da Cisão Parcial foi incorporada pela Vamos Concessionárias e todos os seus elementos passaram a fazer parte de seu patrimônio.

(iii) Aquisição de Ações: Em 30 de novembro de 2024, em decorrência da aquisição de ações de emissão da Automob S.A. pela Vamos Concessionárias ("Aquisição de Ações"), a SIMPAR transferiu para a Vamos Concessionárias ações ordinárias de emissão da Automob representativas de 51,29340159% do capital social da Automob.

(iv) Pagamento do Preço da Aquisição de Ações: A Vamos Concessionárias transferiu o montante de R\$1.000.000.000,00 para a SIMPAR referente à Aquisição de Ações.

(v) Incorporação da Automob: Em 31 de dezembro de 2024, foi consumada a incorporação da Automob pela Vamos Concessionárias ("Incorporação da Automob") e, consequentemente, (a) o capital social da Vamos Concessionárias foi aumentado mediante a emissão de 649.641.275 novas ações ordinárias da Vamos Concessionárias, as quais foram entregues aos antigos acionistas da Automob (com exceção da própria Vamos Concessionárias). Adicionalmente, a Automob foi extinta e sucedida universalmente pela Vamos Concessionárias em todos os ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais, na forma do art. 227 da Lei das S.A, a qual passou a ser denominada Automob Participações S.A..

Para mais informações, acesse <https://ri.grupovamos.com.br> e/ou documentos divulgados pela Vamos no site da CVM.

1.13 Acordos de acionistas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Em razão da reorganização societária de Automob Participações S.A., ocorrida em novembro de 2024, descrita no item 1.12 deste Formulário de Referência, a Companhia passou a operar exclusiva e inteiramente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem mencionadas no item.

2. Comentários dos diretores

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas neste item 2.1 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à “Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços” (“Receita Líquida”) para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

A Companhia e suas controladas vendem e operam locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados, gestão de frota nos segmentos de comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, prestação de serviços de customização de caminhões, de mecânica e funilaria, além da produção, locação e comercialização de implementos rodoviários. A Companhia é controlada pela Simpar S.A.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeiras e de liquidez para avaliação do negócio da

Companhia, as quais são revisadas regularmente pela administração:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023 ^(*)
Patrimônio Líquido	2.442.373	4.735.295
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	3.975.367	2.724.346
Receita líquida venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	723.945	824.372
Receita líquida total	4.699.312	3.548.718
Lucro Líquido do exercício	380.974	586.959
EBITDA (i)	3.313.654	2.576.135
EBITDA de serviços (i)	3.167.294	2.360.187
Margem EBITDA (ii)	70,50%	72,60%
Margem EBITDA de serviços (ii)	79,70%	86,60%
Dívida bruta (iii)	14.393.281	11.310.665
Dívida líquida (iv)	11.605.053	9.005.703
Caixa e equivalente de caixa	(152.938)	(97.768)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras circulante	(2.635.290)	(2.196.244)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras não circulante	-	(10.950)
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	10.812	225.019
Alavancagem líquida (v) ^(a)	3,5	3,5
Liquidez imediata (vi)	1,02	0,68
Liquidez corrente (vii)	1,52	1,75
Liquidez seca (viii)	1,48	1,26

- (i) EBITDA é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização (EBITDA). Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia. O EBITDA de serviços é calculado desconsiderando o efeito da receita líquida e dos custos de venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços (ativos desmobilizados).
- (ii) A “Margem EBITDA” consiste no resultado da divisão do EBITDA pela “Receita líquida total” consolidada da Companhia. E a “Margem EBITDA de serviços” consiste no resultado da divisão do EBITDA de serviços pela “Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços”.
- (iii) “Dívida bruta” é igual ao total de empréstimos, financiamento e debêntures, arrendamentos a pagar, risco sacado a pagar e a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes.
- (iv) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total de empréstimos, financiamento e debêntures, arrendamentos a pagar, risco sacado a pagar e a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes, subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, todos circulantes e não circulantes.
- (v) A “Alavancagem Líquida” é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA LTM ajustada pela Provisão de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.
- (vi) A “Liquidez imediata” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários do ativo circulante, dividida pelo passivo circulante.
- (vii) A “Liquidez corrente” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a divisão do Ativo circulante pelo passivo circulante.
- (viii) A “Liquidez seca” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários e mais contas a receber, todos do ativo circulante, dividida pelo passivo circulante.

^(a) A alavancagem líquida, está sendo calculada considerando os valores a dívida líquida desconsolidada dos valores da Vamos Linha a amarela (operação descontinuada), uma vez que o ativo e passivo apresentado nesse formulário considera os saldos patrimoniais “Nova Vamos e Vamos Linha Amarela”. O índice de alavancagem líquida pode ser encontrada em nosso relatório de resultado divulgados junto com as demonstrações financeira findas nesse período.

^(*) As informações de saldos de resultado foram reapresentadas por conta da reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024. Por tanto, os saldos de resultado e índices financeiros foram impactas e estão sendo reapresentadas neste formulário.

Dívida bruta

Em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Bruta da companhia foi de R\$14.393.281 mil, comparado com R\$11.310.665 mil em dezembro de 2023, apresentando um aumento de R\$3.082.616 mil. Esse aumento é decorrente, principalmente da captação de recursos por meio das emissões da 10ª e 11ª emissão debêntures que em conjunto totalizaram um no montante de R\$1.535.1819 mil (líquido de custos de transação), a aquisição de veículos para locação por meio de Finame Direto no montante de R\$1.151.183

mil, emissão do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) no montante de R\$826.618 (líquido de custos de transação) e a captação de crédito internacional por meio da resolução 4131 no montante de R\$275.685 (líquido de custos de transação).

Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Bruta da Companhia registrou R\$11.310.665 mil, comparado a R\$7.667.285 mil em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$3.643.380 mil na comparação do mesmo período. Esse aumento é decorrente, principalmente, da captação de recursos por meio das emissões de 2 (dois) certificados de recebíveis agrícolas (CRA), em conjunto no montante de R\$1.312.056 mil (líquido de custos de transação), da 7ª emissão e 9ª emissão de debêntures em conjunto no montante de R\$794.772 mil (líquido de custos de transação), nota de crédito à exportação (NCE) no montante de R\$447.750 (líquido de custos de transação), nota comercial no montante de R\$735.433 mil (líquido de custos de transação) e financiamentos via Finame para aquisição de veículos para locação no montante de R\$562.688 mil, pela Vamos Locação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$11.605.053 mil em comparação a 31 de dezembro de 2023, onde foi registrado uma Dívida Líquida de R\$9.005.703 mil, apresentando um aumento de R\$2.599.350 mil na comparação anual. Esse aumento decorre das captações efetuadas durante o exercício, conforme explicado na variação da dívida bruta, além disso a companhia teve uma redução nos valores a receber sobre os instrumentos financeiros derivativos (variação de R\$ 214.207 mil) e uma diminuição em sua aplicação financeira de longo prazo no valor de R\$10.950. Em contrapartida a companhia apresentou um aumento de R\$439.046 mil em suas aplicações financeiras de curto prazo e um aumento de R\$55.170 mil no caixa e equivalente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida da Companhia registrou R\$9.005.703 mil em comparação a R\$5.925.114 mil em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$3.080.589 mil na comparação anual. Esse aumento decorre das captações efetuadas durante o exercício, conforme explicado na variação da dívida bruta, além do aumento do valor a receber sobre os instrumentos financeiros derivativos (variação de R\$468.889 mil) e da diminuição das aplicações financeiras a curto prazo no valor de R\$557.731 mil.

Demais indicadores

A Alavancagem Líquida em 31 de dezembro de 2024 foi de 3,50x sem redução, comparada com 31 de dezembro de 2023. Apesar da Companhia ter apresentado uma Dívida Líquida no período maior que de 2023 o EBITDA também apresentou esse aumento por conta da variação do lucro líquido em R\$ 227.374 mil, o aumento das despesas com imposto de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização no montante de R\$ 510.145 mil.

A Alavancagem Líquida da Companhia registrou 3,50x em 31 de dezembro de 2023, um aumento em comparação ao 3,07x apurado em 31 de dezembro de 2022. Conforme mencionado anteriormente, a dívida líquida apresentou crescimento de 52,09%, na comparação com 31 de dezembro de 2022, assim como o EBITDA, também apresentou aumento de 36,26% em relação ao exercício social do ano anterior.

A Companhia apresentou uma redução em sua liquidez corrente em 31 de dezembro de 2024 em comparação ao mesmo período de 2023 de 0,23. Essa redução deve-se a diminuição do ativo circulantes em 2024 com relação ao passivo circulante, quando comparados com 31 de dezembro de 2023, onde o ativo circulante estava maior que o passivo circulante em R\$2.545.384 mil.

A Companhia apresenta ao final do exercício de 2023 ativos circulantes maiores que os passivos

circulantes nos montantes de R\$2.545.384, respectivamente, apresentando uma melhora em relação ao cenário no final do exercício de 2022, quando os saldos de passivo circulante eram maiores que os do ativo circulante.

Em relação a Liquidez Seca a companhia apresentou um aumento em relação aos períodos anteriores por conta da redução de estoque no impactado pela reestruturação que contou com a saída da Vamos Comércio de Máquinas Linhas Amarela S.A e suas controladas no montante de R\$1.546.719 comparado com o mesmo período de 2023 e R\$659.688 comparado com o mesmo período de 2022.

O modelo de negócios da Companhia é baseado na elaboração de contratos de locação de longo prazo para caminhões, máquinas e equipamentos. Esse modelo permite grande previsibilidade no fluxo de caixa e geração de valor dos investimentos da Companhia. Os contratos de locação possuem, em média, 5 anos de duração, com correção de índices de inflação anual e cláusula de rescisão com multa de 50% do valor remanescente do contrato, propiciando ao modelo de negócio um baixo risco de execução.

Assim, considerando o retorno que será obtido com os contratos de locação vigentes e em implantação e com a venda de ativos após o término dos contratos, sua geração de caixa é considerada suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração antecipa que, quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais, serão cumpridas mediante recebimentos de dividendos de suas controladas ou captações alternativas de recursos.

A administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais do Grupo são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

(b) Estrutura de Capital

A Companhia acredita que sua atual estrutura de capital apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, na visão da administração da Companhia, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	17.834.654	16.073.531
Patrimônio líquido (capital próprio)	2.442.373	4.735.295
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	20.277.027	20.808.826
Parcela de capital de terceiros	87,95%	77,24%
Parcela de capital próprio	12,05%	22,76%

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de capital de terceiros foi de R\$17.834.654 mil e de R\$ 16.073.531 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$1.761.123 mil ou 10,96%, impactado principalmente pelas captações de recursos por meio de instrumentos de dívida, conforme mencionado no tópico de Dívida bruta. Com relação ao capital próprio, houve uma redução de R\$2.292.922 mil ou 10,96%, decorrente da reestruturação societária com redução do Capital Social no montante de R\$1.129.626 mil, o consumo das reservas de lucros no montante de R\$889.026 mil e o aumento das Ações em Tesouraria no valor de R\$100.971 mil.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de capital de terceiros era de R\$16.073.531 mil e de R\$13.036.528 mil em 31 de dezembro 2022, representando aumento de R\$3.037.003 mil ou 23,3%, impactado principalmente pelas captações de recursos por meio de instrumentos de dívida, conforme mencionado

anteriormente. Já em relação ao saldo de capital próprio, houve um aumento de R\$1.096.407 mil ou 30,1%, saindo de R\$3.638.888 mil para R\$4.735.295 mil, principalmente em razão do aumento de capital pela oferta subsequente de ações (*follow-on*) e pelo resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O capital de terceiros da Companhia é representado, substancialmente, por fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures e cessão de direitos creditórios a pagar.

A dívida financeira bruta da Companhia é composta por empréstimos, financiamentos e debêntures e posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção da dívida. A segregação da dívida bruta, conforme exigibilidade, está demonstrada abaixo:

(Em milhares de R\$)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida bruta de curto prazo	942.379	1.078.582
Dívida bruta de longo prazo	13.450.902	10.232.083
Dívida Bruta (i)	14.393.281	11.310.665

(i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos a pagar, risco sacado a pagar e posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger eventuais variações das dívidas, todos circulantes e não circulantes.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia entende que o Grupo apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos conforme divulgado no item 2.1 (a) deste Formulário de Referência.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2024 foi de 1,14 e 1,52 contra uma liquidez geral e corrente em 31 de dezembro de 2023 de 1,29 e 1,75. O índice de liquidez geral consiste no resultado da divisão do “Ativo circulante” mais “Ativo Realizável a longo prazo” pelo “Total do passivo”, e o índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do “Ativo circulante” pelo “Passivo circulante”. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R\$14.393.281 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais, nas atividades de investimento e pelas atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou mais caixa nas atividades operacionais e nas atividades de investimento, nos montantes de R\$2.702.818 e R\$100.949 e gerou caixa nas atividades de financiamentos no montante de R\$2.858.936; no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizou mais caixa nas atividades operacionais e nas atividades de investimento, nos montantes de R\$3.241.539 e R\$361, respectivamente e gerou caixa nas atividades de financiamentos no montante de R\$3.254.661.

A variação no exercício de 2024, em comparação com o exercício de 2023 decorre, principalmente da utilização de caixa para aquisição de ativo imobilizado para locação, pagamentos de juros sobre empréstimos financiamentos e debêntures, recompra de ações.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhares de R\$)		
Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante	942.379	7,41%
Total passivo não circulante	13.461.714	92,59%
2025	981.001	6,81%
2026	1.841.970	12,79%
2027	3.155.737	21,91%
2028	2.941.084	20,42%
2029 em diante	5.484.300	38,07%
Total	14.404.093	100,00%

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) cessão de direitos creditórios provenientes dos contratos de locação de veículos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

A Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não possuía saldo com arrendamentos financeiros a pagar.

Em 31 de dezembro de 2024 o prazo médio da dívida ficou em 5,0 anos. Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio era de 5 anos.

i. Contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 31 de dezembro de 2024:

1. Crédito Internacional celebrado com o JP Morgan Chase Bank, N.A. refere-se à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. O contrato é remunerado (i) por taxas pré-fixadas de 2,60%; ou (ii) pela variação do dólar, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* (proteção) contra a exposição ao dólar. O vencimento de tal contrato será até agosto de 2027. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$630.783 mil.
2. Contrato referente à 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado em 16 de agosto de 2019, no valor de R\$ 800.000 mil. O vencimento da primeira série ocorrerá em 20/08/2024, e, o da segunda série em 20/08/2026. A remuneração é de 100% DI + limite de 1,81% a.a. para a primeira série, e, 100% DI + limite de 2,00% a.a. para a segunda série. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$174.219.
3. Contrato referente à Finame Direto, com o BNDES, datado e liquidado em 06 de março de 2023, no valor de R\$ 480.000 mil, com vencimento em 15 de novembro de 2028. A remuneração é de IPCA + 5,05% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.717.466 mil.
4. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 15 de novembro de 2019. A quantidade emitida foi de 220.000 (duzentos e vinte mil) CRA, sendo (i) 98.036 (noventa e oito mil e trinta e seis) CRA Pré I; e (ii) 121.964 (cento e vinte e um mil, novecentos e sessenta e quatro) CRA Pré II. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 220.000 mil. O vencimento para o CRA Pré I ocorrerá em 18/11/2024, e, do CRA Pré II o vencimento ocorrerá em 16/11/2026. A remuneração é pré-fixada em 7,6% a.a. para o CRA Pré I, e, 8,0% a.a. para o CRA Pré II, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em percentual do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$66.880 mil.
5. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 12 de junho de 2020. A quantidade emitida foi de 500.000 (duzentos e vinte mil) CRA III. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão do CRA. O valor total ficou em R\$ 500.000 mil. O vencimento para o CRA III ocorrerá em 15/06/2027. A remuneração é pré-fixada em IPCA + 5,7000 a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em percentual do CDI. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor em aberto era de R\$572.994 mil.
6. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., em 23 de novembro de 2020, no valor de R\$ 400.000 mil, e vencimento em 18 de novembro de 2030. A remuneração é pré-fixada em IPCA + 5,7315% a.a., observado ainda que a

Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em percentual do CDI. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$400.548 mil.

7. Contrato referente à 3ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 10 de junho de 2021, liquidado em 08 de julho de 2021, no valor de R\$ 1.000.000 mil. O vencimento da primeira série ocorrerá em 15/06/2031, o da segunda e terceira série em 15/06/2031. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,30% a.a. para a primeira série, 100% DI + limite de 2,75% a.a. para a segunda série, e, IPCA + 6,3605% para a terceira série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em % do CDI. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$943.548 mil.
8. Contrato referente à 4ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em até 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 13 de outubro de 2021, liquidado em 12 de novembro de 2021, no valor de R\$ 2.000.000 mil. O vencimento da primeira série ocorrerá em 15/10/2028, o da segunda e terceira série em 15/10/2031. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,40% a.a. para a primeira série, 100% DI + limite de 2,80% a.a. para a segunda série, e, IPCA + 7,6897% para a terceira série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em % do CDI para a terceira série. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$2.044.768 mil.
9. Contrato referente à 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais, em 14 (séries), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Bradesco BBI S.A, datado e liquidado em 03/12/2021, no valor de R\$ 500.000 mil. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,40% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$506.626 mil.
10. Contrato referente à 5ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 08 de abril de 2022. A quantidade emitida foi de 600.000 (seiscentas mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), perfazendo um montante de total de R\$ 600.000 mil. A Emissão insere-se no contexto de uma operação de securitização dos Direitos Creditórios do Agronegócio. A primeira série totaliza R\$ 303.642 mil, e, a segunda série totaliza R\$ 296. O vencimento para a primeira série ocorrerá em 14 de maio de 2032, e, da segunda série o vencimento ocorrerá em 14 de maio de 2037. A remuneração é IPCA+6,5473% a.a. para o a primeira série, e, IPCA+6,9739% a.a. para a segunda série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em percentual do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$553.840 mil.
11. Contrato referente à 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Safra S.A, datado e liquidado em 07 de junho de 2022, no valor de R\$ 250.000 mil, com vencimento em 07 de junho de 2028. A remuneração é de 114,75% DI a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$251.025 mil.

12. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 27 de maio de 2020 no valor Nominal de R\$ 98.036 mil e vencimento em 14 de novembro de 2024. A remuneração é de 139% CDI. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 1.867 mil.
13. Contrato de *Swap* 2ª Série com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 27 de maio de 2020 no valor Nominal de R\$ 121.964 mil e vencimento em 13 de novembro de 2026. A remuneração é de 133,80% CDI. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 8.581 mil.
14. Contrato de *Swap* com o Banco Safra S.A., assinado em 07 de agosto de 2020 no valor Nominal de R\$ 502.652 mil e vencimento em 14 de junho de 2027. A remuneração é de 165% CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 79.857 mil.
15. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 26 de novembro de 2020 no valor Nominal de R\$ 400.000 mil e vencimento em 14 de novembro de 2030. A remuneração é de 133,60% CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 2.170 mil.
16. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 311.790 mil e vencimento em 15 de junho de 2029. A remuneração é de 127,20% CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 15.116 mil.
17. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 223.750 mil e vencimento em 16 de junho de 2031. A remuneração é de 131,75% CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 16.649 mil.
18. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 464.460 mil e vencimento em 16 de junho de 2031. A remuneração é de 116,50% CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 25.542 mil.
19. Contrato de *Swap* com o Banco BTG Pactual, assinado em 10 de novembro de 2021 no valor Nominal de R\$ 567.039 mil e vencimento em 15 de outubro de 2031. A remuneração é de 127,50% CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 144 mil.
20. Contrato de *Swap* com o Banco BTG Pactual, assinado em 12 de maio de 2022 no valor Nominal de R\$ 296.358 mil e vencimento em 15 de maio de 2037. A remuneração é de 116,50% CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 24.816 mil.
21. Contrato de *Swap* com o Banco Santander, assinado em 18 de maio de 2022 no valor Nominal de R\$ 153.642 mil e vencimento em 17 de maio de 2032. A remuneração é de 111,25% CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 6.227 mil.
22. Contrato referente à 7ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 31 de maio de 2023, no valor de R\$ 250.000 mil. O vencimento da série única ocorrerá em 15/06/2028. A remuneração é de 100% DI + 2,17% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 249.779 mil.
23. Contrato referente à 9ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado

em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 550.000 mil. O vencimento da série única ocorrerá em 20/12/2028. A remuneração é de 100% DI + 2,35% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 549.466 mil.

24. Contrato referente à 1ª (primeira) emissão de nota de crédito à exportação, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Santander S.A, datado e liquidado em 29 de março de 2023, no valor de R\$ 450.000 mil, com vencimento em 30 de março de 2026. A remuneração é de CDI+2,60% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 494.593 mil.
25. Contrato referente à 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Santander S.A, datado e liquidado em 13 de junho de 2023, no valor de R\$ 750.000 mil, com vencimento em 21 de junho de 2028. A remuneração é de CDI+2,20% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 742.289 mil.
26. Contrato referente à Finame, com o Banco Mercedes, datado e liquidado em 09 de setembro de 2022, no valor de R\$ 374.781 mil, com vencimento em 15 de outubro de 2028. A remuneração é de Selic + 1,73% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 369.732 mil.
27. Contrato referente à Finame Direto, com o BNDES, datado e liquidado em 06 de março de 2023, no valor de R\$ 480.000 mil, com vencimento em 15 de novembro de 2028. A remuneração é de IPCA + 5,05% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.717.466 mil.
28. Contrato referente à 10ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 26 de fevereiro de 2024, no valor de R\$ 550.000 mil. O vencimento da série única ocorrerá em 21/02/2029. A remuneração é de 100% CDI + 2,35% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 521.374 mil.
29. Contrato referente à 11ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 11 de julho de 2024, no valor de R\$ 1.050.000 mil. O vencimento da série única ocorrerá em 25/06/2029. A remuneração é de 100% CDI + 2,35% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.039.601 mil.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da

Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre, também, todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos, as quais se referem a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado; e, inclusive, seus *covenants* financeiros, os quais estão apresentados abaixo:

1. “1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.” – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2024	2023 (*)
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Igual ou menor que 4	3,31	3,38
EBITDA consolidado ⁽²⁾ / despesas financeiras líquidas ⁽³⁾	Igual ou maior que 2	2,43	2,64

⁽¹⁾ Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses ajustada pela Provisão de Devedores de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.

⁽³⁾ Despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de dívida financeira líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo reapresentado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

2. Emissões de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.” – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2024	2023 ^(*)
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,31	3,38

⁽¹⁾ Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (*hedge*) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses ajustada pela Provisão de Devedores de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.

^(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo reapresentado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

3. Contrato de crédito internacional com o JP Morgan Chase Bank, N.A., assinado pela Companhia – *covenant* financeiro a ser observado pelo Grupo Vamos:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2024	2023 ^(*)
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,31	3,38

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (*hedge*) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses ajustada pela Provisão de Devedores de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.

^(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo reapresentado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

Os *covenants* descritos no contrato de crédito internacional são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas do Grupo Vamos e estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2023.

4. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2024	2023 ^(*)
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,31	3,38

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (*hedge*) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses ajustada pela Provisão de Devedores de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.

⁽²⁾ EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses.

^(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo reapresentado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

5. Contrato de crédito internacional com o Citibank – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2024	2023 ^(*)
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,31	3,38

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

⁽²⁾ EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses.

^(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo reapresentado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

6. Nota promissória com o Banco Bradesco S.A. – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2024	2023 ^(*)
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,31	3,38

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

⁽²⁾ EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses.

^(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo reapresentado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

7. Nota comercial com o Banco Safra S.A. – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2024	2023 ^(*)
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,31	3,38

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo

prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

⁽²⁾ EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses.

^(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo reapresentado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Até a data da publicação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos contratados ou não utilizados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras apresentadas neste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, exceto as informações de 2023 que são derivadas das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, onde as informações de resultado foram reapresentadas por conta da reestruturação societária ocorrida em 30 de novembro de 2024.

Demonstração do Resultado

	Exercício em 31 de dezembro de			Variações R\$		
DRE	2024	AV	AH	2023	2024 x 2023	2023 x 2022
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	4.699.312,0	100,00%	32,42%	3.548.718,0	1.150.594,0	(1.364.736,0)
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(1.116.359,0)	-23,76%	93,84%	(575.915,0)	(540.444,0)	2.010.370,0
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(577.585,0)	-12,29%	-5,07%	(608.424,0)	30.839,0	(373.658,0)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(1.693.944,0)	-36,05%	43,03%	(1.184.339,0)	(509.605,0)	1.636.712,0
(=) Lucro bruto	3.005.368,0	63,95%	27,11%	2.364.379,0	640.989,0	271.976,0
(=) Despesas Gerais e Administrativas	(445.606,0)	-9,48%	32,87%	(335.362,0)	(110.244,0)	170.668,0
Despesas comerciais	(107.557,0)	-2,29%	20,76%	(89.066,0)	(18.491,0)	124.049,0
Despesas administrativas	(153.437,0)	-3,27%	-5,07%	(161.625,0)	8.188,0	102.673,0
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(184.612,0)	-3,93%	118,03%	(84.671,0)	(99.941,0)	(56.054,0)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.279,0	0,07%	100,00%	-	3.279,0	(24.812,0)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.563.041,0	54,54%	26,32%	2.029.017,0	534.024,0	417.832,0
Receitas financeiras	308.912,0	6,57%	101,88%	153.021,0	155.891,0	(182.009,0)
Despesas financeiras	(1.929.343,0)	-41,06%	18,11%	(1.633.448,0)	(295.895,0)	(468.220,0)
(=) Resultado financeiro líquido	(1.620.431,0)	-34,48%	9,46%	(1.480.427,0)	(140.004,0)	(650.229,0)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	942.610,0	20,06%	71,82%	548.590,0	394.020,0	(232.397,0)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(4.260,0)	-0,09%	-40,84%	(7.201,0)	2.941,0	42.401,0
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(213.421,0)	-4,54%	386,88%	(43.834,0)	(169.587,0)	18.922,0
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	(217.681,0)	-4,63%	326,53%	(51.035,0)	(166.646,0)	61.323,0
(=) Lucro líquido das operações continuadas	724.929,0	15,43%	45,70%	497.555,0	227.374,0	(171.074,0)
(=) Prejuízo das operações descontinuadas	(343.955,0)	-7,32%	-484,72%	89.404,0	(433.359,0)	89.404,0
(=) Lucro líquido do exercício	380.974,0	8,11%	-35,09%	586.959,0	(205.985,0)	(81.670,0)
(=) LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	0,3504			0,4708	(0,1204)	(0,2099)
LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	0,3503			0,4707	(0,1204)	(0,2100)

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 4.699.312 mil comparativamente a R\$ 3.548.718 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.150.594 mil ou 32,4%. Essa variação foi impactada principalmente com a contribuição do crescimento de aproximadamente +35% por serviços de locação, 34% pela venda de ativos de locação e 13% pelo negócio de indústria/customização.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.693.944 mil comparativamente a R\$1.184.339 mil no exercício de 2023, o que representou uma variação de R\$509.605 mil ou 43,03%, principalmente por conta do aumento no volume de novos contratos de ativos, expansão de novas lojas e aumento na depreciação dos ativos, que totalizam R\$ 540.444 e redução dos implementos vendidos, o custo de venda de ativos desmobilizados no montante de R\$30.839 mil.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$3.005.368 mil comparativamente com o ano de 2023 no montante de R\$2.092.403 mil, o que representou uma variação de R\$640.989 mil ou 42,59%. A margem bruta, que corresponde o lucro bruto sobre a receita líquida, foi de 63,95% e 66,63% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, devido principalmente a expansão das operações de locação que é o segmento com maior margem na Companhia.

Despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber

As despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$445.606 mil comparativamente a R\$335.362 mil no mesmo período de 2023, o que representou aumento de despesas operacionais de R\$110.244 mil ou 32,9%. Esse aumento no volume de despesas é atribuído a Provisão de perda de créditos de liquidação duvidosa, excepcional que ocorreu em junho de 2024 no montante de R\$78.611 mil, após a análise qualitativa de alguns clientes que apresentaram incapacidade financeira.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não foram observadas variações significativas.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.620.431 mil comparativamente a R\$1.480.427 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$140.004 mil ou 9,5%. Este aumento é decorrente principalmente ao aumento da dívida líquida da Companhia, dado os investimentos realizados. Importante mencionar que tais investimentos estão relacionados às compras de ativos para locação, e, portanto, vinculados a contratos de longo prazo

que contribuirão para geração de EBITDA.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$942.610 mil comparativamente a R\$548.590 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação positiva de R\$394.020 mil ou 71,8%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 20,0% e 15,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$217.681 mil comparativamente a R\$51.035 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação positiva de R\$166.646 mil ou 326,5%. Essa variação é decorrente principalmente por conta da constituição do JCP, R\$97.263. Assim, a alíquota efetiva em 2024 foi de 23,09%, em comparação com 9,30% apresentado em 2023.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$724.929 mil comparativamente a R\$497.555 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação positiva de R\$227.374 mil ou 45,7%. Esta variação é atribuída, principalmente aos fatores mencionados de aumento da margem bruta e variação no resultado financeiro. A margem líquida, que corresponde o lucro líquido sobre a receita líquida, foi de 15,4% e 13,6% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Balanços Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Exercício em 31 de dezembro de			Variação R\$	
(Em milhares de R\$)	2024	AV	AH	2023	2024 x 2023
ATIVO	20.277.027	100,00%	-2,56%	20.808.826	(531.799)
Circulante	4.144.511	20,44%	-30,44%	5.957.885	(1.813.374)
Caixa e equivalentes de caixa	152.938	0,75%	56,43%	97.768	55.170
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	2.635.290	13,00%	19,99%	2.196.244	439.046
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,00%	100,00%	2.769	(2.769)
Contas a receber	540.228	2,66%	-45,03%	982.814	(442.586)
Estoques	103.894	0,51%	-93,71%	1.650.613	(1.546.719)
Tributos a recuperar	33.517	0,17%	-81,62%	182.398	(148.881)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	194.322	0,96%	-34,49%	296.610	(102.288)
Ativos imobilizado disponível para venda	427.756	2,11%	7,49%	397.968	29.788
Despesas antecipadas	13.526	0,07%	-24,92%	18.015	(4.489)
Adiantamentos a terceiros	27.074	0,13%	-75,21%	109.196	(82.122)
Outros créditos	15.966	0,08%	-32,03%	23.490	(7.524)
Não circulante	16.132.516	79,56%	8,63%	14.850.941	1.281.575
Realizável a Longo Prazo	283.078	1,40%	-70,61%	963.081	(680.003)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	0,00%	-100,00%	10.950	(10.950)
Instrumentos financeiros derivativos	111.285	0,55%	-78,53%	518.412	(407.127)
Contas a receber	32.455	0,16%	-41,53%	55.511	(23.056)
Tributos a recuperar	37.694	0,19%	100,00%	-	37.694
Fundo para capitalização de concessionárias	-	0,00%	-100,00%	102.760	(102.760)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.789	0,30%	-65,77%	177.600	(116.811)
Ativo de indenização	36.883	0,18%	-55,27%	82.458	(45.575)
Depósitos judiciais	1.825	0,01%	-85,28%	12.396	(10.571)
Outros créditos	2.147	0,01%	-28,29%	2.994	(847)
Imobilizado	15.669.649	77,28%	17,10%	13.381.557	2.288.092
Intangível	179.789	0,89%	-64,49%	506.303	(326.514)

(Em milhares de R\$)	2024	AV	AH	2023	2024 x 2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.277.027	100,00%	-2,56%	20.808.826	(531.799)
Circulante	2.729.224	13,12%	-20,02%	3.412.501	(683.277)
Fornecedores	650.291	3,21%	-40,38%	1.090.698	(440.407)
Risco sacado a pagar	-	0,00%	-100,00%	53.289	(53.289)
Floor Plan	-	0,00%	-100,00%	70.966	(70.966)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	942.379	4,65%	10,25%	854.734	87.645
Arrendamentos por direito de uso	14.923	0,07%	-44,51%	26.891	(11.968)
Cessão de direitos creditórios	556.847	2,75%	62,19%	343.328	213.519
Obrigações trabalhistas	34.818	0,17%	-52,19%	72.819	(38.001)
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,00%	0,00%	226.617	(226.617)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	0,00%	-100,00%	3.903	(3.903)
Tributos a recolher	24.502	0,12%	-37,69%	39.321	(14.819)
Adiantamentos de clientes	71.562	0,35%	-41,97%	123.317	(51.755)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	249.606	1,23%	-16,85%	300.174	(50.568)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	102.011	0,50%	-29,39%	144.476	(42.465)
Outras contas a pagar	82.285	0,41%	32,79%	61.968	20.317
Não circulante	15.105.430	74,50%	19,31%	12.661.030	2.444.400
Fornecedores	32.744	0,16%	100,00%	-	32.744
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.461.714	66,39%	26,03%	10.680.950	2.780.764
Arrendamentos por direito de uso	74.149	0,37%	-51,99%	154.433	(80.284)
Tributos a recolher	-	0,00%	0,00%	845	(845)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	862.041	4,25%	117,10%	397.080	464.961
Provisão para demandas judiciais e administrativas	40.236	0,20%	-55,71%	90.851	(50.615)
Cessão de direitos creditórios	499.048	2,46%	-51,71%	1.033.419	(534.371)
Instrumentos financeiros derivativos	100.473	0,50%	44,47%	69.545	30.928
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	19.829	0,10%	-90,64%	211.762	(191.933)
Outras contas a pagar	15.196	0,07%	-31,38%	22.145	(6.949)
Patrimônio Líquido	2.442.373	12,05%	-48,42%	4.735.295	(2.292.922)
Índices					
Liquidez geral (Ativo circulante+ realizável a longo prazo/passivo circulante e não circulante)	0,25			0,43	
Liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante)	1,52			1,75	

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante era de R\$ 4.144.511 mil em comparação com R\$ R\$ 5.957.885 mil em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 30,44% em 31 de dezembro de 2024 e 42,19% em 31 de dezembro de 2023. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de “caixa e equivalentes de caixa” e “títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras” apresentaram saldo de R\$ 152.938 mil e R\$ 2.635.290 mil, respectivamente e para 31 de dezembro de 2023 os saldos foram de R\$ 97.768 mil e R\$ 2.196.244 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, das captações de empréstimos, debêntures e cessão de direitos creditórios.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “contas a receber” apresentou saldo de R\$ 540.228 mil e R\$ 982.814 mil para 31 de dezembro de 2023. Embora ter ocorrido um crescimento operacional do segmento de locação e aumento dos saldos de contas a receber de empresas adquiridas, esta redução de R\$ 442.586 mil ou 45,03%, foi decorrente, substancialmente, pelas devoluções que ocorreram nas concessionárias do agronegócio e por conta do saldo de desconto de duplicatas (vendas de recebíveis) no montante de R\$ 319.362 mil em 31 de dezembro de 2024 conforme demonstração financeira emitida.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de “estoques” apresentou saldo de R\$ 103.894 mil e R\$ 1.650.613 mil para 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição de R\$ 1.546.719 mil ou 93,17% decorreu principalmente no impacto da saída do estoque das empresas controladas no processo de Cisão da Vamos Linha Amarela em suma. Deverá se considerar também, conforme Release divulgado, no impacto decorrente das perdas em estoques e ativos imobilizados por conta dos desastres naturais no Rio Grande do Sul no ano de 2024, que impactaram significativamente em tal diminuição.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou um aumento de R\$ 29.788 mil ou 2,11%, apresentando um saldo de R\$ 427.756 mil em 31 de dezembro de 2024 contra R\$397.968 mil em 31 de dezembro de 2023. O aumento dos saldos reflete a ampliação da operação de locação (origem dos ativos disponibilizados para venda após o término dos contratos) e a renovação de frota da Companhia, atentando-se referente as operações da companhia a Vamos efetua a compra de ativos mantidos para venda entre as empresas do mesmo controle comum, cujas operações são efetuadas de acordo com as mesmas condições de Mercado, visto isso operações não impactaram significativamente a alínea mencionada.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024 o ativo não circulante era de R\$ 16.132.516 mil em comparação com R\$ 14.850.941 mil em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 79,56% em 31 de dezembro de 2024 e 71,37% em 31 de dezembro de 2023. A seguir, maiores detalhes

sobre as principais variações:

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “instrumentos financeiros derivativos” apresentou saldo de R\$ 111.285 mil e R\$ 518.412 mil para 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição de 78,53% decorreu principalmente pelo preço da curva de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos para proteção das dívidas liquidados pela controladora Vamos Locação no período analisado.

Ativos de indenização

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “ativos de indenização” apresentou saldo de R\$ 36.883 mil em comparação com R\$ 82.458 mil em 31 de dezembro de 2023. A diminuição de R\$ 45.575 mil, ou 55,27%, decorre, substancialmente, devido a operação descontinuada da Linha Amarela Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda, tais montantes foram registrados em contrapartida às provisões de demandas judiciais e administrativas, o que justifica a baixa nos períodos descritos.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de “imobilizado” apresentou saldo de R\$ 15.669.649 mil e R\$ 13.381.557 mil para 31 de dezembro de 2023. Este aumento de R\$ 2.288.092 mil ou 77,28% decorreu principalmente de adições ao ativo imobilizado no valor de R\$ 4.004.006 mil, valor esse do custo total levando em consideração as adições gerais de Veículos, máquinas e equipamentos, Benfeitorias. Móveis e utensílios e demais adições. Deve-se considera também o volume de bens destinados a venda (ativos desmobilizados), no montante líquido de R\$ 723.945 mil (conforme resultado divulgado), e pela depreciação do exercício em R\$ 716.601 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “intangível” apresentou saldo de R\$ 179.789 mil e R\$ 506.303 mil para 31 de dezembro de 2023. Esta diminuição de R\$ 326.514 mil ou 64,49% decorreu principalmente por conta dos efeitos de cisão de Linhas amarelas, no montante exato de R\$ 304.608 devidamente descrito nas linhas de efeitos de operações descontinuadas do ano fiscal analisado.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2024 o passivo circulante era de R\$ 2.729.244 mil em comparação com R\$ 3.412.501 mil em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 13,12% em 31 de dezembro de 2024 e 16,40% em 31 de dezembro de 2023. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “Fornecedores” apresentou saldo de R\$ 650.291 mil e R\$ 1.090.698 mil para 31 de dezembro de 2024, esta redução de R\$ 440.407 mil ou 40,38% decorreu, principalmente de uma redução no saldo a pagar a fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação no montante de R\$ 2.883.079 mil em 31 de dezembro de 2024 em relação ao mesmo período de 2023 no total de R\$ 1.975.445, gerada pelo menor volume de aquisição de novos ativos em 2024 em relação a 2023. Em contrapartida deve-se levar em consideração os efeitos de cisão decorrentes da saída da Linha Amarela que diminuem também significativamente as alíneas apresentadas.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de “empréstimos, financiamentos e debêntures” apresentou saldo de R\$ 942.379 mil em comparação com R\$ 854.734 mil em 31 de dezembro de 2023. O aumento corresponde, principalmente, aos juros acruados no exercício, assim como à reclassificação para o curto prazo dos saldos de dívidas com vencimentos de principal a partir de 2025.

Floor plan

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “Floor Plan” em decorrência da cisão realizada em 30 de novembro de 2024 a companhia passou a não apresentar saldo de “Floor plan” (R\$ 70.966 mil em 31 de dezembro de 2023) uma vez que essa operação de financiamento de estoque ocorria exclusivamente nas controladoras segregadas em reestruturação societária.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “cessão de direitos creditórios” apresentou saldo de R\$ 556.847 mil em comparação com R\$ 343.328 mil em 31 de dezembro de 2023. O aumento de R\$ 213.519 mil, ou 68,19%, decorre, principalmente, da parcela de curto prazo de nova cessão de direitos creditórios junto a instituição financeira realizados no ano de 2024, na qual foi captado pela Companhia o montante total de R\$ 200.949 mil e de liquidação de parcelas de cessões anteriores no montante de R\$ 697.233, além de juros que foram acruados no exercício no montante de R\$ 168.210.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “instrumentos financeiros derivativos”, no passivo circulante, não apresentou saldos no período – Saldo “Zero” contra saldo de R\$ 226.617 mil para 31 de dezembro de 2023. Isso ocorreu pela reclassificação de parte do saldo de instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante para o passivo não circulante após liquidações do período, por se tratar de um passivo de longo prazo, seu saldo no longo prazo é de R\$ 100.473 mil.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “obrigações a pagar por aquisição de empresas” apresentou saldo de R\$ 102.011 mil em comparação com R\$ 144.476 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição decorre, principalmente Valores retidos pela Compradora para garantia de obrigações do Contrato de Compra e Venda de Ações para os quais a liquidação está em negociação com os vendedores acerca da sociedade Borgato, e A redução deve-se a transferência das obrigações como parte da reestruturação societária da Tietê Veículos e DHL Tratores.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024 o passivo não circulante era de R\$ 15.105.430 mil em comparação com R\$ 12.661.030 mil em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 74,50% em 31 de dezembro de 2024 e 60,84% em 31 de dezembro de 2023. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “empréstimos, financiamentos e debêntures” apresentou saldo de R\$ 13.461.714 mil em comparação com R\$ 10.680.950 mil em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de R\$ 2.780.764 ou 26,03% se deve principalmente pela captação de recursos por meio da emissão de

certificados de recebíveis agrícolas (CRAs), nota comercial, emissão de debêntures, nota de crédito à exportação e aquisição de veículos para locação por meio de Finame, pela Vamos Locação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “Imposto de renda e contribuição social diferidos” apresentou saldo de R\$ 862.041 mil em comparação com R\$ 397.080 mil em 31 de dezembro de 2023. Este aumento de R\$ 464.961 mil ou 117,1% é substancialmente entre depreciação fiscal e econômica dos ativos imobilizados locados, em função da maior base de ativos, e revisão da taxa fiscal dos ativos da Companhia. Outro fator determinante na apresentação desse ano fiscal é o impacto dos efeitos de Cisão da companhia na saída de Linhas amarelas, do saldo total diferido identificasse a totalidade de R\$ 237.932 apenas na apresentação de saldos das operações descontinuadas.

Provisão para demandas judiciais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “provisão para demandas judiciais e administrativas” apresentou saldo de R\$ 40.236 mil em comparação com R\$ 90.851 mil em 31 de dezembro de 2023. A diminuição de R\$ 50.615 mil, ou 55.71%, decorre, substancialmente, do impacto do efeito Cisão na saída do Grupo Linhas amarelas, apresentando um saldo de R\$ 40.465 apenas na alínea de baixa por operações descontinuadas.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “obrigações a pagar por aquisição de empresas” apresentou saldo de R\$ 19.829 mil em comparação com R\$ 211.762 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição de R\$ 191.933, ou 90,64% decorre, principalmente Valores retidos pela Compradora para garantia de obrigações do Contrato de Compra e Venda de Ações para os quais a liquidação está em negociação com os vendedores acerca da sociedade Borgato, e A redução deve-se a transferência das obrigações como parte da reestruturação societária da Tietê Veículos e DHL Tratores.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “instrumentos financeiros derivativos”, no passivo, apresentou saldo de R\$ 100.473 mil e R\$ 69.545 mil para 31 de dezembro de 2023. Esse aumento decorreu principalmente devido à reclassificação de parte do saldo para o passivo circulante em 2023, pelo preço da curva de marcação a mercado de instrumentos de financeiros derivativos contratados para proteção de dívida, além da adição de contratos de swap para a dívidas captadas em 2024.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “cessão de direitos creditórios” apresentou saldo de R\$ 499.048 mil em comparação com R\$ 1.033.419 mil em 31 de dezembro de 2023. A diminuição de R\$ 534.371 mil, ou 51,71%, decorre, principalmente, da parcela de curto prazo de nova cessão de direitos creditórios junto a instituição financeira realizados no ano de 2024, na qual foi captado pela Companhia o montante total de R\$ 200.949 mil e de liquidação de parcelas de cessões anteriores no montante de R\$ 697.233, além de juros que foram acruados no exercício no montante de R\$ 168.210 resultando na diminuição observada, tanto no curto quanto no longo prazo.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 o patrimônio líquido era de R\$2.442.373 mil em comparação com R\$ 4.735.295 mil em 31 de dezembro de 2023. Esta significativa diminuição de R\$ -2.292.922 mil ou -48,42%,

decorreu da necessidade direta de reorganização societária decorrente dos efeitos de Cisão de Linhas Amarelas incorrida no ano vigente analisado, reconhecendo a redução do Capital Social de R\$ 1.129.626 mil passando de R\$ 2.142.576 mil para R\$ 1.012.950 mil, dividido em 1.081.032.537 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, demais valores referem-se diretamente a Reserva de Capital R\$ 1.856.080 mil, Ações em tesouraria R\$ 112.864 mil, prejuízos acumulados do período no total de R\$ -23.883 mil e R\$ 19.910 de Outros Resultados abrangentes.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa (Valores em milhares de R\$)	31/12/2024	AV	31/12/2023	2024 x 2023
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(2.702.818)	-4899,1%	(3.241.569)	-16,6%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(100.949)	-183,0%	(361)	27863,7%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	2.858.937	5182,1%	3.254.661	-12,2%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	55.170	100,0%	12.731	333,4%
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	97.768	177,0%	60.786	60,8%
No final do exercício	152.938	277,0%	73.517	108,0%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	55.170	100,0%	12.731	333,4%

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$2.702.818 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a um caixa utilizado de R\$3.241.569 mil no mesmo período de 2023, representando uma redução na utilização de R\$538.751 mil, em função, principalmente das reduções de pagamento de fornecedores que com efeito da reestruturação apresentaram uma diminuição no período.

Adicionalmente, em 2023 houve um volume menor de aquisição de imobilizado para locação (R\$1.975.444 mil, em comparação com R\$7.168.314 mil em 2022, representando uma diferença de R\$5.192.870 mil), apenas parcialmente compensado pelos valores a pagar das aquisições demonstrados pelas variações dos saldos de fornecedores (variação de R\$1.706.786 mil em 2023 contra R\$2.059.052 mil em 2022).

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$100.949 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$361 mil no mesmo período do ano anterior. Esse aumento de utilização de R\$101.310 mil, ou 27964%, é justificado principalmente pelos pagamentos por aquisições de imobilizado não considerado para fins de locação no valor de R\$ 32.041 mil e a absorção do caixa líquido decorrente a cisão no montante de R\$ 68.691 mil.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$2.858.937 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado com uma geração de caixa de R\$3.254.661 mil no mesmo período de 2023. Esta redução na geração de caixa de R\$395.724 mil, ou 87,84%, é justificado, principalmente pelo menor volume de captação de recursos por meio de captação de dívidas e cessão de direitos creditórios que diminuiu em R\$392.304.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das nossas operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento.

Os negócios da Companhia foram divididos em três segmentos operacionais: (i) locação de veículos pesados; (ii), concessionárias de veículos e (iii) customização. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas consiste em:

1. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.;
2. Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura; e
3. Industrialização e customização de caminhões.

As informações da receita por segmento de negócios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

Receita por segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variações %
	2024	AV	2023	2024 x 2023
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	4.329.990	92,14%	3.297.887	23,84%
Industrialização e customização de caminhões	420.625	8,95%	441.090	-4,87%
Eliminações	(51.304)	-1,09%	(190.259)	-270,85%
Receita Líquida	4.699.312	100,00%	3.548.718	24,48%

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Além da contribuição do resultado das empresas adquiridas em 2023 e 2024, conforme descrito no item 2.4 (b), não foram identificados fatores que pudessem afetar os resultados da Companhia materialmente.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores da Companhia entendem que as variações positivas na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão principalmente relacionadas ao crescimento das atividades da Companhia através do aumento da base de clientes e aumento do número de novos contratos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Administração supervisiona a gestão dos riscos financeiros com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos referidos riscos financeiros.

Em decorrência dos instrumentos de dívida obtidos no último exercício social, um dos principais indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das dívidas da Companhia.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no exercício social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação tanto pouco da variação de preços dos insumos e do câmbio.

Risco de variações de taxas de câmbio: O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em Reais, mas também em Dólares Americanos. Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de swap, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

Risco de taxas de juros: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, da Companhia, sujeitas a taxas de juros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apresentou lucro líquido de R\$380,9 milhões, EBITDA de R\$3.313,7 milhões e margem EBITDA de 28,68% (EBITDA de serviços de R\$3.349,7 mil e margem EBITDA de serviços de 31,5%). Na comparação ano a ano, o aumento nos indicadores do Grupo está em linha com a estratégia de expansão operacional, impactados também pelas aquisições ocorridas no período. Em 31 de dezembro de 2024, a receita futura contratada de locação ("backlog") totalizava R\$13,6 bilhões e a frota total locada.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentou lucro líquido de R\$587,0 milhões, EBITDA de R\$2.668,2 milhões e margem EBITDA de 43,8% (EBITDA de serviços de R\$2.453,0 mil e margem EBITDA de serviços de 46,6%). Na comparação ano a ano, o aumento nos indicadores do Grupo está em linha com a estratégia de expansão operacional, impactados também pelas aquisições ocorridas no período. Em 31 de dezembro de 2023, a receita futura contratada de locação ("backlog") totalizava R\$12,6 bilhões e a frota total locada contava com 45.727 ativos.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não teve mudanças significativas em suas práticas contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não teve efeitos significativos decorrentes de mudanças em suas práticas contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No ano de 2024, houve a reestruturação societária onde a companhia descontinuou o segmento de Concessionárias, com o objetivo de tornar a operação da Companhia inteiramente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Com isso a Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A e suas controladoras passaram a ser combinadas na AUTOMOB S.A., Companhia controlada pela Simpar.

No ano de 2023, não houve nenhuma introdução de novo segmento operacional ou alienação de qualquer segmento operacional o qual o Grupo Vamos atua.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Reestruturação societária e operações descontinuadas

(i) Movimentação ocorrida durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

Reestruturação societária e operações descontinuadas – Controlada Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A (“Vamos Concessionárias”)

Em setembro de 2024, a Companhia junto com a sua controladora Simpar S.A, decidiu em linha com o planejamento estratégico do Grupo implementar uma reestruturação societária, alinhada à estratégia de gerar valor por meio da segregação de suas atividades em sociedades dedicadas, para potencializar o crescimento dos negócios.

Assim, a reestruturação visa tornar a Companhia exclusiva e inteiramente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, e consequentemente combinar os negócios da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A (“**Vamos Concessionárias**”) e a AUTOMOB S.A (“**AUTOMOB**”), dando origem um grupo de redes de concessionárias, de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, em uma companhia listada no Novo Mercado.

Em 22 de novembro de 2024, foi aprovado em assembleia dos acionistas, e em 30 de novembro de 2024 efetivada a segregação das participações societárias por ela detidas na Vamos Concessionárias, bem como de outros ativos e passivos, por meio da cisão. Essas operações cindidas, passaram a não fazer mais parte dos negócios da Companhia, e por isso passaram a ser tratados como operação descontinuada.

Em consequência da operação a Companhia reconheceu a redução do Capital Social no montante de R\$ 1.129.627, em contrapartida da cisão de ativos e passivos relacionados as atividades da Vamos Concessionárias que é composto pela Nota comercial detida pela Vamos e de emissão da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda, empresa subsidiária direta da Vamos Concessionárias no montante de R\$ 403.913, dos saldos intercompanhias da Vamos e Vamos concessionárias no montante R\$ 346.616, além de uma baixa de investimento de R\$ 379.098, valores apresentados no laudo da Cisão na data base de 30 de junho, aprovados pela administração.

Adicionalmente houve a distribuição de dividendos in natura no valor de R\$ 980.000, pagos aos acionistas por meio da entrega de ações da Vamos Concessionárias distribuída da reserva de lucros do exercício e baixa nos investimentos, equivalentes a 75,42% do capital social.

No investimento além da baixa dos dividendos in natura, houve o reconhecimento da baixa por perda do investimento no montante de R\$ 183.746 na reserva de capital, totalizando o valor de R\$ 1.542.844 baixados na data de 30 de junho de 2024, data do laudo da Cisão.

As movimentações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo e a data da conclusão da operação, no montante de R\$ 33.448 e variações patrimoniais dos saldos intercompanhias no montante de R\$ 21.604 foram registradas no patrimônio líquido como outros ajustes de avaliação patrimonial, na rubrica de reserva de capital, totalizando a baixa líquida de R\$ 11.843.

(c) Eventos ou operações não usuais

Além dos eventos societários descritos abaixo, não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Em 03 de julho de 2023, a Companhia concluiu oferta pública de distribuição subsequente de ações ordinárias de sua emissão ("Follow-on"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). A oferta consistiu na distribuição pública primária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, emitidas pela Vamos. Foram emitidas 78.926.599 ações da Vamos pelo valor de R\$11,00 (onze reais) perfazendo o montante total de R\$868.192 mil, negociadas na B3 pela denominação (ticker) VAM03.

Em 31 de dezembro de 2023, a Simpar detinha 54,82% do capital social da Companhia (68,5% em 31 de dezembro de 2022), sendo a participação remanescente de 45,18% correspondente a ações de circulação livre (*free float*).

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais, exceto alavancagem líquida)		Exercício social encerrado em	
		2024	2023
(1)	EBITDA	3.313.654	2.576.135
(1)	EBITDA de serviços	3.167.294	2.360.187
(1)	Margem EBITDA	70,51%	72,59%
(1)	Margem EBITDA de serviços	79,67%	86,63%
(2)	Dívida Bruta	14.393.281	11.310.665
(2)	Dívida Líquida	11.605.053	9.005.703
(3)	Alavancagem Líquida (vezes - "x")	3,50x	3,50x

(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo reapresentado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

^(a) A alavancagem líquida, está sendo calculada considerando os valores a dívida líquida desconsolidada dos valores da Vamos Linha amarela (operação descontinuada), uma vez que o ativo e passivo apresentado nesse formulário considera os saldos patrimoniais "Nova Vamos e Vamos Linha Amarela". O índice de alavancagem líquida pode ser encontrado em nosso relatório de resultado divulgados junto com as demonstrações financeira findas nesse período.

(1) EBITDA (LAJIDA), EBITDA (LAJIDA) DE SERVIÇOS, MARGEM EBITDA E MARGEM EBITDA DE SERVIÇOS

EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia. O EBITDA de serviços é calculado desconsiderando o efeito da receita líquida e dos custos de venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços (ativos desmobilizados).

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida total da Companhia. E a "Margem EBITDA de serviços" consiste no resultado da divisão do EBITDA de serviços pela "Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços".

(2) DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) empréstimos, financiamentos e debentures, (ii) arrendamentos financeiros a pagar, (iii) risco sacado a pagar e (iv) saldos ativos e/ou passivos de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o saldo de Dívida Bruta, subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos

do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(3) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A “Alavancagem Líquida” é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA (ajustada pela Provisão de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período).

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, da Dívida Líquida e da Alavancagem Líquida com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	380.974	586.959
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	217.681	51.035
(+) Resultado financeiro, líquido	1.620.431	1.480.427
(+) Depreciação e amortização	750.613	547.118
(+) Prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas	343.955	(89.404)
EBITDA	3.313.654	2.576.135
(-) Receita líquida de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	723.945	824.372
(+) Custo de venda de ativos desmobilizados	577.585	608.424
(+) Despesas comerciais de venda de ativo	-	-
EBITDA de serviços	3.167.294	2.360.187
Receita líquida de locação, venda e prestação de serviços	3.975.367	2.724.346
Receita líquida de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	723.945	824.372
Receita líquida total	4.699.312	3.548.718
EBITDA	3.313.654	2.576.135
EBITDA de serviços	3.167.294	2.360.187
Margem EBITDA	70,5%	72,6%
Margem EBITDA de serviços	79,7%	86,6%

(*) As informações de saldos de resultado foram reapresentadas por conta da reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024. Por tanto, os saldos de resultado e índices financeiros foram impactas e estão sendo reapresentadas neste formulário.

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de	Exercício em 31 de dezembro de
	2024	2023
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	942.379	854.734
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	13.461.714	10.680.950
(+) Instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante)	-	226.617
(+) Instrumentos financeiros derivativos (passivo não circulante)	100.473	69.545
(-) Instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante)	-	(2.769)
(-) Instrumentos financeiros derivativos (ativo não circulante)	(111.285)	(518.412)
Dívida Bruta	14.482.353	11.310.278
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	(152.938)	(97.768)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	(2.635.290)	(2.196.244)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	-	(10.950)
Dívida Líquida	11.694.125	9.005.703

Reconciliação da Alavancagem Líquida

(Em milhares de reais, exceto alavancagem líquida)	Exercício em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Líquida	11.605.053	9.011.241
EBITDA	3.313.654	2.576.135
Alavancagem Líquida (vezes – “x”)	3,50x	3,50x

(*) O índice de EBITDA consolidado está sendo representado devido a reestruturação societária, conforme informações divulgadas em nossa demonstração financeira individuais e consolidadas auditadas no exercício social encerrado de 2024.

(a) A alavancagem líquida, está sendo calculada considerando os valores a dívida líquida desconsolidada dos valores da Vamos Linha amarela (operação descontinuada), uma vez que o ativo e passivo apresentado nesse formulário considera os saldos patrimoniais “Nova Vamos e Vamos Linha Amarela”. O índice de alavancagem líquida pode ser encontrado em nosso relatório de resultado divulgados junto com as demonstrações financeira findas nesse período.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

Outras medidas operacionais

(1) RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

O ROE - *Return On Equity* (em português: Retorno sobre o Patrimônio) é uma medida não contábil que reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor à ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio que é obtido através da média entre os patrimônios líquidos finais dos períodos apresentados.

(2) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

O ROIC - *Return On Invested Capital* é uma medida não contábil que é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional (“EBIT”), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

ROE

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro Líquido do Período (LTM)	779.200	586.959
Patrimônio Líquido (Final de Período)	2.442.373	4.735.295
Patrimônio Líquido Médio (Média do mesmo período)	2.363.200	4.187.092
ROE	33,0%	14,02%

(*) Os cálculos do ROE não estão considerando o efeito da reestruturação societária ocorrida em 30 de novembro de 2024.

ROIC

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de	
	2024	2023 ^(*)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	2.563.041	2.576.135
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social do período	24,01%	9,30%
Imposto	-245.700	239.581
NOPAT	2.011.300	2.815.716
Patrimônio Líquido	2.442.373	4.735.295
Patrimônio Líquido Médio	2.374.400	4.187.092
Dívida Líquida	11.605.053	9.011.241
Dívida Líquida média	10.491.900	7.468.178
Capital Empregado Médio	12.866.400	11.655.269
ROIC	15,60%	11,8%

(*) Os cálculos do ROIC não estão considerando o efeito da reestruturação societária ocorrida em 30 de novembro de 2024.

Os valores mencionados de ROE E ROIC não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Ocorreram os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cuja emissão foi autorizada em 25 de março de 2025:

Captação de empréstimo BID

Em 21 de janeiro de 2025, a companhia realizou o saque da linha de empréstimo, contratada em 23 de dezembro de 2021, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 30.000.000 (trinta milhões de dólares norte-americanos), equivalente a R\$ 181.296 (cento e oitenta e um milhões, duzentos noventa e seis mil reais), com vencimento final em 15 de dezembro de 2031 com pagamentos de amortizações e de juros semestrais baseado na taxa de juros SOFR + spread. Essa dívida é denominada em dólares norte-americanos e foram contratados instrumentos derivativos para proteção do risco de variação cambial, que resultará em um custo efetivo equivalente à variação positiva do CDI, acrescida de spread de 1,90% ao ano. O Valor do empréstimo foi creditado em parcela única em 23 de janeiro de 2025

Captação de Loan Credit Agreement

Em 21 de março de 2025, a Companhia contratou uma nova operação de crédito junto a um sindicato de bancos estrangeiros (em ordem alfabética: Bank Of China, Bladex, BNP Paribas, HSBC, MUFG e Natixis) no valor total de US\$ 325.000.000 (trezentos e vinte e cinco milhões de dólares norteamericanos) com prazo total de 3 anos e pagamento de juros semestral. Essa dívida é denominada em dólares norte-americanos e objetivando a proteção contra risco cambial foi contratado uma estrutura de derivativos que resultará em um custo de aprox. 100% CDI.

Esses recursos captados serão usados para investimentos e propósitos diversos do negócio, inclusive o gerenciamento de passivos (liability management).

2.7 - Destinação dos resultados sociais

	2024	2023
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.
Valores das retenções de lucros	Não houve retenção de lucros.	Reserva legal: R\$ 29.348 mil Reserva de Retenção de Lucros: R\$ 207.611 mil
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	-	40,4%
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Durante o exercício de 2024, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2023, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

	Exercício Social 31/12/2024	Exercício Social 31/12/2023
Lucro líquido ajustado (R\$)	380.973.534,93	557.611.004,56
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	76,12%	62,77%
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	15,60%	12,40%
Dividendo distribuído total (R\$)	290.000.000,00	350.000.000,00
Lucro líquido retido (R\$)	207.611.004,56	207.611.004,56
Data da aprovação da retenção	02/05/2025	25/04/2024

	31/12/2024		31/12/2023	
Dividendo distribuído (por classe e espécie de ações)	Montante	Forma e data de pagamento	Montante	Forma e data de pagamento
Ações ordinárias	-	-	17.600.000,00	Dinheiro em 04/04/2023
Ações ordinárias	290.000.000,00	Dinheiro em 02/05/2025	350.000.000,00	Dinheiro em 04/04/2023

Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, tampouco reservas constituídas em exercícios anteriores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, tampouco reservas constituídas em exercícios anteriores.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 21 de janeiro de 2025, a companhia realizou o saque da linha de empréstimo, contratada em 23 de dezembro de 2021, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 30.000.000 (trinta milhões de dólares norte-americanos), equivalente a R\$ 181.296 (cento e oitenta e um milhões, duzentos noventa e seis mil reais), com vencimento final em 15 de dezembro de 2031 com pagamentos de amortizações e de juros semestrais baseado na taxa de juros SOFR + spread. Essa dívida é denominada em dólares norte-americanos e foram contratados instrumentos derivativos para proteção do risco de variação cambial, que resultará em um custo efetivo equivalente à variação positiva do CDI, acrescida de spread de 1,90% ao ano. O Valor do empréstimo foi creditado em parcela única em 23 de janeiro de 2025.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme descrito no item 2.8.a.iv a companhia realizou o saque da linha de empréstimo com o BID invés no valor de US\$ 30.000.000 (trinta milhões de dólares norte-americanos), equivalente a R\$ 181.296 (cento e oitenta e um milhões, duzentos noventa e seis mil reais) onde impactará em um aumento de suas despesas financeiras quanto ao fluxo de caixa, considerando a variação cambial entre a moeda contratada e a moeda funcional da companhia, os juros apropriados, e os pagamentos de principal mais juros.

(b) Natureza e o propósito da operação

A operação tem como natureza uma transferência (empréstimo) de dinheiro para companhia com a obrigação de restituir o valor acrescido do juro em um prazo acordado entre as partes (empresa x banco). O propósito da operação foi a obtenção de capital de giro como reforço de caixa para compra de Capex e a alternativa de financiamento com uma taxa de juros mais baixa. Ou seja, a companhia liquidou algumas operações de empréstimos com as taxas mais elevadas.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Como parte da operação, linha de crédito com o BID Invest a companhia assumiu as obrigações a pagar no valor de R\$ 181 milhões mais juros com vencimento final em 15 de dezembro de 2031 e pagamentos de principal mais juros semestrais.

2.10 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A companhia não possui investimentos em andamento, entretanto, para o exercício de 2025 a companhia tem uma previsão de investimento de R\$ 4.606,1 milhões em CAPEX, sendo composto principalmente por R\$ 3.317,8 milhões de na aquisição de veículos, incluindo, caminhões, carretas e cavalos mecânicos, e R\$ 1.288,3 milhões investidos na aquisição de máquinas equipamentos. Tais investimentos são parte do ciclo do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o principal segmento da empresa, e referem-se à aquisição de ativos a serem entregues a clientes que assinaram o contrato de locação de longo prazo com a Companhia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é caracterizado pela necessidade de uso intensivo de capital e, dessa forma, o acesso ao mercado financeiro e de capitais é fundamental para financiar a expansão e renovação da frota. Atualmente, as principais fontes de financiamento dos investimentos da Companhia correspondem a emissão de títulos de dívida patrimoniais (debêntures) e de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs), notas promissórias e cessão de direitos creditórios decorrentes dos contratos de locação. A Companhia também utiliza de recursos próprios para financiar seus investimentos.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos que não estejam no curso normal das operações da Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Aquisição de frota – segmento Vamos

Em 15 de janeiro de 2024, a controlada Vamos concluiu a transação, na qual efetuou a aquisição de 2.923 caminhões e celebrou, concomitantemente, contrato de locação dos veículos com o Grupo Petrópolis. O valor da aquisição foi de R\$ 575.300. Nessa operação, a Vamos acordou a locação de cerca de 2.390 caminhões e a desmobilização dos outros 533 caminhões, disponibilizados para venda. Do total de ativos locados, 587 caminhões serão substituídos por caminhões zero quilômetro. O contrato de locação tem prazos de 5 a 7 anos, reajustado anualmente pela inflação. O valor do contrato é de R\$ 15.600 de receita bruta mensal, totalizando um fluxo contratual total de cerca de R\$ 1.100.000.

Reorganização societária – segmentos Automob e Vamos

Em 29 de setembro de 2024, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral, proposta de reestruturação societária com o objetivo de (i) tornar sua operação exclusiva e diretamente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos e (ii) combinar os negócios de sua controlada direta Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A. (“Vamos Concessionárias”) e a

Automob, unificando o segmento de concessionárias de veículos leves e pesados, com a subsequente listagem da companhia resultante no Novo Mercado.

Em 22 de novembro de 2024, essa operação foi aprovada pelos acionistas da Vamos, da Vamos Concessionárias e da Automob em suas respectivas assembleias gerais extraordinárias. Em 30 de novembro de 2024, foi firmado termo de fechamento da operação pelas administrações das companhias envolvidas, efetivando a cisão parcial da Vamos separando a operação de concessionárias.

Em consequência da operação a Companhia reconheceu a redução do Capital Social no montante de R\$ 1.129.627, em contrapartida da cisão de ativos e passivos relacionados as atividades da Vamos Concessionárias que é composto pela Nota comercial detida pela Vamos e de emissão da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda, empresa subsidiária direta da Vamos Concessionárias no montante de R\$ 403.913, dos saldos intercompanhias da Vamos e Vamos concessionárias no montante R\$ 346.616, além de uma baixa de investimento de R\$ 379.098, valores apresentados no laudo da Cisão na data base de 30 de junho, aprovados pela administração.

Adicionalmente houve a distribuição de dividendos in natura no valor de R\$ 980.000, pagos aos acionistas por meio da entrega de ações da Vamos Concessionárias distribuída da reserva de lucros do exercício e baixa nos investimentos, equivalentes a 75,42% do capital social.

No investimento além da baixa dos dividendos in natura, houve o reconhecimento da baixa por perda do investimento no montante de R\$ 183.746 na reserva de capital, totalizando o valor de R\$ 1.542.844 baixados na data de 30 de junho de 2024, data do laudo da Cisão.

c. Novos produtos e serviços

Não há pesquisas de novos produtos/serviços em andamento previstas pela Companhia.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O setor de locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos possui um elevando nível de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas. O Grupo Vamos avalia esse aspecto como risco em seus negócios, visto que essas mudanças podem afetar diretamente suas receitas, custos e disponibilidade de recursos e a sustentabilidade de suas operações.

Com o objetivo de mitigar os riscos e os impactos negativos, o Grupo Vamos implementou uma Política de Mudanças Climáticas em 2022. Essa política, em conjunto com a política de sustentabilidade e o propósito da Companhia, direciona as ações da empresa para:

- Renovação constante da frota: A empresa mantém uma frota com idade inferior à média nacional, utilizando veículos mais eficientes e menos poluentes.
- Promoção de energias renováveis: O Grupo Vamos busca ampliar o uso de fontes de energia renovável em suas operações de forma eficiente.
- Neutralização de emissões de carbono: A empresa neutraliza suas emissões diretas e indiretas de energia (escopos 1 e 2) através da compra de créditos de carbono. Além disso, oferece aos clientes a oportunidade de compensar as emissões de carbono geradas pela utilização da frota alugada, por meio do Programa Vamos Carbono Zero.
- Melhoria contínua: A empresa busca constantemente melhorar o monitoramento de suas emissões e aprimorar seus processos.

A Vamos está atenta às estratégias e às inovações do mercado relacionadas à transição para a economia de baixo carbono. Dessa forma, pretende contribuir para a redução da intensidade das emissões em 15% até 2031 – objetivo assumido pela Simpar em 2021 com vistas aos Sustainability-Linked Bond, títulos do mercado financeiro emitidos por empresas que estabelecem metas ambientais e/ou sociais.

O inventário de emissões é apresentado ao Comitê de Sustentabilidade bimestralmente e passar por auditoria independente a cada ano, englobando os escopos 1, 2 e 3. Desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia teve uma melhora em sua nota no *Carbon Disclosure Project* (CDP) de B para A- em 2024, avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia não identificou outros fatores com influência relevante além dos já comentados nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. Objeto da projeção

Em 12 de novembro de 2024, a Companhia divulgou fato relevante informando seus acionistas e o mercado em geral que tem uma estimativa de Capex total a implantar de R\$ 4,9 bilhões no exercício de 2024 e de R\$ 5,0 bilhões para o exercício de 2025.

Em 06 de maio de 2025 a Companhia divulgou fato relevante com projeções complementares para o exercício de 2025, incluindo as estimativas abaixo:

- Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) do exercício de 2025 entre R\$ 3,850 bilhões e R\$ 4,150 bilhões;
- Lucro Líquido entre R\$ 450 e R\$ 550 milhões;
- Capex Líquido entre R\$2,0 bilhões e R\$2,2 bilhões;
- Alavancagem para fins de covenants entre 3,0x e 3,2x.

Em 11 de agosto de 2025, a Companhia divulgou fato relevante com a revisão de suas projeções para o exercício de 2025, conforme demonstrado abaixo:

(R\$ milhões)	Novo Guidance 2025
Compra de ativos (A)	2.800 - 3.100
Sempre Novo (B)	500 - 700
Extensão de contratos (C)	800 - 900
Capex Implantado Total (A+B+C)	4.100 - 4.700
Receita Bruta de Venda de Ativos (D)	1.300 - 1.500
Capex Líquido (A-D)	1.300 - 1.800
EBITDA	3.500 - 3.900
Lucro Líquido	300 - 450
Alavancagem*	3,1 - 3,4x

* Para fins de covenants.

A revisão decorre de mudanças macroeconômicas e consequente alteração de premissas operacionais. As novas estimativas refletem as melhores expectativas da administração da Companhia com base nas informações atualmente disponíveis, podendo estar sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que os resultados reais venham a diferir, total ou parcialmente, das projeções ora revistas.

b. Período projetado e prazo de validade da projeção

As projeções divulgadas se referem ao exercício social de 2025 e são válidas até o encerramento de tal exercício.

c. Premissas da projeção, com indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Tais projeções baseiam-se na premissa que no exercício de 2025, incluídos no número da estimativa acima, teremos como estratégia a implantação de ativos Sempre Novo que totalizará entre R\$ 0,5 bilhão e R\$ 0,7 bilhão e extensão de contratos a vencer neste exercício que totalizará entre R\$ 0,8 bilhão e R\$ 0,9 bilhão. Com isso, o Capex de ativos novos a serem adquiridos é estimado entre R\$ 2,8 bilhões e R\$ 3,3 bilhões. A Companhia também estima a venda de ativos seminovos/usados no montante entre R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,8 bilhão, fazendo com que o Capex líquido dessas vendas para o exercício de 2025 seja entre R\$ 1,3 bilhões e R\$ 1,8 bilhões.

A administração considera que essas estimativas podem variar para mais ou para menos em 5%. A estratégia da Companhia tem por objetivo a criação de valor para nossos acionistas e consiste em mantermos um ritmo de crescimento sustentável, contratos com rentabilidade adequada e combinada com a trajetória de desalavancagem (Dívida líquida/ EBITDA) iniciada no 3T24.

As projeções ora divulgadas constituem-se em crenças e premissas da administração da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras dependem, substancialmente, das condições de mercado, regras governamentais, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores. Dados operacionais podem afetar o desempenho futuro da Companhia e podem conduzir a resultados que diferem materialmente das projeções. As projeções estão sujeitas à riscos e incertezas, não constituindo promessa de desempenho futuro.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

(R\$ milhões)	Novo Guidance 2025
Compra de ativos (A)	2.800 - 3.100
Sempre Novo (B)	500 - 700
Extensão de contratos (C)	800 - 900
Capex Implantado Total (A+B+C)	4.100 - 4.700
Receita Bruta de Venda de Ativos (D)	1.300 - 1.500
Capex Líquido (A-D)	1.300 - 1.800
EBITDA	3.500 - 3.900
Lucro Líquido	300 - 450
Alavancagem*	3,1 - 3,4x

* Para fins de covenants.

3.2 - Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Em 11 de agosto de 2025, a Companhia divulgou fato relevante com a revisão de suas projeções para o exercício de 2025, conforme demonstrado no item 3.1 (a) deste formulário.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Em 31 de dezembro de 2024, o Capex implantado da Companhia foi de R\$ 5,004 bilhões, em linha com as estimativas divulgadas em fato relevante de 12 de novembro de 2024.

Demonstramos abaixo o resultado realizado até o primeiro semestre de 2025 para os indicadores mencionados no item 3.1.

	Resultado 1S25	Guidance 2025 (Premissas Nov/24)	Resultado / Guidance (%*)	Novo Guidance 2025	Resultado / Novo Guidance (%*)
Compra de ativos (A)	1.462	3.300	44,3%	2.800 - 3.100	49,5%
Sempre Novo (B)	249	1.000	24,9%	500 - 700	41,6%
Extensão de contratos (C)	535	700	76,5%	800 - 900	63,0%
Capex Implantado Total (A+B+C)	2.246	5.000	44,9%	4.100 - 4.700	51,1%
Receita Bruta de Venda de Ativos (D)	631	1.200	52,5%	1.300 - 1.500	45,0%
Capex Líquido (A-D)	831	2.100	39,6%	1.300 - 1.800	53,6%
EBITDA	1.798	3.850 - 4.150	44,9%	3.500 - 3.900	48,2%
Lucro Líquido	201	450 - 550	40,1%	300 - 450	53,5%
Alavancagem*	3,39	3,0 - 3,2x	109,5%	3,1 - 3,4x	104,4%

* Para fins de covenants.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções divulgadas para o exercício social de 2025 referidas no item 3.1 do Formulário de Referência estão válidas e não possuem alterações até a data deste formulário de referência.

4.1. Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de riscos, hipóteses e m que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco”.

a) Riscos relacionados ao emissor

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo:

(a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais. Para maiores informações sobre os riscos associados ao endividamento da Companhia, vide fator de risco intitulado “*A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou títulos*”.

convertíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social” deste Formulário de Referência.

O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e nos mercados em que poderá vir a atuar poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de caminhões, máquinas e equipamentos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados.

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada, sendo certo que tal competição e carência têm efeitos também sobre a Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, treinar e manter profissionais qualificados.

Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental para sua construção. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, conseqüentemente, seus negócios e resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados, de tal forma que qualquer interrupção pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios, inclusive para o seu canal de vendas. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares nocivos e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Adicionalmente, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam constantemente e poderão não ser conhecidos até que sejam lançados contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, a Companhia poderá não ser capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para

fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, a Companhia poderá estar sujeita às obrigações legais e financeiras, sua reputação seria prejudicada e poderia sofrer perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.

Os preços do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, conseqüentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos caminhões, máquinas e equipamentos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

A Companhia pode não ser bem sucedida na execução de eventuais aquisições, assim como a Companhia pode assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de aquisições de outras empresas.

A Companhia pode aproveitar oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas. Não há como assegurar que a Companhia será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir tais aquisições. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, não podendo a Companhia garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis, o que pode, além de resultar em custos significativos para a Companhia, desviar a atenção dos administradores da Companhia. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico.

Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza envolvendo as empresas adquiridas, incluindo-se contingências ou pendências relacionadas ao suposto envolvimento de seus funcionários e/ou demais colaboradores em alegadas práticas indesejadas na gestão de pessoas, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que

resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a Companhia de forma negativa e, por consequência, impactar seus resultados operacionais, sua reputação e prejudicar os seus acionistas.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo, o qual pode não estar disponível, ou não estar disponível em condições favoráveis à Companhia.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de fazer investimentos, renovar e expandir sua frota. Para financiar esse crescimento da frota de caminhões e equipamentos, a Companhia depende do seu desempenho operacional e da sua capacidade de obtenção de financiamentos de longo prazo. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos em seu plano de negócios atual e para financiar sua estratégia de expansão. Além disso, não é possível garantir que tais financiamentos, inclusive via emissões de dívidas e/ou operações securitizadas, serão obtidos em custos ou com taxas de desconto razoáveis. Adicionalmente, condições macroeconômicas adversas, condições específicas da indústria em que a Companhia atua, desempenho operacional da Companhia ou outros fatores externos ao ambiente de negócios da Companhia, poderá afetar de forma adversa seu crescimento. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a certas limitações de margens de endividamento e outras métricas financeiras, que podem restringir a sua capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Caso a capacidade da Companhia de captar recursos para financiamento de suas atividades ou para a sua expansão seja afetada, poderá haver impacto negativo na renovação e expansão da frota e, consequentemente, na competitividade da Companhia, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados e, consequentemente, a condição financeira da Companhia.

A Companhia não mantém seguro contra todos os riscos a que está exposta e está sujeita à ocorrência de eventos não segurados. A Companhia não tem a garantia de que os seguros serão renovados em condições favoráveis ou similares.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior, atos de terrorismo, interrupção de certas atividades e riscos cibernéticos.

Proporcionalmente, os ativos não cobertos por seguros correspondem a aproximadamente 80% do total de ativos da Companhia, considerando que tais ativos são assegurados pelos clientes da Companhia durante o período do contrato. Ainda, no caso de eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Caso a Companhia esteja inadimplente com o

pagamento do prêmio de uma apólice, na eventualidade de um sinistro, a Companhia estará exposta tendo em vista que a apólice não proporcionará cobertura para esse sinistro.

Os ativos locados podem eventualmente não ter seguro contra terceiros ou ter cobertura limitada para danos materiais, roubo, morais e corporais durante o período em que estão alugados pelos clientes, a depender da modalidade de seguro contratada pelo cliente, ou ainda caso o cliente opte pela não contratação de cobertura securitária, ou caso o sinistro não esteja coberto pelo seguro contratado ou se enquadre nas hipóteses de não cobertura. Dessa forma, a Companhia está exposta a responsabilidades para as quais pode não estar segurada, decorrentes de dano material aos ativos alugados acima do valor coberto pelo seguro contratado ou para os ativos não segurados. Na eventualidade da ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de nossas atividades.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.

A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados.

Por fim, eventual impacto na capacidade da Companhia de honrar seus compromissos pode levar a perda de seus ativos, em virtude dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro (*Leasing*) firmados pela Companhia junto a instituições financeiras, os quais preveem a reintegração de posse dos ativos em caso de inadimplemento, podendo impactar adversamente os seus resultados financeiros e operacionais e, por consequência, seu crescimento.

A Companhia pode ser afetada de forma material e adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Companhia enfrenta e/ou pode vir a enfrentar processos judiciais, administrativos e arbitrais ou inquéritos nas esferas cível, tributária, trabalhista, ambiental, e criminal, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores tais como CVM, SUSEP ou CADE, no curso de nossos negócios cujos resultados desfavoráveis podem impactar de forma relevante a Companhia. Além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a

sua capacidade financeira ou sua liquidez. Os valores provisionados para tais processos, quando existentes, podem não ser suficientes para cobrir todas as eventuais condenações que a Companhia venha a sofrer.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter um efeito negativo.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração, da diretoria e acionistas controladores da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção e/ou atos de improbidade administrativa, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia e/ou impedir a Companhia e suas controladas de contratar com o Poder Público, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente. Para maiores informações sobre os procedimentos dos administradores da Companhia, vide item 4.4 ou 7.8 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento que pode resultar em uma alteração no preço de mercado de suas ações ordinárias e diluir a participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de parcela primária de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações que seja feita sem que seja ofertado aos acionistas o respectivo direito de preferência, ou em que os acionistas optem por não exercer tal direito, nos termos da regulamentação aplicável, poderá resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

Não há como garantir o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no futuro.

Qualquer decisão futura de pagar dividendos para as ações de emissão da Companhia será discricionária, observado também o disposto na Lei das Sociedades por Ações e demais regulamentação aplicável. A decisão de distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da rentabilidade, condição financeira, plano de investimentos e restrições impostas pela legislação aplicável. Além disso, a capacidade da Companhia de pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da sua capacidade de gerar lucro líquido. Deste modo, a depender do desempenho da Companhia na geração de lucros, não há como assegurar que a Companhia irá pagar ou será capaz de pagar proventos aos seus acionistas.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual está sendo revista atualmente em alguns projetos de lei atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Especificamente em relação à tributação de dividendos, citamos o Projeto de Lei 1.087/2025, recentemente encaminhado pelo governo federal à Câmara dos Deputados, o qual, na data deste Formulário de Referência, segue sob tramitação, o qual tem por objeto, dentre outras mudanças, estabelecer a cobrança, mediante retenção na fonte, do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo (“IRPFM”) incidente sobre o pagamento, o creditamento, o emprego ou a entrega de lucros e dividendos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil em montante superior a R\$ 50.000,00 em um mesmo mês. A alíquota proposta para o IRPFM é de 10% sobre o total do valor pago, creditado ou entregue ao sócio ou acionista.

Caso esse e/ou outra regulamentação venha a impactar a isenção dos dividendos ou a majoração dos juros sobre capital próprio, os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão ser impactados no recebimento de seus proventos.

A maior parte das lojas de seminovos da Companhia não estão localizadas em imóveis próprios. Caso a Companhia não seja capaz de manter ou renovar as locações de suas lojas ou caso renove em termos menos favoráveis, suas operações poderão ser material e adversamente afetadas.

Em 31 de dezembro de 2024 todos os estabelecimentos comerciais da Companhia estavam localizados em imóveis alugados de terceiros e sobre os quais a Companhia não possui plena propriedade, apenas posse direta. Se seus contratos de locação forem extintos, se não conseguir renová-los ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos seus interesses, a Companhia poderá ser obrigada a alterar a localização das suas lojas para locais que podem não oferecer a mesma visibilidade que possuem atualmente ou que não sejam tão adequados considerando as localidades em que estão situadas o público-alvo da Companhia. A renovação de contratos de locação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de suas lojas de seminovos e afetar material e adversamente suas receitas operacionais. Um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode, ainda, inviabilizar ou retardar seus planos de expansão, na medida em que torne mais onerosa a locação de espaços para a implantação de novas lojas, caso se faça necessária.

Ademais, a Companhia não possui todos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis correspondentes, hipótese em que, caso os respectivos proprietários decidam vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, as cláusulas que preveem a manutenção do contrato pelos eventuais compradores podem não serem suficientes para mantê-lo, caso em que os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, o direito de preferência da Companhia só será oponível a terceiros se os respectivos contratos de locação estiverem averbados nas respectivas matrículas.

Além disso, se a Companhia fechar qualquer uma de suas unidades localizadas em imóveis alugados de

terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. A quantidade de tal multa poderia afetar adversamente a Companhia, principalmente se a decisão desta de fechamento antes do prazo estimado inicialmente se aplicar a mais de uma unidade.

A Companhia pode não conseguir obter, manter ou renovar suas licenças e alvarás para operação de seus estabelecimentos.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de permissões, autorizações, licenças e alvarás para ocupação dos imóveis e funcionamento das operações. Parte das licenças municipais de funcionamento e dos alvarás do corpo de bombeiros ainda está em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, os processos de pedido de emissão não foram iniciados. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão de eventual dificuldade da Companhia em fornecer ou obter documentos relativos aos imóveis, a Companhia pode não ser capaz de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração; (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas; (iii) nos impedir de abrir e operar as nossas unidades; (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas unidades; (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vii) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

A nossa estratégia de negócios poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas unidades, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas unidades em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente.

O valor de revenda de ativos utilizados nas operações da Companhia é parte importante de contribuição para o retorno consolidado dos resultados da Companhia

O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa a liquidez dos mesmos. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de revenda do ativo, criando um maior deságio em relação ao preço em que a Companhia o adquiriu. A Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção destes ativos para a conclusão do seu ciclo de negócio, sendo que a piora em qualquer dessas variáveis, que dificultará a revenda dos ativos, pode afetar de forma adversa seus negócios.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem falhar ou não ser suficientes para detectar ou evitar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em seus negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (“Código Penal”), a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 14.133/2021 (“Lei de Licitações”), a Lei nº 9.613/1998 (“Lei de Lavagem de Dinheiro”), a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), o Decreto nº 11.129/2022, assim como outras normas relacionadas ao combate a corrupção (em conjunto, a “Legislação Brasileira de Combate à Corrupção”).

A Lei Anticorrupção, nesse sentido, impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos contra a Administração Pública praticados em interesse ou benefício da Companhia, exclusivo ou não. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados responsáveis estão: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito, direta ou indiretamente, obtidos da infração, (iii) suspensão ou interdição parcial de suas atividades, ou (iv) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos provenientes da Administração Pública ou proibição de contratar com a Administração Pública, em ambos os casos por até 5 anos, entre outras. Essas sanções, se aplicadas, podem ter efeito adverso relevante sobre a Companhia, bem como afetar material e adversamente seus resultados.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia, incluindo o Comitê de Auditoria Interna e as áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia, nos termos descritos nos itens da Seção 5 deste Formulário de Referência, podem não ser capazes de detectar ou evitar: (i) violações à Legislação de Combate à Anticorrupção, exemplificada acima ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício (exclusivo ou não), inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes ou terceiros que possam representar ou atuarem nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com a legislação ou com princípios éticos e morais por parte dos funcionários da Companhia, ou pessoas físicas e jurídicas e outros agentes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Da mesma forma a Companhia não pode evitar que seu nome venha a ser envolvido em investigações, inquéritos e/ou processos judiciais ou administrativos, visando a apuração de infrações contra a Administração Pública, praticadas por ela ou terceiros em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, como os previstos não somente na Lei Anticorrupção e seu Decreto regulamentador

11.129/2022, mas também na Lei o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 9.613/1998, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, que podem resultar nas sanções exemplificadas acima e em resultados como, por exemplo, (i) ações coercitivas ou responsabilização pela violação a leis aplicáveis e (ii) vencimento antecipado de determinados contratos.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Todas essas situações, podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento desses *covenants* pode desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas suas demonstrações financeiras. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*, respectivamente), o que pode afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia. Para mais informações, ver Seção 2.1.(f) do Formulário de Referência.

A Companhia pode sofrer impactos negativos em suas despesas financeiras devido a necessidades emergenciais de contratação de empréstimos e financiamentos.

Caso haja retração do mercado financeiro ocasionada por instabilidade econômica ou fator correlacionado, a Companhia poderá ter dificuldades para realizar captações para fazer expandir seus investimentos nas condições financeiras adequadas. Isto poderá obrigar a Companhia a reduzir seus investimentos e, como resultado, reduzir seu crescimento e/ou, contratar empréstimos com custos maiores que os planejados, aumentando assim suas despesas financeiras, prejudicando seu resultado econômico e financeiro, bem como afetando sua liquidez.

As despesas financeiras da Companhia podem ainda ser negativamente afetadas, pela eventual necessidade de contratação emergencial de empréstimos ou financiamentos necessários para cobrir compromissos não contemplados no planejamento de suas operações, ou por eventuais descasamentos entre as receitas e os custos/investimentos realizados.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.

Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar ou evitar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes por parte dos funcionários ou membros da alta administração da Companhia, ou mesmo terceiros agindo em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não). Caso os funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia, ou agindo em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não), se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas da Companhia, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente os negócios e a reputação da Companhia.

Essa responsabilização pode sedar, inclusive, mas não se limitando, por aplicação de multa prevista na Lei Anticorrupção, que pode chegar até 20% do faturamento bruto da Companhia. Além disso, a falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em sua reputação e seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.2. deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

O tratamento de dados pessoais no Brasil e outras jurisdições em que a Companhia opera é regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa na legislação, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). Ainda, no ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados - “LGPD” (Lei nº 13.709/18) que está transformando o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e as sanções administrativas ali estabelecidas são aplicáveis desde agosto de 2021.

A LGPD estabelece um marco legal a ser respeitado nas operações de tratamento de dados pessoais. Especificamente para dados pessoais sensíveis, a LGPD traz um regramento específico prevendo obrigações adicionais a serem observadas. Ademais, a LGPD estabelece, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e transferências de dados, bem como remete à criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A Companhia não pode garantir que terá proteção de dados totalmente adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente.

Caso seja configurada uma violação à LGPD, a Companhia pode estar sujeita às sanções de advertência, obrigação de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do

faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, podendo alcançar, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, além de estar sujeita ao pagamento de indenizações aos titulares dos dados pessoais. Adicionalmente, a Companhia mantém um banco de dados com informações sobre as pessoas físicas devidamente cadastradas como seus clientes, inclusive informações envolvendo seus cartões de crédito, débito e contas bancárias, o qual pode ser objeto de acesso não autorizado. Caso a Companhia sofra uma quebra em um incidente de segurança, a integridade do seu banco de dados pode ser afetada. Dúvidas ou desconfiças quanto à segurança e privacidade dos dados de seus clientes podem afetar a reputação da Companhia, fazendo com que os clientes resistam em se matricular nas suas unidades, o que pode afetar a Companhia de forma significativa. Ademais, qualquer uso indevido ou não autorizado de informações dos clientes ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia poderão sujeitar a Companhia a processos judiciais e impactar a manutenção ou obtenção de clientes, o que pode afetá-la adversamente.

Adicionalmente às sanções administrativas previstas pela LGPD, desde já o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD também apresenta os seguintes riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da Agência Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ainda, os esforços para proteção desses dados inseridos e/ou disponibilizados em sistemas da Companhia podem não garantir que essas proteções sejam adequadas e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente relativa à coleta, tratamento e uso de dados dos usuários no ambiente da Internet. A não observância de determinados termos da legislação aplicável, especialmente no que tange (i) ao processamento de dados pessoais de acordo com uma das bases legais que permitam o seu tratamento sob a égide da LGPD; (ii) aos limites legais de armazenamento e exclusão de dados dos usuários; e (iii) à adoção dos padrões de segurança legalmente exigidos para a preservação e inviolabilidade dos dados coletados e armazenados, pode gerar penalidades à Companhia, tais como multas e a suspensão temporária ou definitiva das atividades de tratamento de dados pessoais. Desta forma, eventual inadequação de suas práticas e modelo de negócio à LGPD, bem como o uso inadequado dos dados de terceiros em seus sistemas e/ou a ausência de medidas suficientes para proteger tais dados podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração da Companhia, o que poderá adversamente afetar seus negócios, posição competitiva, situação financeira, reputação, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia podem resultar em danos financeiros e à reputação da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou das informações de seus clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetá-la material e adversamente. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações

podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia.

A infraestrutura de Tecnologia da Informação da Companhia está sujeita a problemas em sua segurança cibernética, que podem englobar: ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação com os objetivos de acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir plataformas e sistemas utilizados pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio; e violação de privacidade e dados pessoais, bem como acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de malware (como vírus de computador), ransomware, worm, phishing, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques. Além disso, devido à pandemia da COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, o que pode tornar as nossas plataformas e sistemas de tecnologia de informação mais suscetíveis às falhas de segurança cibernética acima citados.

Quaisquer ataques cibernéticos bem-sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralisação de sistemas ou na indisponibilidade de serviços. Em consequência, é possível que haja perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, violação de segurança de dados, divulgação não autorizada de informações ou, ainda, perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenizações decorrentes de ações judiciais.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, na internet, de dados eletrônicos que contêm informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de

que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Ainda, é importante ressaltar a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

A Companhia está sujeita a potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

A Companhia possui transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 11.2 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso na condução dos negócios, reputação e resultados operacionais da Companhia.

b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os interesses do nosso acionista controlador poderão não coincidir com os interesses dos demais acionistas, uma vez que ele tem o poder de nos controlar, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir os membros do nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa administração e nossas Controladas; (ii) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por ele detidas, nos termos do nosso Estatuto Social; e (iii) determinar o resultado de qualquer deliberação da Companhia, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, vide Seção 11 deste Formulário de Referência.

c) Riscos relacionados às suas controladas e coligadas

A Companhia pertence a um grupo econômico do qual fazem parte outras sociedades operacionais, incluindo-se sociedades adquiridas pela Companhia ao longo do tempo.

No curso de suas atividades, essas sociedades são ou poderão vir a ser parte em processos administrativos ou judiciais cujo resultado, caso desfavorável, poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra qualquer condenação ou julgamento desfavorável nesse sentido e a Companhia seja requerida a responder subsidiária ou solidariamente por referida condenação, seus resultados reputacionais, operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

Os demais riscos relacionados às Controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

d) Riscos relacionados aos seus administradores

Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos judiciais ou administrativos que envolvam administradores da Companhia podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia podem vir a ser partes ou serem envolvidos e/ou requeridos a depor em processos administrativos e judiciais, incluindo processos nas esferas cível, criminal, tributária e/ou trabalhista, cuja instauração e/ ou cujos resultados, caso desfavoráveis, podem vir a afetá-los negativamente, impactando negativamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente, e eventualmente impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia, sobretudo caso sejam condenados em processos de natureza criminal. A Companhia não pode prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo diretores ou membros do Conselho de Administração da Companhia. Eventuais investigações ou alegações desfavoráveis aos administradores da Companhia, bem como seus possíveis desdobramentos, poderão afetar adversamente a reputação, os negócios, a situação financeira e patrimonial da Companhia, bem como a cotação das ações da Companhia.

e) Riscos relacionados aos seus fornecedores

As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia e de suas controladas relacionadas ao setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças para celebrar contratos de concessão, sem os quais a Companhia não pode revender ou prestar serviços de manutenção autorizada.

Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores e/ou caso os ativos produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados caso esta não consiga manter suas atuais condições

comerciais favoráveis de descontos na aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos novos junto aos fornecedores.

Os investimentos feitos pela Companhia em expansão e renovação da frota de veículos, máquinas e equipamentos, podem ser afetados caso a Companhia não consiga manter suas atuais condições comerciais junto aos fornecedores para aquisição dos referidos ativos, o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do volume de compras pela Companhia, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, a Companhia pode não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, de tais condições.

Como os preços que a Companhia cobra de seus clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação de seus serviços, tais preços poderão ser aumentados, diminuindo, assim, a competitividade da Companhia, ou esta poderá ter que reduzir suas margens para manter os preços praticados, impactando negativamente a rentabilidade de seus contratos. Consequentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

Há poucas montadoras de caminhões com capacidade instalada e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos no Brasil, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia renovar e expandir sua frota operacional.

O principal grupo de fornecedores da Companhia é composto por montadoras com fábricas e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos localizadas no Brasil, das quais a Companhia adquire caminhões para locação. Caso tais fornecedores decidam alterar as condições de compra de forma adversa, por quaisquer razões, incluindo econômicas ou ainda em decorrência de transferência de localidade de suas fábricas, a Companhia poderá ser afetada negativamente na medida em que sua capacidade de renovar e expandir sua frota operacional será prejudicada e, consequentemente, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas serão diretamente afetados.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinados commodities no mercado internacional. Caso haja um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e consequente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de caminhões, máquinas e equipamentos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, principalmente nos casos em que há a contratação do serviço de manutenção, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os

negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

f) Riscos relacionados aos seus clientes

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, bem como poderão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a receita futura da Companhia. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

A busca de alternativas na forma de transporte por nossos clientes pode impactar adversamente a Companhia

Aumentos significativos nos custos do transporte rodoviário, incluindo em tributos, fretes, pedágios, burocracias logísticas, entre outros, podem impactar clientes que utilizam nossa frota como sua fonte de prestação de serviço. Caso esses clientes optem por alternativas de transporte, como por exemplo, ferroviário, náutico ou aéreo, os negócios da Companhia, sua condição financeira e/ou seu resultado operacional poderão sofrer um impacto negativo adverso.

A inadimplência e o atraso nos pagamentos dos clientes da Companhia pode afetar negativamente os seus negócios.

A Companhia pode incorrer em perdas decorrentes da inadimplência e do atraso de pagamentos por parte de seus clientes, de forma que não pode garantir que receberá o saldo total de contas a receber indicado em suas demonstrações financeiras, o que pode afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e consequentemente os nossos negócios.

Adicionalmente, caso os ativos caracterizados pela Companhia como estimativa de perda de créditos duvidosos em suas demonstrações financeiras não sejam efetivamente pagos, a situação financeira da Companhia pode ser negativamente afetada.

Ainda, caso a Companhia tenha um grupo de clientes com alta participação na receita da Companhia e esses clientes se tornarem inadimplentes, o resultado da Companhia pode ser afetado negativamente. Além disso, a devolução antecipada dos ativos por parte de clientes inadimplentes pode incorrer em

aumento de custos de manutenção e depreciação e prejudicar o balanço da Companhia, caso não seja possível vender os ativos devolvidos.

g) *Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue*

Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, ou tome decisões que reduzam os custos de aquisição de tais bens, a Companhia poderá ter dificuldades em expandir seus negócios

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, ou tome decisões que reduzam os custos de aquisição de tais bens, o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes e mercado em geral poderá ser facilitado. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos pela Companhia, assim como aumentar a depreciação da frota existente.

A redução na demanda ou no valor de revenda de caminhões, máquinas e equipamentos usados no mercado secundário pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

A venda de caminhões, máquinas e equipamentos usados é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços inicialmente estimados, o que pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, uma queda no nível de atividade econômica no Brasil também poderá afetar negativamente os resultados do segmento de terceirização de frotas e de venda de usados.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos no Brasil é altamente competitivo, o que pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é uma atividade incipiente no Brasil, sendo amplamente segmentado e pulverizado. Sua atratividade poderá resultar no aumento da concorrência no futuro próximo, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais a Companhia opera ou um aumento nos custos de captação ou retenção de seus clientes, afetando adversamente seu crescimento e rentabilidade.

Adicionalmente, fatores políticos e econômicos nacionais ou internacionais que influenciem as condições concorrenciais do setor podem impactar os resultados e as operações da Companhia, tais como alterações

da carga tributária, principalmente por meio da majoração das alíquotas de impostos sobre produtos industrializados e da criação de tributos temporários, alterações das taxas de juros, flutuações da taxa de câmbio, concessão de benefícios a importadores, diminuição de barreiras alfandegárias para produtos provenientes de determinados países, modificação legislativas, entre outros.

Nesse sentido, em um cenário onde a Companhia passe a enfrentar maior concorrência, seja com empresas nacionais ou estrangeiras (sendo que parte delas conta com significativos recursos financeiros próprios e de terceiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas) e de diferentes portes, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado no segmento em que atua de acordo com a sua estratégia atual e na forma pretendida.

Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

Em 2024, aproximadamente 20% do Capex (investimentos em veículos pesados e bens de capital) contratado da Companhia era decorrente de seus serviços prestados para o setor do agronegócio. A indústria do agronegócio está sujeita a diversos fatores internos e externos que influenciam materialmente seu desempenho, tais como sazonalidade de safras, condições meteorológicas e preços de mercadorias no mercado de commodities. Assim, oscilações adversas neste setor da economia que afetem negativamente os clientes da Companhia podem impactar de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia e, por fim, a demanda dos clientes por seus produtos e serviços. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários ou permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, sua carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobram por seus produtos e serviços, restringir suas respectivas capacidades de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais e financeiros.

A título exemplificativo, citamos a recente instituição da Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), do Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”) e do Imposto Seletivo (“IS”), no âmbito da reforma tributária dos tributos sobre o consumo (“Reforma Tributária”), bem como discussões sobre a possibilidade de instituição de empréstimo compulsório e contribuição sobre transações financeiras. Adicionalmente, foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Especificamente sobre a Reforma Tributária, a Emenda Constitucional 132/2023 (“EC 132/23”) implementou alterações relevantes no ordenamento jurídico relativo aos tributos indiretos e estabeleceu a substituição gradativa de tributos federais, estaduais e municipais, pela CBS, IBS e IS. Na esfera federal, a CBS e o IS substituirão a Contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) e o Imposto sobre Produtos

Industrializados (“IPI”). Já nas esferas estadual e municipal, o IBS substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (“ICMS”) e o Imposto sobre Serviços (“ISS”), respectivamente. Há um período de transição que terá início em 2026 e se estende até 2033 para substituição completa dos tributos atualmente existentes pelos novos tributos trazidos pela EC 132/23. Durante a transição, os tributos atualmente existentes coexistirão com a CBS, com o IBS e com o IS.

Em 16.1.2025, foi editada a Lei Complementar nº 214 (“LC 214”), que institui e regulamenta o IBS, a CBS e o IS. De modo geral, a LC 214 estabelece as diretrizes gerais de incidência desses tributos, como, por exemplo, fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos, imunidades, regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação e regras de não cumulatividade e creditamento.

Não há, até o momento, a definição exata das alíquotas dos tributos instituídos pela Reforma Tributária, pois tal definição ainda depende de estudos específicos do Governo Federal, além da edição de lei específica dos Estados e Municípios. Não obstante, ao fixar sua alíquota, cada ente federativo poderá vinculá-la à alíquota de referência da respectiva esfera federativa (alíquota-padrão), por meio de acréscimo ou decréscimo de pontos percentuais ou defini-la sem vinculação à alíquota de referência da respectiva esfera federativa. De acordo com a LC 214, as alíquotas de referência serão fixadas por resolução do Senado Federal: (i) para a CBS, de 2027 a 2035; (ii) para o IBS, de 2029 a 2035; e (iii) para o IBS e a CBS, após 2035, as vigentes no ano anterior.

Adicionalmente à Reforma Tributária, foram publicados em 22.5.2025 e 23.5.2025, em edições extras do Diário Oficial da União, os Decretos nºs 12.466 e 12.467, com o objetivo de introduzir modificações relevantes no Decreto 6.306/2007, que regulamenta a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”). Dentre as diversas alterações promovidas pelos Decretos 12.466 e 12.467, destacamos a majoração do IOF sobre certas operações de câmbio para 3,5% (como, por exemplo, no caso de empréstimos de curto prazo), a majoração das alíquotas diárias aplicáveis a operações de crédito em que o mutuário seja pessoa jurídica, a equiparação da operação de antecipação de pagamentos a fornecedores e demais financiamentos a fornecedores (“forfait” ou “risco sacado”) a uma operação de crédito, dentre outras mudanças relevantes.

Além disso, há a perspectiva no mercado de que mudanças sejam aprovadas em relação ao IRPJ e à CSLL, no que deverá ser a “segunda fase” da Reforma Tributária. Projetos de Lei antigos, como o Projeto de Lei nº 2.337/2021 poderão voltar a tramitar ou novos projetos podem ser apresentados. Já está em tramitação o Projeto de Lei nº 1087/2025 que traz mudanças específicas para o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (“IRPF”) e que, em alguma medida, impõe uma tributação mínima para pessoas físicas que auferem altas rendas.

A implementação dessas e de novas alterações na legislação tributária está sujeita ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária, que alterem os tributos aplicáveis,

benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia poderá não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

Além disso, novas pandemias, como a pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade pública, podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas, se concretizadas, poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, as empresas poderão ser adversamente afetadas, inclusive pela cobrança de tributos, acrescidos de juros e multa, sem prejuízo de multas pelo descumprimento de obrigações acessórias. Inclusive, seus resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

Não é possível saber, na data deste Formulário de Referência, quais serão os efeitos efetivos da Reforma Tributária em andamento ou se novas leis tributárias implicarão alteração no atual regime tributário e carga tributária a que se submete a Companhia. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária sobre a Companhia pode aumentar de forma relevante, impactando material e adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

As operações internacionais representaram menos de 1% do faturamento da Companhia em 2024. A Companhia reforça que tem operações em outros países com receitas, custos e financiamentos relacionados a essas operações em moedas estrangeiras, estando, portanto, exposta a variação cambial bem como a regulações, legislações, políticas governamentais e estatais locais.

j) Riscos relacionados às questões sociais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita à legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Tais normas obrigam a Companhia a obter licenças, permissões e autorizações para suas operações e eventuais projetos de ampliação. As dificuldades para obter licenças, permissões e autorizações podem levar a atrasos na instalação de projetos.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades criminais e administrativas (Companhia e seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e autoridades governamentais que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância à legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas – variando de R\$50,00 a R\$50.000.000,00, de acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia, sem prejuízo da condenação para reparação de possíveis danos ambientais causados. Esses fatores podem afetar adversamente a reputação da Companhia, assim como sua disponibilidade de caixa e seus resultados operacionais.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos poderão aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar de modo relevante seus negócios, resultados, situação financeira e perspectivas.

Além de penalidades administrativas, se a Companhia não observar a legislação relativa à proteção ao meio ambiente, poderá sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e a terceiros afetados (responsabilidade civil). A Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a responsabilidade da pessoa jurídica, não excluindo, contudo, a das pessoas físicas. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo em suas receitas e, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro. Para mais informações acerca da legislação ambiental a que a Companhia está sujeita vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais.

De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos das atividades empresariais da Companhia nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

A Companhia também deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um local de trabalho identificado como perigoso, hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação.

k) Riscos relacionados às questões ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações ambientais.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas.

Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros. A Companhia também está sujeita a normas do Poder Público relacionadas ao descarte de resíduos sólidos.

A Companhia não pode garantir que essas leis e regulamentações não ficarão mais rigorosas. Caso fiquem mais rigorosas, a Companhia poderá ter que aumentar significativamente os seus gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar substancial e negativamente os negócios da Companhia. Com relação especificamente à resíduos de serviço de saúde gerados, inclusive caso o acidente seja causado por alguma empresa contratada pela Companhia para fazer a coleta, transporte e destinação adequada desse tipo de material, a Companhia poderá vir a ser objetiva e solidariamente responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, de forma que os negócios e imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

l) Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A escassez de recursos naturais ocasionada por fatores climáticos ou antrópicos pode afetar as operações da Companhia, implicando na necessidade de adoção de medidas de contingência complementares.

A falta de recursos como água e energia, ocasionada por alterações climáticas associadas ao aquecimento global e à atuação do homem sobre o ambiente, pode impactar as operações da Companhia, dependentes destes recursos. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo dos recursos. As recentes crises hídrica e energética demonstram ser este um tema atual e ponto de preocupação para os diferentes segmentos econômicos brasileiros. Caso quaisquer dos riscos apontados acima se materialize, a Companhia poderá sofrer impactos relevantes em suas operações.

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar as mudanças climáticas, podem afetar negativamente os negócios ou operações da Companhia.

A Companhia e o segmento em que ela atua podem ser negativamente afetados em caso de paralisações dos serviços de seus clientes e/ou fornecedores em decorrência de impactos climáticos, tal como a tragédia ocorrida em decorrência das enchentes no estado do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024.

Há uma preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas emissões de dióxido de

carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera, o que incluem riscos que podem ser classificados como de transição ou físicos:

Riscos de transição: são aqueles que surgem no processo de ajustamento para uma economia de baixo carbono e são classificados em regulatórios e tecnológicos. Se destacam: implantação de mecanismos de precificação de carbono; riscos emergentes relacionados à criação de mecanismos legais limitando o consumo de combustíveis fósseis e/ou estabelecimento de limites de emissão para os setores das empresas controladas.

Riscos físicos: são riscos relacionados às alterações climáticas, podem ser riscos agudos (aumento da gravidade e frequência de eventos climáticos extremos, como ciclones e inundações) e crônicos (mudanças nos padrões de precipitação; extrema variabilidade nos padrões climáticos e; temperaturas médias crescentes).

Diante de tais cenários, é possível que as operações da Companhia sejam interrompidas ou negativamente afetadas, além de poderem ser estabelecidas novas medidas legais e regulamentares que imponham novas obrigações à Companhia e à economia em geral. Tais obrigações poderão resultar em aumento do custo da energia e do transporte e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos. Eventual aumento das pressões regulatórias e/ou sociais acerca do tema também poderão gerar custos adicionais à Companhia, afetando negativamente seus resultados operacionais e sua situação econômico-financeira.

Assim, considerando as expectativas públicas para redução das emissões de gases de efeito estufa, pode-se ter como resultado o aumento do custo da energia, transporte e matérias-primas e, consequentemente, investimentos adicionais pela Companhia em instalações e equipamentos com menor potencial de emissão de carbono ou como forma de adaptação ao cenário de mudanças climáticas. Assim, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

m) Riscos relacionados à outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países da América Latina, de países de economia emergente, nos Estados Unidos da América (“Estados Unidos”), na China ou na União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive de países da América Latina, de países de economia emergente, dos Estados Unidos, da China ou da União Europeia. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores.

Potenciais crises nos países da América Latina, em outros países de economia emergente, nos Estados Unidos, na China ou na União Europeia podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em

certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Ademais, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás, os quais são produzidos em larga escala pela Federação Russa e importados pelos países da União Europeia; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Diante das invasões, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de alta incerteza para a economia global. Nesse sentido, a incerteza da economia global está produzindo e/ou poderá produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, impactar negativamente a cadeia de fornecimento de suprimentos de matéria-prima primordial às montadoras de caminhões e maquinários, com consequente aumento inflacionário e de taxas e juros sobre as mercadorias, entre outras, e que podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

A volatilidade e incertezas nos preços dos combustíveis podem afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia

Os preços de combustíveis estão historicamente sujeitos a volatilidade, podendo continuar dessa forma no futuro. Os preços dos combustíveis são influenciados por inúmeros fatores, incluindo, entre outros, o nível da demanda de petróleo pelo consumidor, o fornecimento e o processamento contingentes, a disponibilidade de transporte, o preço e disponibilidade de fontes de combustível alternativas, condições climáticas, catástrofes naturais e condições políticas ou hostilidades nas regiões produtoras de petróleo, além de outros fatores políticos relacionados à política de preços do governo seguida pela Petrobras.

Os preços do petróleo estão altamente sujeitos a fatores políticos e econômicos nacionais e internacionais que fogem ao controle da Companhia. Incertezas internacionais podem provocar flutuações e os negócios da Companhia dependem fortemente do uso de combustíveis.

Alterações significativas nos preços dos combustíveis podem trazer dificuldades para a Companhia em repassar tais aumentos para seus clientes, o que poderá afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do coronavírus causador da COVID-19, a Varíola dos Macacos, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Caso a Organização Mundial da Saúde (OMS) venha a decretar novos surtos de doenças, e os países adotem medidas restritivas para contenção da propagação de tais surtos de doenças, tais como restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, como realizado em 2020 quando da pandemia da COVID-19, poderá ser verificada uma volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Tais impactos também podem repercutir negativamente na economia e no mercado de capitais global e do Brasil, e diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- a. expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- b. inflação;
- c. taxas de câmbio;
- d. taxas de juros;
- e. aumento do desemprego;
- f. mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- g. liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- h. restrições nas remessas de fundos ao exterior;

- i. racionamento de água e/ou energia
- j. política monetária;
- k. controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- l. política fiscal; e
- m. outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, e pode vir a impactar os negócios da Companhia e o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como “Lava Jato”. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e do mercado de capitais. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou funcionários ou executivos de empresas surgirão no futuro.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities.

As incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, principalmente considerando que a maioria eleita para o legislativo federal é de partido de oposição do presidente eleito, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como o clima político instaurado após as eleições, com manifestações massivas e/ou greves, podem contribuir para a instabilidade econômica do

país. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Tais acontecimentos podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil, o que, conseqüentemente, pode impactar a cotação das ações de emissão da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia e sobre o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, as taxas de inflação do Brasil foram de 4,83%, 4,62% e 5,78% para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. O Brasil pode experimentar taxas de inflação mais altas no futuro, e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que impactem negativamente os negócios e o preço de negociação das ações da Companhia. O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com taxas de juros elevadas, o que torna mais custoso os empréstimos e financiamentos, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico.

Políticas do Governo Federal e do Banco Central mais lenientes e a variação nas taxas de juros já causaram e podem vir a causar aumento na inflação e, conseqüentemente, volatilidade na taxa de crescimento da economia e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Caso uma inflação ou deflação substancial venha a ocorrer no Brasil, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os valores cobrados de seus clientes para compensar o impacto da inflação nas suas despesas, o que geraria um aumento de despesas e redução na margem operacional líquida da Companhia.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma

negativa os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia importa diversos insumos, peças e equipamentos, de forma que possui alta exposição em Dólar, inclusive sendo parte em contratos de swap. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$5,29 por US\$1,00 refletindo uma valorização do Real em relação ao dólar norte-americano de 5,12% em comparação a 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5,57). Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$4,86 por US\$1,00, refletindo uma valorização do Real em relação ao dólar norte-americano de 8,12% em comparação a 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$6,18 por US\$1,00 refletindo uma depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 27,18% em comparação a 31 de dezembro de 2023.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e custo em emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

A dificuldade em promover crescimento sustentável da economia e promover o equilíbrio fiscal, dentre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos do risco de crédito soberano. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais internacionais, afetando as condições de financiamento necessárias às nossas operações no futuro.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o negócio e o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

A volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco

maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros:

- a. alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e
- b. restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos.

A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Além disso, o preço das ações está frequentemente sujeito a volatilidade. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas pela Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de suas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação de nossas ações.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos e certos países europeus, e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente os Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente nossas ações. Ainda, crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, tal

como a recente crise entre Estados Unidos e Irã, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos da Companhia poderá ser afetado pela queda no nível de confiança e na atividade econômica do Brasil.

A demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos poderá ser afetada pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. A redução na atividade econômica implica em redução na empregabilidade, em investimentos, transporte e, conseqüentemente, na redução da demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o que poderá levar a Companhia a reduzir o tamanho de sua frota. Esses fatores poderão acarretar perda de escala com o conseqüente aumento dos seus custos fixos e na diminuição da receita do segmento de terceirização de frotas, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros

Os investidores internacionais consideram, geralmente, o Brasil como um mercado emergente. Historicamente, a ocorrência de fatos adversos em economias em desenvolvimento resultou na percepção de um maior risco pelos investidores do mundo, incluindo investidores dos Estados Unidos e de países europeus. Tais percepções em relação aos países de mercados emergentes afetam significativamente o Brasil, o mercado de capitais brasileiro e a disponibilidade de crédito no Brasil, tanto de fontes de capital nacionais como internacionais.

Adicionalmente, a economia brasileira e o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras são influenciados, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e de outros países, inclusive Estados Unidos, países da Europa e de economias emergentes. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso na economia brasileira e no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

O Brasil está sujeito à acontecimentos que incluem, por exemplo, (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais, (iii) o recente conflito armado entre o Hamas e Israel na Faixa de Gaza, (iv) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e (v) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, impactar negativamente a cadeia de fornecimento de suprimentos de matéria-prima primordial às montadoras de caminhões e maquinários, com conseqüente

aumento inflacionários e de taxas e juros sobre as mercadorias, entre outras, e que podem afetar negativamente a situação financeira da Devedora.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

O Grupo Vamos utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo Vamos busca aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

4.2. Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. A inadimplência e o atraso nos pagamentos dos clientes da Companhia pode afetar negativamente os seus negócios.
2. O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo, o qual pode não estar disponível, ou não estar disponível em condições favoráveis à Companhia.
3. A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.
4. As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.
5. O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países da América Latina, de países de economia emergente, nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), na China ou na União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

i. **Risco de variação de taxa de juros**

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado às quais a Companhia está exposta. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações a pagar por aquisição de empresas e arrendamento por direito de uso da Companhia, sujeitas a taxas de juros.

ii. **Risco de variação de taxa de câmbio:**

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia Grupo. Em geral, os empréstimos são contratados em Reais, mas também em dólares norte-americanos ("dólar").

Análise de sensibilidade

A Companhia efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis:

- CDI em 15,41% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- SELIC de 15,41% a.a. (fonte: Banco Central do Brasil); e
- Taxa do Dólar norte-americano ("Dólar") de R\$ 6,72 (fonte: Banco Central do Brasil).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Controladora e Consolidado						
Operação	Exposição	Risco	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>						
Swap - Valor nocional	98.036	Aumento do CDI	15,41%	15.107	18.884	22.661
CRA (objeto)	(98.036)	Aumento do CDI	15,41%	(15.107)	(18.884)	(22.661)
Swap - Valor nocional	121.964	Aumento do CDI	15,41%	18.795	23.494	28.193
CRA (objeto)	(121.964)	Aumento do CDI	15,41%	(18.795)	(23.494)	(28.193)
Swap - Valor nocional	502.652	Aumento do CDI	15,41%	77.459	96.824	116.189
CRA (objeto)	(502.652)	Aumento do CDI	15,41%	(77.459)	(96.824)	(116.189)
Swap - Valor nocional	400.000	Aumento do CDI	15,41%	61.640	77.050	92.460
CRA (objeto)	(400.000)	Aumento do CDI	15,41%	(61.640)	(77.050)	(92.460)
Swap - Valor nocional	153.642	Aumento do CDI	15,41%	23.676	29.595	35.514
CRA (objeto)	(153.642)	Aumento do CDI	15,41%	(23.676)	(29.595)	(35.514)
Swap - Valor nocional	150.000	Aumento do CDI	15,41%	23.115	28.894	34.673
CRA (objeto)	(150.000)	Aumento do CDI	15,41%	(23.115)	(28.894)	(34.673)
Swap - Valor nocional	296.358	Aumento do CDI	15,41%	45.669	57.086	68.504
Debêntures (objeto)	(296.358)	Aumento do CDI	15,41%	(45.669)	(57.086)	(68.504)
Swap - Valor nocional	311.790	Aumento do CDI	15,41%	48.047	60.059	72.071
Debêntures (objeto)	(311.790)	Aumento do CDI	15,41%	(48.047)	(60.059)	(72.071)
Swap - Valor nocional	223.750	Aumento do CDI	15,41%	34.480	43.100	51.720
Debêntures (objeto)	(223.750)	Aumento do CDI	15,41%	(34.480)	(43.100)	(51.720)
Swap - Valor nocional	464.460	Aumento do CDI	15,41%	71.573	89.466	107.360
Debêntures (objeto)	(464.460)	Aumento do CDI	15,41%	(71.573)	(89.466)	(107.360)
Swap - Valor nocional	567.039	Aumento do CDI	15,41%	87.381	109.226	131.072
Debêntures (objeto)	(567.039)	Aumento do CDI	15,41%	(87.381)	(109.226)	(131.072)
Swap - Valor nocional	100.000	Aumento do USD	6,72	672.000	840.000	1.008.000
Dívida 4131 (objeto)	(100.000)	Aumento do USD	6,72	(672.000)	(840.000)	(1.008.000)
Efeito líquido da exposição	-			-	-	-
Efeito líquido da exposição de taxa						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	(627)	Pré-fixado	20,62%	(129)	(129)	(129)
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	627	Pré-fixado	20,62%	129	129	129
Swap - Valor nocional (passivo)	(79.753)	Aumento do CDI	15,41%	(12.290)	(15.363)	(18.435)
Efeito líquido da exposição	(79.753)			(12.290)	(15.363)	(18.435)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	161.072	Pré-fixado	25,43%	40.955	40.955	40.955
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	(161.072)	Pré-fixado	25,43%	(40.955)	(40.955)	(40.955)
Swap - Valor nocional (passivo)	(570.336)	Aumento do CDI	15,41%	(87.889)	(109.861)	(131.834)
Efeito líquido da exposição em IPCA	(570.336)			(87.889)	(109.861)	(131.834)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	115.775	Pré-fixado	20,59%	23.836	23.836	23.836
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	(115.775)	Pré-fixado	20,59%	(23.836)	(23.836)	(23.836)
Swap - Valor nocional (passivo)	(477.532)	Aumento do CDI	15,41%	(73.588)	(91.985)	(110.382)
Efeito líquido da exposição em IPCA	(477.532)			(73.588)	(91.985)	(110.382)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	15.327	Pré-fixado	17,14%	2.628	2.628	2.628
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	(15.327)	Pré-fixado	17,14%	(2.628)	(2.628)	(2.628)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	15.135	Pré-fixado	16,77%	2.538	2.538	2.538
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	(15.135)	Pré-fixado	16,77%	(2.538)	(2.538)	(2.538)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CRA)	29.763	Pré-fixado	17,95%	5.343	5.343	5.343
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	(29.763)	Pré-fixado	17,95%	(5.343)	(5.343)	(5.343)
Swap - Valor nocional (passivo)	(668.951)	Aumento do CDI	15,41%	(103.085)	(128.856)	(154.628)
Efeito líquido da exposição em IPCA	(668.951)			(103.085)	(128.856)	(154.628)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Debêntures)	(105)	Pré-fixado	19,60%	(21)	(21)	(21)
Swap Debêntures - Valor nocional (ativo)	105	Pré-fixado	19,60%	21	21	21
Swap - Valor nocional (passivo)	(348.344)	Aumento do CDI	15,41%	(53.680)	(67.100)	(80.520)
Efeito líquido da exposição em CDI	(348.344)			(53.680)	(67.100)	(80.520)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Debêntures)	(83)	Pré-fixado	20,30%	(17)	(17)	(17)
Swap Debêntures - Valor nocional (ativo)	83	Pré-fixado	20,30%	17	17	17
Swap - Valor nocional (passivo)	(341.456)	Aumento do CDI	15,41%	(52.618)	(65.773)	(78.927)
Efeito líquido da exposição em CDI	(341.456)			(52.618)	(65.773)	(78.927)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Debêntures)	104.873	Pré-fixado	21,00%	22.026	22.026	22.026
Swap Debêntures - Valor nocional (ativo)	(104.873)	Pré-fixado	21,00%	(22.026)	(22.026)	(22.026)
Swap - Valor nocional (passivo)	(562.738)	Aumento do CDI	15,41%	(86.718)	(108.398)	(130.077)
Efeito líquido da exposição em CDI	(562.738)			(86.718)	(108.398)	(130.077)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Debêntures)	94.893	Pré-fixado	19,65%	18.644	18.644	18.644
Swap Debêntures - Valor nocional (ativo)	(94.893)	Pré-fixado	19,65%	(18.644)	(18.644)	(18.644)
Swap - Valor nocional (passivo)	(674.564)	Aumento do CDI	15,41%	(103.950)	(129.938)	(155.925)
Efeito líquido da exposição em CDI	(674.564)			(103.950)	(129.938)	(155.925)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (4131)	59.537	Pré-fixado	19,45%	11.578	11.578	11.578
Swap 4131 - Valor nocional (ativo)	(59.537)	Pré-fixado	19,45%	(11.578)	(11.578)	(11.578)
Swap - Valor nocional (passivo)	(605.324)	Aumento do CDI	15,41%	(93.280)	(116.600)	(139.920)
Efeito líquido da exposição em IPCA	(605.324)			(93.280)	(116.600)	(139.920)
Efeito líquido das operações de hedge accounting	(4.328.998)			(667.098)	(833.874)	(1.000.648)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas:

A Companhia e/ou suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, ambiental e trabalhista, cujas chances de perda podem ser classificadas como provável, possível ou remota. As provisões de tais processos são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que as controladas da Companhia figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a ter um impacto negativo relevante na imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que as controladas da Companhia estavam sujeitas em 31 de março de 2025, segregados conforme sua natureza.

Processos Tributários

Processo administrativo n. 10880-659.782/2024-69.	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal de Julgamento /SP.
b. instância	1ª instância administrativa.
c. data de instauração	07/08/2024.
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil. Autuada: Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Em 31/03/2025, R\$ 18.286.621,45 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos).
f. principais fatos	Manifestação de Inconformidade em face do Despacho decisório por meio do qual não se reconheceu o direito creditório no valor de R\$ 13.820.292,76, com origem em pagamento de Juros sobre Capital Próprio. Valor do débito na data da intimação do despacho decisório: R\$ 17.554.535,86. Esse valor do crédito corresponde a pagamento a maior sob o código de arrecadação 5706-02, que foi alocado para pagamento de IRRF a título de JCP pagos a acionistas domiciliados no exterior, com código de arrecadação 9453-02. Contra referido despacho decisório a Vamos apresentou manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões.
h. estágio do processo	Apresentação de manifestação de inconformidade. Aguardando julgamento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Desembolso de caixa.
i. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não há valores provisionados, já que não foram descritos processos no item 4.4.

4.6 Processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4:

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

Para informações sobre as ações envolvendo membros da administração da Companhia, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos alinhada com aquela de sua controladora SIMPAR S.A. e tais diretrizes aplicam a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia. Referida política foi avaliada e ratificada pelo seu Conselho de Administração, em 05 de fevereiro de 2024. O referido documento encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia através do link <https://ri.grupovamos.com.br/estatuto-codigo-politicas-regimentos-internos-e-relato-anual/>.

b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos. Além disso, descreve as etapas deste processo de gestão para: (i) identificação dos eventos de risco, (ii) instrumentos utilizados para o gerenciamento dos riscos, (iii) estrutura organizacional de gerenciamento dos riscos e (iv) as responsabilidades de cada um dos envolvidos neste processo, estabelecendo limites para estas responsabilidades conforme os níveis de risco identificados.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar os riscos que possam impactar as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 8 principais grupos:

- Riscos estratégicos: são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. Entre os riscos estratégicos, incluem-se a incapacidade de captar recursos financeiros suficientes para custear a totalidade dos investimentos previstos e para financiar sua estratégia de expansão.
- Riscos operacionais: São aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, ou ainda relacionados a situações de força maior, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas de suporte. Entre os riscos operacionais, incluem-se impactos relevantes de incidentes de segurança cibernética, falhas nos sistemas, falta de informatização nos processos e decisões desfavoráveis em processos judiciais e/ou administrativos.
- Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, inflação, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Companhia define regras próprias para essa modalidade de risco na Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado (política apartada).
- Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

- Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria (aplicação financeira, empréstimo, gestão da dívida, cobrança e recuperação).
- Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais e demais partes interessadas (“terceiros”), em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia, com consequentes perdas financeiras relevantes.
- Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, principalmente, mas não se limitando à Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção e respectivo regulamento - Decreto nº 11.129/22 e a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado. Entre os riscos de conformidade, inclui-se a possibilidade das controladas da Companhia não conseguirem obter ou renovar suas licenças e alvarás para as respectivas operações.
- Riscos Socioambientais: riscos relacionados aos problemas e processos sociais e ambientais relevantes; potenciais danos gerados ao meio ambiente, às relações sociais e às comunidades relacionadas com as atividades econômicas das empresas controladas pela Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia define a necessidade de instrumentos utilizados para proteção de seus riscos de acordo com as seguintes etapas: (i) identificação do risco, (ii) avaliação e análise dos riscos, (iii) tratamento dos riscos, que incluir definição da forma de monitoramento, comunicação às partes envolvidas e forma de mitigar (incluindo a definição de contratação de instrumentos de proteção). O processo de gerenciamento de riscos está detalhado na Política de Gerenciamento de Riscos.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utilizava o monitoramento e acompanhamento, por órgãos e processos internos e, quando necessário, com apoio de prestadores de serviços externos, como ferramenta de gerenciamento dos riscos operacionais, de liquidez, de crédito, de imagem e de conformidade.

Já o risco de mercado (cambial), era gerenciado por meio de instrumentos financeiros derivativos (i.e. contratos de swap) não especulativos para proteção da sua exposição à variação de câmbio decorrentes de certos empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros contratados para proteção de riscos de mercado de variação de índice ou taxa de juros.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelos seguintes órgãos e funções:

Conselho de Administração: Reporta as situações de gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria e ao Diretor Presidente. É responsável por avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*). Caberá, ainda, ao Conselho de Administração:

- (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;
- (ii) validar o nível de apetite a riscos da Companhia aprovado pela Administração;

- (iii) deverá garantir que o Comitê de Auditoria tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo;
- (iv) aprovar a presente política e futuras revisões;
- (v) aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna.

Administração: Cabe aos Administradores responsáveis por cada respectiva área de negócio da Companhia a atribuição de atuar diretamente no gerenciamento de riscos, entendendo e se responsabilizando pelas seguintes etapas: a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento. Os Administradores se reportam ao Diretor Presidente.

Assim, considerando o papel dos gestores no processo de gerenciamento de riscos e controles internos, cabe à Administração:

- (i) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
- (ii) auxiliar a Diretoria/Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
- (iii) desenvolver e executar planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas dentro do prazo adequado para cada apontamento formalizado pela Diretoria/Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade;
- (iv) justificar a impossibilidade de atendimento de um plano de ação e/ou atraso no atendimento de um;
- (v) justificar eventual assunção de risco para validação pela estrutura de governança;
- (vi) prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua reponsabilidade ao Comitê de Auditoria, sempre que solicitado;
- (vii) prestar as necessárias atualizações sobre os riscos da sua atividade à Diretoria/Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade.

Diretoria: É de responsabilidade de cada diretoria executiva:

- (i) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal (quando instalado), das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções;
- (ii) garantir que todos os seus liderados estejam em dia com os treinamentos obrigatórios.

Cada Diretoria executiva se reporta ao Diretor Presidente.

Comitê de Auditoria Estatutário: Supervisiona a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades da auditoria interna e dos auditores independentes. O Comitê de Auditoria se reporta ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria acompanha os temas:

- (i) opinar sobre a contratação, avaliação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) avaliar e opinar sobre o relatório de controles internos emitidos pelos auditores independentes e propor recomendações à administração e Conselho de Administração;
- (iv) acompanhar as atividades da Diretoria/Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade da

Companhia, podendo receber ou solicitar reportes da Diretoria de Controles, Internos Riscos e Conformidade sobre a execução e cumprimento do Programa de Conformidade da Companhia. Assessorar o Conselho na avaliação, sobre a efetividade das atividades e propor recomendações, sempre que necessário, quanto a atividades, estrutura, qualificação e orçamento para apreciação da Diretoria e do Conselho de Administração;

(v) assessorar o Conselho de Administração no gerenciamento de riscos e monitorar as exposições de risco, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

(vi) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Conduta, os demais normativos do Programa de Conformidade da Companhia;

(vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, incluindo potenciais violações à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida, bem como recomendar e verificar a aplicação de medidas disciplinares pelas áreas responsáveis, ou, no caso de denúncias contra diretores da Companhia, pelo Conselho de Administração;

(viii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado exclusivamente ao Conselho de Administração, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia;

(ix) acompanhar e avaliar se as transações com partes relacionadas estão sendo realizadas dentro de condições de mercado, nos termos da política de transações com partes relacionadas vigente da Companhia. Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia;

(x) Avaliar anualmente a estrutura e orçamento da área de Auditoria Interna, a fim de que sejam suficientes ao desempenho das suas funções;

(xi) Reportar o resultado das atividades da área de Auditoria Interna ao Conselho de Administração.

Auditoria Interna: Trata-se de estrutura independente que atua com apoio de empresa terceira para o desempenho de suas funções. O plano de trabalho anual é avaliado e aprovado pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração. A Auditoria Interna é responsável por:

- i. monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
- ii. fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas;
- iii. consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos da Companhia ao Comitê de Auditoria;
- iv. aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da companhia.

A Auditoria Interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração.

Alternativamente à constituição de área própria de Auditoria Interna, a Companhia poderá contratar auditor independente registrado na CVM para executar essa função.

Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade (ou Função de Controles Internos, Riscos e

Conformidade): A Simpar mantém uma Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, responsável por liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de identificar, mitigar e prevenir referidos riscos estratégicos, operacionais, de imagem, socioambiental e de conformidade, bem como orientar os funcionários da empresa e terceiros sobre as normas internas do Grupo Simpar.

A Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Simpar designa pessoas para desempenhar funções de controles internos, riscos e conformidade e dedicar-se a cada sociedade do Grupo, incluindo à Companhia (**“Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade”**).

A Companhia mantém uma Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e teste da eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigá-los.

São principais atribuições dessa Diretoria, desempenhadas por meio da Funções de Controles Internos, Riscos e Conformidade na Companhia:

- (i) promover a cultura de gestão de riscos;
- (ii) atribuições relativas a controles internos, como o acompanhamento de processos e práticas da Companhia para adequada elaboração de informações financeiras;
- (iii) monitorar as não conformidades com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (iv) conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (compliance) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;
- (v) atuar nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
- (vi) desenvolver e aplicar a estratégia e a metodologia de gestão de riscos, em conformidade com regulamentações vigentes e melhores práticas do mercado;
- (vii) revisar periodicamente a matriz, apetite e limites de riscos;
- (viii) fornecer as ferramentas para a gestão de riscos na Companhia e garantir seu funcionamento, inclusive com relação à elaboração das demonstrações e informações financeiras;
- (ix) assegurar a manutenção e cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos;
- (x) atualizar as diretrizes do Código de Conduta sempre que necessário e, após aprovadas pelo Conselho de Administração, disseminá-las entre funcionários;
- (xi) atualizar as diretrizes do Código de Conduta de Terceiros sempre que necessário e, após aprovadas pelo Conselho de Administração, disseminá-las;
- (xii) informar ao Comitê de Ética e Conformidade: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia e status das investigações de acordo com a matriz aprovada pelo Comitê de Auditoria; c) as sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; d) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e) informações sobre doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação;
- (xiii) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia que tratem sobre (i) desvios de conduta, (ii) descumprimento do Código de Conduta, das Políticas Anticorrupção ou dos demais procedimentos da Companhia; e (iii) situações de conflito de interesses;

(xiv) reportar o status dos planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares;

(xv) apoiar os administradores na definição dos planos de ações necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos;

(xvi) apoiar o departamento jurídico na avaliação das cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia; e

(xvii) avaliar e apontar os riscos para validação da diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros.

O responsável pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade e a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade reportam, com relação a situações de gerenciamento de riscos da Companhia, aos Comitês de Auditoria da Companhia, além de ter o Comitê de Ética e Conformidade como órgão consultivo.

As funções de Controles Internos, Riscos e Conformidade não exercem atividades operacionais na Companhia ou na Simpar.

Comitê de Ética e Conformidade: Reporta ao Comitê de Auditoria e é responsável por assessorar o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, da Companhia:

- (i) no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia;
- (ii) na recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;
- (iii) na avaliação da eficiência e da eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 11.129/22 e demais normas do Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;
- (iv) na validação de sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia;
- (v) na validação pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública;
- (vi) na avaliação dos casos relevantes que envolverem ações e omissões dos colaboradores da Companhia e de terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia,
- (vii) no acompanhamento dos indicadores relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir melhorias e ajustes para os resultados identificados.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, cada Diretoria, em conjunto com a, Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os Administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

A área de Auditoria Interna também é responsável por monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.

Adicionalmente, a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade é desempenhada por um profissional dedicado exclusivamente à Companhia, conforme indicado pela Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Simpar. O responsável pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade reporta à Administração, Comitê de Auditoria e demais comitês e órgãos internos da Companhia.

O Comitê de Auditoria tem competência para tratar dos assuntos de responsabilidade da Auditoria Interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Sua criação e atribuições foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e seu orçamento será avaliado e aprovado pelo mesmo órgão durante o exercício social corrente.

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Dessa forma, a Administração entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada, eficaz e eficiente para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Além disso, a Companhia realiza investimentos financeiros contínuos de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e a adequar-se às melhores práticas e manter seu negócio sustentável.

5.2 Descrição dos controles internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia o que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta das áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que regem os procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras;
- Validação dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos;
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia;
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios; e
- Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras, além das descritas no item 5.1.(b), são: a Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras.

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras são as áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade por meio de reuniões periódicas para apresentação e reporte dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

A estrutura de controles internos, riscos e conformidade da Companhia pode ser encontrada no item 5.1 deste formulário de referência.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade identifica os riscos e controles, conforme disposto no item 5.1.(b) acima. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, que apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Ademais, como já mencionado, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executado pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, bem como os respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024,

conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, os auditores externos não identificaram deficiências significativas.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O auditor independente obteve entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziu procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Durante este trabalho, o auditor independente não identificou deficiências significativas.

5.3. Programa de integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Simpar, controladora da Companhia, tem um Programa de Integridade aplicável a todas as empresas do Grupo, incluindo a Companhia. O Programa tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência dentro do Grupo Simpar. Conheça mais sobre o Programa de Conformidade no site <https://simpar.com.br/conformidade/>.

De modo a orientar a interação entre o Grupo Simpar com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União – CGU, também considerando as disposições previstas em outras legislações aplicáveis aos negócios da Companhia, como por exemplo: (i) Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); (ii) Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência); (iii) Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal); (iv) Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Nesse sentido, o Programa de Conformidade tem como normativos internos principais as seguintes políticas, implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta, o qual foi aprovado também pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de setembro de 2024 e, posteriormente, ratificada em 5 de outubro de 2024; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas (doravante denominadas “Políticas Anticorrupção”): Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da Simpar e suas controladas, que inclui a Companhia:

- **Código de Conduta**: O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião de seu Conselho de Administração, realizada em 05 de fevereiro de 2024 (“Código de Conduta”) é aplicável a todos os seus conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) nossos inegociáveis; (ii) cumprimento de leis e regulamentos; (iii) respeito aos direitos humanos e às relações de trabalho; (iv) condutas esperadas do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii)

doações e patrocínios; (viii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com o ambiente externo; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) Linha Transparente e (xii) Canal de denúncia.

- Código de Conduta de Terceiros: O Código de Conduta de Terceiros do Grupo Simpar impõe a esse público as regras e obrigações que deverão se comprometer na relação estabelecida com a Companhia. Trata-se do compromisso com a conformidade à legislação, com o comportamento ético, transparente e íntegro com a sustentabilidade inclusive nas relações dos terceiros com a sua cadeia de valor, para que se estejam alinhados com os objetivos e práticas da Companhia.
- Política de Doações e Patrocínios: A Companhia aplica a Política de Doações e Patrocínios da Simpar, a qual é aplicável a todos os colaboradores, independente do cargo ou função, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio de qualquer empresa do Grupo Simpar, incluindo da própria Companhia, e/ou do Instituto Júlio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo, a observância da legislação vigente, a ausência de conflito de interesse e o atendimento das premissas estabelecidas na Política.
- Política de Participação em Licitação Pública: A Companhia aplica a Política de Participação em Licitação Pública do Grupo Simpar a todos os seus colaboradores, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas, além de estabelecer premissas para que a empresa participe de certames.
- Política de Interação com o Poder Público: A Companhia aplica a Política de Interação com o Poder Público do Grupo Simpar a todos os seus colaboradores e terceiros que atua em seu nome, define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados no exercício de atividades e sempre que interagirem com os membros da Administração Pública em todas as suas esferas – Legislativo, Judiciário e Executivo, a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos.
- Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades: A Companhia aplica a Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades do Grupo Simpar a todos os seus colaboradores e terceiros, definindo as diretrizes e orientações que devem ser observadas durante o oferecimento e recebimento de brindes presentes, hospitalidades e entretenimento, com regras especiais aplicáveis a órgãos da Administração Pública.
- Linha Transparente: Canal dedicado ao recebimento de dúvidas, solicitações e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta, normas internas e as políticas do Grupo Simpar, bem como a comunicações previstas pelas Políticas Anticorrupção. Esse canal está disponível por meio do telefone 0800 726 7250 (atendimento das 8h00 às 17h48), ou pelo e-mail conformidade@grupavamoscom.br, por qualquer colaborador, fornecedor, prestador de serviços, terceirizados, clientes e outras partes interessadas;
- Canal de Denúncia: atendido por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Este canal está

acessível ao público interno e externo.

O Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, administrados exclusivamente por empresa terceirizada. O anonimato é garantido ao denunciante de boa-fé, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da função de Controles Internos, Riscos e Conformidade.

Após a conclusão da apuração das denúncias o fluxo prevê duas frentes de atuação e utilizando a ferramenta própria: (i) a documentação e tratativa de planos de ação para ações (corretivos, preventivos e/ou de melhoria de processos) e (ii) apontamentos para a célula de Controles Internos e Riscos visando atuar na melhoria dos controles internos e atuar de forma preventiva.

- Processo de Homologação de Terceiros: para que os objetivos do Programa de Conformidade sejam de fato atingidos, o mesmo padrão adotado pela Companhia deve ser exigido dos terceiros com os quais ela se relaciona, desta forma, a empresa aplica o processo de homologação e faz a gestão do monitoramento dos mesmos e impõe obrigações para execução do contrato firmado com a Companhia. Referido processo possui níveis de aprofundamento de avaliação que variam de acordo com o risco representado pelo terceiro.

No momento do cadastro do terceiro no sistema da Companhia, para que ele possa prestar o serviço ou fornecimento, são realizadas consultas que permitem avaliar a sua regularidade mínima, como: cadastro da situação da empresa (CNPJ); inscrição estadual/municipal; certidão de regularidade de tributos Municipais, Estaduais e Federais; certidão de regularidade com a Seguridade Social, cadastro de empresas punidas ou impedidas de contratar com a administração Pública (CEIS e CENEP), pesquisa em lista de trabalho escravo.

Ainda no momento do cadastro, o terceiro responde a um questionário que visa identificar a criticidade da sua atividade e do negócio que manterá com a Companhia. Por fim, ele deve ler e declarar ciência do Código de Conduta de Terceiros.

Caso alguns terceiros sejam identificados como “de alto risco” em razão da natureza e/ou da relação de contratação, eles são submetidos a um questionário de *due diligence*, avaliação de documentos, pesquisas (mídia e processos judiciais e administrativos) e assinatura de declaração de conformidade. A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da própria Companhia é responsável por realizar pesquisas complementares, avaliar as respostas prestadas no questionário e emitir parecer sobre os riscos da contratação.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia monitora periodicamente o cumprimento e execução do Programa de Conformidade por parte da Companhia, suas controladas, funcionários, administradores colaboradores e terceiros realizando, entre outras atividades: (i) avaliação

das doações e patrocínios a órgãos públicos e privados; (ii) avaliação de todas as cláusulas de conformidade dos contratos da Companhia; (iii) condução de processo de homologação/ due diligence/similares que são aplicados quanto a terceiros contratados pela Companhia; (iv) promoção da transparência das informações prestadas; (v) orientações em caso de dúvidas sobre o Programa de Conformidade; (vi) emissão de pareceres sobre as algumas obrigações legais aplicáveis aos negócios da companhia; e (vii) homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

No momento da integração (contratação) todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre os principais pontos do Programa de Conformidade e Privacidade de Dados Pessoais.

A Companhia possui treinamentos obrigatórios a todos os colaboradores que abrangem o Código de Conduta, as Políticas Anticorrupção, os Canais de Comunicação do Programa. Além disso, a Diretoria/Função de Controles, Riscos e Conformidade realiza treinamentos complementares, presenciais e online, a todos os seus colaboradores, independente do cargo, para reforçar os temas tratados nos treinamentos obrigatórios.

Todos os processos relacionados ao Programa de Conformidade são revisados pelo Grupo Simpar com periodicidade não superior a 2 anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos do Grupo, bem como os específicos de cada uma das companhias.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto aos gestores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados, na forma descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo-benefício de seu gerenciamento.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, em especial, incluindo o Programa de Conformidade no tocante a temas relacionados à Companhia, são a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, bem como a área de Auditoria Interna, o Comitê de Ética e Conformidade e o Comitê de Auditoria da Companhia.

A independência e autonomia da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, são garantidas através do dever de reporte ao Comitê de Auditoria sobre todas as ações que envolvem o programa de conformidade e seus indicadores, bem como a gestão de riscos e de controles internos.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade, tem como missão zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e

conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua dos negócios da Companhia.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e o Comitê de Ética e Conformidade são responsáveis por monitorar o funcionamento e a eficiência do Programa de Conformidade da Companhia e, se reportam ao Comitê de Auditoria.

O Comitê de Ética e Conformidade, por sua vez, é órgão consultivo da Companhia, que assessora o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e o principal responsável pela manutenção do Programa de Conformidade de forma adequada à estrutura de negócios da Companhia, com base na legislação aplicável, melhores práticas de mercado e sustentabilidade.

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, com relação a temas de conformidade e integridade, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta, bem como das políticas e demais normas internas das Empresas do grupo, assim como em todas as questões que envolverem violações aos valores éticos da Companhia, visando enraizar a cultura de conformidade e ética, a mitigação de riscos e prejuízos e a observância da legislação vigente, conforme determina o seu Regimento Interno.

Mais informações sobre as atribuições e organização das áreas acima estão descritas no item 5.1.c deste Formulário de Referência.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando (i) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, (ii) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas, e (iii) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de setembro de 2024 e, posteriormente, ratificado em 5 de outubro de 2024.

O Código de Conduta se aplica a todas as empresas controladas, às suas coligadas e consorciadas da Companhia, no âmbito de seus respectivos contratos, e a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral da Companhia.

Conforme disposto no próprio Código de Conduta, o descumprimento de quaisquer das suas diretrizes ou das demais normas internas adotadas pela Companhia poderão ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes:

- (i) advertência, oral ou por escrito;

(ii) suspensão; ou

(iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa.

No caso de comprovação de descumprimento das normas do Programa de Conformidade por terceiros, a Companhia poderá resilir a relação comercial, aplicar as sanções contratuais, solicitar a substituição de mão de obra interna, buscar ressarcimentos e indenizações, tudo nos termos do previsto no contrato firmado entre as partes e a legislação aplicável.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal de Denúncia da Companhia é o mesmo do Grupo Simpar, conforme descrito abaixo.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncia do Grupo Simpar foi criado em 2010, e em novembro de 2016 foi terceirizado para atendimento por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Desde então o Canal de Denúncia funciona 24 horas por dia e 7 dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, todos administrados exclusivamente por empresa terceirizada.

O anonimato é garantido, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está disponível para todos os colaboradores, bem como para terceiros, prestadores de serviços e clientes que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que viole a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Companhia, ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus Colaboradores, acionistas e demais interessados.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Denúncia foi projetado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias são confidenciais e o denunciante poderá optar pela forma anônima.

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante. Adicionalmente, de acordo com o Código de Conduta, a Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou não conforme com as instruções estabelecidas no Código de Conduta e qualquer

conduta dessa natureza ensejaria a aplicação de medidas disciplinares.

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos identificados, como ação preventiva e melhorias nos controles internos. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a Função Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, que é responsável por avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias.

Cumprе ressaltar que conforme matriz aprovada pelo Conselho de Administração, denúncias contra diretores estatutários, membros do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Diretoria/Função de Internos, Riscos e Conformidade, são destinadas a pessoas diferentes do fluxo padrão, a depender do denunciado, de forma a garantir a ausência de conflito de interesse.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais, não houve casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, já que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.3.

5.4. Alterações significativas

Não houve alterações significativas quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos em relação ao último exercício social.

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.